



UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Programa de pós-graduação em Gestão e Tecnologias
Aplicadas à Educação (GESTEC)

ANTONIEL PINHEIRO DE BARROS

**PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E DIREITOS HUMANOS:
um olhar sobre as políticas de permanência estudantil na
continuidade da vida acadêmica na UNEB**

**SALVADOR
2015**



UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Programa de pós-graduação em Gestão e Tecnologias
Aplicadas à Educação (GESTEC)

ANTONIEL PINHEIRO DE BARROS

PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E DIREITOS HUMANOS:
um olhar sobre as políticas de permanência estudantil na continuidade
da vida acadêmica na UNEB

Trabalho final de conclusão de curso de Mestrado sob o formato de dissertação apresentado ao Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Rocha

Área de Concentração 1 – Gestão da Educação e Redes Sociais

SALVADOR
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração: Sistema de Biblioteca da UNEB

Bibliotecária: Maria das Mercês Valverde – CRB 5/1109

Barros, Antoniel Pinheiro de

Permanência universitária e direitos humanos / Antoniel Pinheiro de Barros. - Salvador, 2015.

143 f.

Orientador: José Cláudio Rocha

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação
Contém referências, apêndices e anexos

1. Estudantes universitários - Assistência social - Bahia. 2. Evasão universitária - Universidade do Estado da Bahia. 3. Ensino superior - Política governamental - Bahia. 5. Direitos humanos. I. Rocha, José Cláudio. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD: 378.8142

FOLHA DE APROVAÇÃO


“PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA CONTINUIDADE DA VIDA ACADÊMICA NA UNEB”

ANTONIEL PINHEIRO DE BARROS

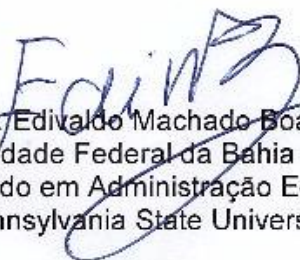
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*scripto sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 19 de setembro de 2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Cláudio Rocha
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof. Dra. Tânia Maria Hetkowsky
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Administração Educacional
The Pennsylvania State University, PENN STATE - Estados Unidos

*A todos os estudantes persistentes,
que seguem seus objetivos custe o que custar.
A equipe da Gestão da UNEB, que compreenda
a importância da permanência sustentável na Universidade.
A Jaqueline, minha esposa, por acreditar e sempre estar presente.
A Gael, meu filho que me presenteou com seu carinho e alegria.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Jeová Deus que trouxe júbilo para meu coração, me fortificando através do amor, alegria, paz, paciência, bondade, benignidade, fé, brandura, autodomínio, enfim, os frutos do espírito santo.

A minha mãe e meu pai, que com seus esforços permitiu o avanço no ensino e a importância que deve ser dada à educação.

A minha indelével e amada esposa Jaqueline, mostrando na prática o sentido do amor, carinho e dedicação, que pôde compreender as ausências e compromissos adiados, em prol do avanço acadêmico e profissional. E principalmente, mostrou seu perfume em cada capítulo, parágrafo, vírgulas e pontos deste trabalho.

Ao nobre Jairo Sá, principalmente pelo incentivo para fazer este curso.

A todos os colegas da PROGRAD que apoiaram. Principalmente as amigas Aline Motta e Daniela Caires, pelo fortalecimento recebido a cada dia e apoio nas angústias e nas construções deste trabalho.

A radiante Prof^a Cecília Menezes, que neste pouco tempo de convívio pôde dividir seu valioso tempo para a finalização deste trabalho. Obrigado pela confiança e amizade ora construída.

Ao meu ilustre orientador e a ilustre banca, que com serenidade, demonstrou os avanços necessários para conquistar o objetivo deste trabalho.

A todos os professores que conseguiram trazer a (des)construção e ruptura de alguns (pré)conceitos, se doando com a alegria de cada avanço.

As dedicadas funcionárias do GESTEC que, com seus sorrisos no atendimento tiveram a compreensão necessária. Em especial a Balbina que enxergou e compreendia cada angústia passada.

As colegas do grupo de pesquisa, que sempre atentas buscavam palavras de incentivo diante das preocupações.

A todos os colegas que se fizeram presentes durante o curso.

A todos os estudantes que participaram desta pesquisa, muita força e persistência nos objetivos, vocês já são casos de sucesso.

*[...] A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte*

*A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer*

*[...] A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade*

*[...] Diversão e arte
Para qualquer parte
Diversão, balé
Como a vida quer
Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo, eh!
Necessidade, vontade, eh!
Necessidade.*

Arnaldo Antunes; Marcelo Fromer; Sérgio Britto

RESUMO

O presente trabalho buscou investigar as estratégias da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para assegurar o direito à permanência estudantil. Sob esse olhar da permanência universitária, optou-se por compor como objeto os estudantes universitários que permaneciam nos cursos de considerável evasão. Essa mudança de foco permitiu destacar a convergência dos direitos humanos, pois a permanência no ensino superior é um direito do estudante e a evasão é a negligência desse direito. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo investigar as atuais estratégias de permanência estudantil da UNEB, associada as suas políticas de assistência estudantil para possibilitar a permanência universitária. Foi necessário contextualizar a relação entre direitos humanos e educação superior, analisando quais os meios para a UNEB atingir a permanência estudantil como efetividade do direito. Além disso, qual o perfil desses estudantes que “ainda” permanecem nos cursos com evasão. Sob o foco desses estudantes, foi pesquisado no Campus I da UNEB o que motiva os estudantes a continuar e, quais suas expectativas, a fim de identificar as possíveis influências na descontinuidade dos estudos. Com as políticas de assistência estudantil da UNEB foi possível trazer a dimensão que é abordada na permanência estudantil para os oriundos da vulnerabilidade socioeconômica. A metodologia adotada foi pesquisa de tipo exploratório e descritivo com Estudo de Caso convergindo para as abordagens quantitativas, qualitativas e análise documental. Assim, observou-se na UNEB que o tempo de permanência até evadir é de dois semestres e que, os estudantes persistentes nos cursos com alto índice de evasão estão divididos em três estratos, com perspectivas diferentes e relatam que a universidade não direciona para o mundo do trabalho. Além disso, as atuais políticas de assistência estudantil da Universidade ainda têm necessidade de se reestruturar visando garantir os direitos de uma permanência sustentável a todos os estudantes.

Palavras-chave: Direitos humanos. Permanência estudantil. Políticas públicas de assistência estudantil.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the strategies of the State University of Bahia (UNEB) to ensure the right to student permanence. Under this look of university permanence, it was decided to compose object as college students who remained in considerable dropout courses. This shift in focus has highlighted the convergence of human rights, for the permanence in higher education is a student of law and tax evasion is the neglect of that right. Thus, this study aims to investigate the current student permanence strategies of UNEB, associated their student assistance policies to enable the university permanence. It was necessary to contextualize the relationship between human rights and higher education, which analyzing the means to achieve UNEB student permanence as effectiveness of law. In addition, the profile of those students who "still" remain in evasion with courses. Under the focus of these students, it was searched on Campus I of UNEB what motivates students to continue and what are your expectations in order to identify possible influences on discontinuation of studies. UNEB with the student assistance policies was possible to bring the dimension that is discussed in student permanence for those from the socio-economic vulnerability. The methodology used was exploratory and descriptive research with case study converging on the quantitative, qualitative and documentary analysis approaches. Thus, there was the UNEB the dwell time to escape is two semesters and that the persistent students in courses with high drop-out rates are divided into three levels, with different perspectives and report that the university does not direct to the world from work. Furthermore, the current student assistance policies at the University still need to restructure in order to ensure the rights of a sustainable permanence to all students.

Keywords: Human Rights. Student permanence. Public policies for student assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama do significado da evasão.....	39
Figura 2 – Esquema Conceitual do Abandono	41
Figura 3 – Linha do Tempo que marcaram as políticas de acesso permanência da UNEB, 2012 a 2014.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de cursos do Estado da Bahia, Brasil, 1991 a 2007.....	36
Gráfico 2 – Total de Matrículas por situação das matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, Brasil e Bahia, 2013.....	36
Gráfico 3 – Evolução da Matrícula Inicial do ensino médio, Bahia 2000 a 2014	37
Gráfico 4 – Taxa de Evasão por período de ingresso dos cursos de menores concorrências segundo o Departamento, UNEB, 2011 a 2013	75
Gráfico 5a – Taxa de Evasão por período de ingresso de todos os cursos de Graduação, UNEB, 2011.1 a 2014.1	76
Gráfico 5b – Percentual de estudantes inativos pelo tempo na instituição (tempo de permanência em semestres) até a evasão da universidade UNEB, 2011.1 a 2014.1.....	77
Gráficos 6a-d – Distribuição das opiniões sobre os conteúdos de maior afinidade dos estudantes universitários indicados para análise, UNEB, 2014	82
Gráfico 7 – Opinião dos estudantes sobre a prioridade na escolha do curso da UNEB, para os cursos indicados para análise, UNEB, 2014.....	85
Gráfico 8a – Opinião dos estudantes sobre a prioridade na escolha do curso da UNEB, para o curso de Espanhol, UNEB, 2014	86
Gráfico 8b – Opinião dos estudantes sobre a prioridade na escolha do curso da UNEB, para o curso de Pedagogia, UNEB, 2014	86
Gráfico 8c – Opinião dos estudantes sobre a prioridade na escolha do curso da UNEB, para o curso de Turismo e Hotelaria, UNEB, 2014	87
Gráfico 9a – Justificativa do estudante universitário que respondeu <i>positivamente</i> a pergunta “se a Universidade direciona para o Mundo do trabalho”, UNEB, 2014	88
Gráfico 9b – Justificativa do estudante universitário que respondeu <i>negativamente</i> a pergunta “se a Universidade direciona para o Mundo do trabalho”, UNEB, 2014	90
Gráfico 10a – Justificativa do estudante universitário que respondeu <i>positivamente</i> a pergunta “se o seu Curso lhe possibilitará ascensão financeira”, UNEB, 2014.....	91

Gráfico 10b – Justificativa do estudante universitário que respondeu <i>negativamente</i> a pergunta “se o seu Curso lhe possibilitará ascensão financeira”, UNEB, 2014.....	92
Gráfico 11a – Atribuição do estudante universitário para a sua disciplina de maior média no semestre passado, UNEB, 2014.....	93
Gráfico 11b – Atribuição do estudante universitário para a sua disciplina de menor média no semestre passado, UNEB, 2014.....	94
Gráfico 12 – Distribuição de participação na renda familiar dos estudantes universitários indicados para análise, UNEB, 2014.....	95
Gráfico 13 – Opinião do estudante universitário se já pensou em se transferir de curso, UNEB, 2014.....	98
Gráfico 14 – Opinião do estudante universitário se já pensou em mudar para outra universidade/faculdade, UNEB, 2014.....	98
Gráfico 15 – Primeira atitude do estudante universitário diante de atividades em grupo, UNEB, 2014.....	99
Gráfico 16 – Pessoas que estudante universitário mais interage no ambiente de ensino, UNEB, 2014.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos cursos do processo seletivo Vestibular 2014 pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), segundo referências e departamentos do Campus I, Salvador	70
Tabela 2 – Vagas ofertadas dos cursos do processo seletivo Vestibular 2014 pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), segundo referências e departamentos do Campus I, Salvador	71
Tabela 3 – Distribuição do perfil do estudante dos cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014	79
Tabela 4 – Medidas descritivas das idades dos estudantes indicados para análise, UNEB, 2014	80
Tabela 5 – Medidas descritivas dos anos de conclusão no ensino médio dos estudantes indicados para análise, UNEB, 2014.....	80
Tabela 6 – Distribuição do perfil ensino médio do estudante, dos cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014	81
Tabela 7 – Caracterização sobre do ingresso dos estudantes na UNEB e opinião da justificativa de escolher a UNEB, para os cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014	82
Tabela 8 – Opinião do estudante universitário sobre o abandono, mudança e expectativas do curso escolhido na UNEB, para os cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014	88
Tabela 9 – Distribuição dos custos dos estudantes e utilização de livros da biblioteca na Universidade, para os cursos, turnos e semestres indicados para análise, UNEB, 2014	96
Tabela 10 – Opinião do estudante universitário sobre o apoio dos familiares na escolha do curso na UNEB, 2014.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional da Educação
CONSU	Conselho Universitário
DCET	Departamento de Ciências Exatas e da Terra
DCH	Departamento de Ciências Humanas
DCV	Departamento de Ciências da Vida
DEDC	Departamento de Educação
DH	Direitos Humanos
D.O.E.	Diário Oficial do Estado
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ES	Ensino Superior
FORGRAD	Fórum de Pró-reitores de Graduação
FUMP	Fundação Universitária Mendes Pimentel
GESTEC	Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (Mestrado)
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAP	Plano de Ações Prioritárias
PBF	Programa Bolsa Família
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PAP	Plano de Ações Prioritárias
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa Estudante Convênio - Graduação
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRAES	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROAF	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas
QVA	Questionário de Vivências Acadêmicas
SC	Sem conceito ENADE
SESu	Secretaria da Educação Superior (Ministério da Educação)
SISBA	Sistema de Inscrição de Bolsa Auxílio
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UPT	Programa Universidade para Todos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	21
2.1 PRINCIPAIS MARCOS DOS DIREITOS HUMANOS	24
2.2 A UNIVERSIDADE E OS DIREITOS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL..	27
2.3 DESAFIOS DA PERSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEUS DIREITOS	29
3 CAMINHOS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE	35
3.1 CONCEITO POLISSÊMICO DE EVASÃO UNIVERSITÁRIA.....	38
3.2 PERCURSO E PERCALÇOS PARA PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL....	43
4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL DO ESTUDANTE E A UNEB.....	50
4.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEB.....	51
4.1.1 Concessão de Bolsas Auxílio.....	52
4.1.1.1 Apoio à Transportes/Viagens.....	54
4.1.2 Residências universitárias.....	55
4.1.3 Atenção Biopsicossocial.....	56
4.2 POLÍTICAS DE COTAS COMO AÇÕES AFIRMATIVAS.....	58
4.3 GARANTIAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL.....	59
4.4 DO ACESSO À PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL NA UNIVERSIDADE..	64
5 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	66
5.1 DELINEAMENTO DO <i>LÓCUS</i>	69
5.1.1 A escolha dos cursos – análise interna.....	70
5.1.2 A escolha dos cursos – análise externa.....	72
5.2 APROXIMANDO OS SUJEITOS À PESQUISA.....	73
5.2.1 Diálogo com os dados quantitativos da instituição.....	74
5.3 MECANISMOS PARA CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES.....	77
5.4 A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	78
5.4.1 O Perfil dos estudantes em risco.....	78
5.4.2 O Ensino Médio: revisitando um passado recente.....	80
5.4.3 A motivação e o ingresso na UNEB.....	82
5.4.4 A renda e as despesas na universidade.....	94
5.4.5 Interação Família e Universidade.....	96
5.4.6 A continuidade no curso.....	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICES.....	112
ANEXOS.....	120

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo a Permanência Estudantil Universitária como garantia de Direito Humano. A grande motivação na escolha do objeto de estudo convergiu pela experiência trazida em caráter pessoal, quando observado o caminhar como estudante universitário do curso de estatística. Nesse curso, ingressavam em torno de 40 estudantes, porém, anualmente concluíam os estudos entre 4 a 5 estudantes egressos.

No decorrer da vida acadêmica, alguns percalços foram percebidos, principalmente sob a associação entre a educação e com o trabalho profissional. Entretanto, passados essa formação, caminhou-se na formação de professor de universidade pública e privada, o que permitiu conhecer outro olhar do processo de ensino e aprendizagem, bem como a possibilidade das garantias de permanência que poderiam ser postas pelo docente.

Ainda corroborando para a escolha do objeto de estudo, obtém a aproximação na UNEB no perfil de Estatístico, Analista Universitário, o que destacou no conhecimento da Gestão Universitária e o olhar promovido destes para conter a evasão Universitária. Entretanto, a inquietação ainda se manteve presente, ao perceber as estratégias adotadas pela Universidade para conter a evasão, uma vez que a Universidade destacava a permanência pelo sistema de cotas e suas formas do acesso como prioridade, porém, não focando para os estudantes que “ainda” estavam ativos, particularmente, nos cursos com considerável índice de evasão.

Desse modo, compreende-se que se existem políticas de permanência estudantil é porque existem estudantes que evadem dos cursos. Assim, indica-se que a evasão estudantil tornou-se um dos grandes problemas implícitos no processo de gestão educacional. A gerência de procedimentos educacionais perpassa por uma preparação que vai desde o planejamento pedagógico, de cada período com o escalonamento de professores, até a reserva de salas de aula e insumos de modo geral. Tudo isso representa custos para qualquer Instituição de Ensino Superior (IES).

A evasão estudantil, por outro lado, contraria todos os esforços de planejamento para os cursos como custeio para a criação e continuidade do curso pretendido, a contratação de professores, criação de salas, laboratórios e outros custos para a instituição. Além disto, contraria também a confiabilidade de referência

do curso e até mesmo da própria IES. Silva Filho *et al* (2007) destaca que a evasão estudantil no ensino superior é um problema para a Instituição, pois resulta em perdas econômicas, sociais e acadêmicas.

Compor planos, projetos e programas para conter a evasão e consolidar a permanência de estudantes não é *privilégio* apenas das políticas estudantis de nível superior. Nos ensino fundamental e médio, observa-se que a evasão escolar está dentre os temas que, historicamente, resultaram em diversas reflexões para a educação pública brasileira, e que ainda ocupa os primeiros lugares no desafio dos gestores educacionais na busca do ensino de qualidade para garantir a permanência do estudante.

Quando se registra o ingresso de um candidato para tornar-se estudante universitário, observa-se seu trilhar para a Universidade que, no caso da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, realiza-se uma avaliação padrão e eliminatória de conteúdos da língua portuguesa e literatura portuguesa, língua estrangeira, conhecimentos linguísticos, ciências humanas (história, atualidades e geografia), lógica matemática e ciências da natureza (física, química e biologia), e, após este desafio, o candidato-estudante consolida um desempenho relativo ao curso que optou. Ao ser aprovado e confirmado a matrícula, o mais novo estudante entra nos processos de ensino e aprendizagem. Contudo, com o passar da vida acadêmica, alguns destes decidem descontinuar seus estudos. Assim, avaliar a permanência estudantil nesse período é o ponto central dessa pesquisa, visto que esse é o momento mais conturbado para o estudante universitário. Assim, considerando este período crítico, o presente estudo investiga as estratégias da permanência universitária da UNEB os mecanismos que fazem o estudante permanecer no ensino superior. Sendo destacados os possíveis agentes para a evasão no curso que poderia comprometer o desempenho do estudante que “ainda” permanece na universidade.

Zago (2006) aponta para a questão da permanência de estudantes universitários de famílias de baixo poder aquisitivo e reduzido capital cultural. Para a autora, deve-se pensar na permanência como continuidade das ações de acesso ao ensino superior, criando possibilidades para permanecer. Assim, observa-se que lidar com a permanência escolar no ensino superior requer um olhar sob construtos externos e internos ao ambiente escolar do estudante.

Para Silva Filho *et al* (2007) existem impactos negativos da evasão escolar que perpassam os custos sociais do estudante ingressante que *descontinua* seus estudos. Mas também, os custos sociais dos estudantes que ainda *permanecem* no curso. Na UNEB, podem-se inferir indicadores negativos de cada estudante que evade, ou seja, custos sociais da instituição, na redução dos indicadores de avaliação institucional e por fim nos aspectos sócio-motivacionais dos estudantes que ainda permanecem na instituição.

A Constituição Federal, em seu artigo 24^o esclarece que a educação é um direito de todo cidadão e de competência do estado. Dessa forma, a Universidade pública do estado é co-responsável na formação integral do cidadão-estudante. Sob este aspecto, cabe uma investigação sobre as atuais políticas de permanência escolar no âmbito do Ensino Superior (BRASIL, 1988).

Assim, sob o olhar da permanência universitária, como direitos humanos e, a evasão universitária como interferência deste direito, emerge o problema de pesquisa sobre as atuais políticas de permanência estudantil da UNEB:

Quais estratégias a UNEB têm usado para assegurar o direito à permanência estudantil e a quem esta tem direcionado os esforços destas garantias?

Entre identificar os fatores da evasão e promover políticas públicas no fomento da permanência do estudante, optou-se pelo último enfoque. Dentre as diversas vantagens desta escolha, observa-se que, ao conhecer o estudante que ainda permanece, pode-se compor a percepção destes estudantes sob a sua continuidade e sucesso diante da propensa evasão universitária de seus colegas no seu curso, além de perceberem os fatores desencadeadores do que a instituição tem de melhor. Sob esta perspectiva, necessita-se pensar na reconstrução das atuais ações de permanência estudantil, visando à mudança de foco para o acesso e, principalmente, a permanência no âmbito universitário.

Assim, ao focar nos estudantes universitários que desejam permanecer em seus estudos, dentro de suas vivências profissionais e de suas angústias internas, está se discutindo sobre a *permanência escolar* no ensino superior e suas garantias como direitos sociais e coletivos.

Coulon (2008), em seu texto sobre a entrada na vida universitária propõe a discussão de três momentos: o momento do *estranhamento*, *da aprendizagem* e *da aflição*. A questão da evasão e permanência sob essa ótica estaria dentro da instância de *estranhamento* e *aprendizagem*, ou seja, no momento de ingresso e no

momento logo a seguir, considerado como angústia pela aprendizagem e pelos processos formativos recorrentes o nível superior. Cabe destacar, que dentro dos marcos dos direitos humanos, desde garantia universal e natural do ser humano e, até as garantias pelo coletivo devem ser tratadas como meio para evitar a evasão estudantil.

A permanência estudantil é um direito social e de competência da Universidade, contudo a evasão escolar é uma perda de garantia dos direitos humanos, onde prevalecem reflexos financeiros, sociais para a instituição e, principalmente para o estudante que ainda está na universidade.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o *art. 6º* deixa claro que Educação é um direito social e, o *art. 23º inciso V* esclarece que é competência da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios proporcionarem os meios de acesso à educação. Assim, quando mencionado acesso à educação, observa-se a prerrogativa dos direitos e garantias da permanência escolar de forma dinâmica à continuidade do estudante na universidade.

Por outro lado, dentro das diversas abordagens possíveis a serem tratadas diante do tema “acesso e permanência escolar”, observa-se um grupo de estudantes na eminência de *vulnerabilidade social*¹ e, possivelmente existencial, explicitamente, grupos de estudantes ainda remanescentes em cursos que apresentam altos índices de evasão, e permanecem com suas perspectivas de futuro profissional ainda resguardadas. A questão de reflexão ainda fica expressa: até quando este sentimento de continuidade e perseverança resistirá diante do grande impacto social que o almejado curso e estudante podem estar enfrentando?

Assim, o objetivo do presente trabalho é investigar estratégias de permanência instituídas pela UNEB como o direito à permanência estudantil. Especificadamente serão associados os Direitos Humanos na Educação Superior, bem como os mecanismos para atingir a permanência à educação superior como direito. Além disso, ao estabelecer o público de estudantes universitários que “ainda” permanecem será possível compreender quais expectativas estes tem na continuidade da vida acadêmica e assim, identificar quais percalços estariam influenciando na evasão universitária.

¹ O conceito de *vulnerabilidade social*, é a capacidade de adaptação a situações intermediárias de risco entre extremas de inclusão e exclusão, de forma dinâmica para o estudo das desigualdades, pelas *zonas de vulnerabilidade* em que estão envolvidos àqueles que buscam melhor posição social e grupos que lutam para manter seu padrão de inclusão e bem estar social BRASIL (2007, p.13).

Dessa forma, para atingir a este objetivo, o primeiro capítulo, *Direitos Humanos e educação superior* propõem conhecer marcos dos direitos humanos, que permitirão fazer a conexão histórica com as suas gerações, bem como compreender a relação da Educação superior com os direitos de permanência estudantil. Além disso, serão destacados os desafios de persistir em continuar a vida acadêmica, todos associados aos direitos que estariam assistidos.

Em seguida, no trilhar da permanência estudantil, será estabelecido o conceito da evasão universitária diante dos seus significados e *lócus*. Além disso, será possível estabelecer não somente os percursos, mas também os percalços para se atingir uma permanência sustentável na Universidade. Nesse sentido, essa sessão discute elementos que podem levar a evasão estudantil no ensino superior, como por exemplo, fatores da vida familiar e vida profissional.

No capítulo seguinte, serão apresentados os resultados das investigações das políticas públicas de acesso e permanência estudantil da UNEB. Além de identificar as formas de acesso aos estudantes de graduação, contrapondo com a realidade da evasão e permanência sustentável para estes grupos de universitários.

Destaca-se ainda, que o foco deste estudo é a permanência no sentido de continuidade da vida acadêmica e os elementos fixadores desta continuidade. Esta mudança do olhar para os sujeitos foi possível através da revisão da literatura, que identificou o caminho de pesquisadores para com os estudantes que evadiram, e não privilegiaram os estudantes resistentes ao percalço da evasão escolar universitária.

Passando-se desta etapa teórica-conceitual, a sessão de *Construção Metodológica da Pesquisa* compõe os mecanismos sistemáticos e importantes para a parte seguinte do delineamento da pesquisa. Assim, esta é uma concepção inovadora diante do objeto estudado, do ambiente a ser discutido e de sua relação com os direitos humanos. Uma vez que permitirá apoiar as discussões das políticas de permanência sustentável da universidade.

Além disso, através da caracterização dos sujeitos pesquisados, será possível conhecer um pouco da vida acadêmica do estudante e a percepção daqueles que “ainda” encontram-se ativos da instituição, cujo curso está atrelado aos altos índices de evasão.

Na aproximação dos sujeitos à pesquisa, algumas variáveis latentes à evasão foram consideradas, como a concorrência no vestibular (ANEXO D), em que se

destaca que os cursos de baixa concorrência apresentam índices maiores de evasão escolar (SILVA FILHO *et al* 2007).

Fica evidente abordagem descritiva, exploratória e investigativa do fenômeno da permanência estudantil, sob a ótica dos estudantes que ainda continuam frequentando cursos com alto índice de evasão no ambiente do ensino superior de universidades públicas, neste caso da UNEB.

Sob a luz do objeto de estudo e suas particularidades, fragmentos do estudo de caso também são mencionados neste capítulo, além da combinação de metodologias como pesquisas documentais e bibliográficas, com uso da análise de conteúdo do questionário aplicado ao estudante, sujeitos partícipes da pesquisa. Desse modo, o estudo está composto na análise teórica, dados quantitativos e qualitativos a fim de aprofundar a discussão da permanência escolar.

Assim, no final deste trabalho propõe-se estabelecer os mecanismos que podem auxiliar as políticas públicas para a permanência universitária dos alunos, trazendo-se propostas para o alcance das políticas de permanência sustentável na universidade, com vistas à comunidade acadêmica, especialmente na melhoria do acolhimento do estudante e seu percurso acadêmico até tornar-se um profissional de nível superior.

2 DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO SUPERIOR

*A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos.
(Hannah Arendt)*

Para melhor entender este capítulo, discute-se a origem do termo Direito, originado do latim "*rectum*" e "*directum*", que tem o sentido de 'reto' ou 'caminho reto', associado ao termo jurídico que do latim deriva "*jus*" que significa "Direito" e também "*justum*", ou seja, aquilo que é justo ou, de acordo com a justiça, ou também representado como santidade (GUIMARÃES, 2004; MONTORO, 2000). Podendo ser entendido como as normas formuladas pelos homens com finalidade de controlar a sociedade. Assim, pode-se inferir que o direito seria a garantia do indivíduo no exercício de que é justo ou correto perante a sociedade.

Os Direitos Humanos (DH), por sua vez, direcionam-se a diversas abordagens de análise conceitual, associados a períodos históricos de fundamental importância à sua concepção. Como por exemplo, o dia de 10 de dezembro de 1948, em que, através da assembléia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Apesar de ter sido redigida em 30 Artigos, apresenta uma profundidade tal, que até hoje segue conceituada e enraizada em outras políticas, planos, programas e projetos garantidos por leis, regulamentos, portarias e estatutos, que estão relacionados entre si.

Como por exemplo, a própria Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), no Art.1º registra como fundamentos básicos a cidadania e dignidade da pessoa humana, e retrata novamente a DUDH, em que expressa:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II — ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III — ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV — é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

É possível perceber a ênfase na preservação da igualdade do ser humano não permitidas distinções entre sexos, regiões de origem e repressões sociais pelas quais o indivíduo pode sofrer, além da livre manifestação do pensamento. De modo específico, pode-se incluir neste conceito, a educação enquanto direito de social de todos, independentemente da origem do estudante, do sexo, ou de repressões sociais no âmbito da Educação Superior, antecedentes ao ingresso na Universidade. Assim, as garantias de permanência escolar universitária têm caráter relevante dos Direitos Humanos (DH).

Importante destacar que as garantias atribuídas pela cidadania devem estar focadas na sustentabilidade social, provendo assim o direcionamento das políticas públicas para o pleno desenvolvimento social, conforme corrobora Rocha

O desenvolvimento social centrado na cultura da solidariedade e na dignidade das pessoas humanas e no reconhecimento da cidadania exige não apenas medidas emergenciais de alívio à pobreza, mas políticas públicas que elevem os marginalizados à condição não de objeto, mas de agentes do seu próprio desenvolvimento. (ROCHA, 2008, p.92)

Por outro lado, Benevides (2004) retrata o atual “[...] entendimento dos DH sendo caracterizados de forma deturpada pela opinião pública, que frequentemente associa à bandidagem ou criminalidade”. A autora comenta que esta mentalidade está marcada pelos interesses dos poderosos uma vez que, neste país marcado pelas desigualdades e má distribuição de renda, a miséria pode ser ameaçadora conforme a imensidão da população nesta categoria. Desse modo, as informações em excesso acabam por manter esta argumentação para a 'massa', estigmatizando os reais conceitos e aplicações dos Direitos Humanos, excluindo a mentalidade original de suas garantias (BENEVIDES, 2004).

Cabe ressaltar que a ideia central dos direitos humanos parte da dignidade da pessoa humana, isto é, considera que todo ser humano deve ser igualmente respeitado, independente de sua condição econômica, pessoal ou social. Por outro lado, para garantir essas premissas muitas lutas aconteceram na busca pela justiça para promoção da igualdade entre os indivíduos, como por exemplo a luta pela liberdade e não discriminação da pessoa humana, quando se trata da escravatura, mulheres, trabalhadores, negros, indígenas, homossexuais, entre outros.

Interessante perceber que a dimensão internacional precursora à DUDH foi decisiva para sua formulação e garantia. Reconstruindo o tempo, como elo do presente em detrimento aos anseios de igualdade do passado, se direcionado para os Estados Unidos e a França, inversamente com a Revolução Francesa (1789) marcam-se o surgimento dos principais direitos e garantias, como o direito à liberdade de expressão, do pensamento e garantias expressas na Declaração dos Direitos do Homem do Cidadão em 26 de agosto de 1789, expressando o cenário de angústia de seu povo em sua época destacados a seguir:

[...] tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; [...] Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum. Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão (BRASIL, 1789).

As reflexões iniciadas nesse documento, a sociedade ansiava pela igualdade, cansada dos males da corrupção dos Governos e a baixa prioridade nas necessidades fundamentais de todo ser humano, enquanto igualdade de direitos e liberdade de expressão. Com destaque para a finalidade expressa das premissas das atuais políticas públicas, quando delibera que a *associação política* seria o mecanismo de manutenção dos direitos naturais e indissociáveis de todo homem.

Esse documento reativa, portanto, a importância das lutas e desejos de igualdade e independência, que anteriormente, no dia 04 de Julho de 1776, foram registradas na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América dos Treze Estados Unidos da América, tal documento argumenta que são inalienáveis a todos os homens o direito à vida, a liberdade e a busca pela felicidade. Ainda, direciona estes princípios naturais com os insólitos poderes dos governos e seus direitos de fácil revogação e alteração quando indica que:

[...] todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que

qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la [...] (EUA, 1776).

Em ambos os documentos destacam-se o direito à vida, a igualdade de expressão e valorização do ser humano enquanto indivíduo livre e com garantias expressas em princípios, não em determinações. Interessante notar que ambos os documentos registram a importância das políticas públicas, como ferramentas de inserção e manutenção destes princípios.

Especificadamente, diante das consequências da Segunda Guerra Mundial, em resposta a um regime de destruição, pelo qual as pessoas eram tratadas de forma deplorável e desprezível. Surge assim a reconstrução da sociedade e sua dignidade como ser Humano, sendo a DUDH, o instrumento pelo qual emancipa estes princípios e valores como universais e assegura respeito irrestrito ao poder do Estado, legitimado pelo interesse internacional. Isto garante sua ampliação mundial como jurisdição, ou seja, os Direitos Humanos são universais e naturais devendo ser regidos pelo mesmo princípio de responsabilidade e garantia em qualquer país do mundo, visto que se referem a todo ser humano em sua universalidade.

Todos esses anseios pela dignidade humana que antecederam a DUDH acabaram por influenciar as conjecturas dos Direitos Humanos, que, diante do tempo, dos acontecimentos e necessidades de garantias universais, como premissas do direito à vida, atinge seu marco em gerações igualmente necessárias e interdependentes, ou seja, todos os direitos são relacionados entre si e não há hierarquia entre eles, o que pode ser observado a seguir numa perspectiva e enfoque histórico.

2.1 PRINCIPAIS MARCOS DOS DIREITOS HUMANOS

Uma reflexão histórica dos acontecimentos é fundamental para compreender os principais fatos, como marcos das gerações dos direitos humanos e faz-se necessária para que seja possível contextualizar avanços e/ou recuos na atualidade.

Sob a influência histórica, a primeira geração se inicia a partir dos direitos *civis e políticos* direcionados às liberdades individuais contra os princípios de opressão, absolutismo, perseguições políticas ou religiosas, bem como as diversas formas de liberdade, resguardando o direito à vida. Esta geração é marcada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da revolução Francesa e também

pela Declaração de Independência dos Estados Unidos, em que registra a insatisfação e angústia diante da realidade política, econômica e social da época. (BENEVIDES, 2004; BOBBIO, 2004)

No fim do século XIX, com o avanço industrial e fortalecimento do capitalismo, surge a necessidade de contratação de grandes massas populacionais, gerando a exploração destes trabalhadores e trabalhadoras, excluindo dos devidos direitos, ainda inexistentes para o acontecimento da época. Destacam-se este favorecimento a pequenos grupos, os chamados emergentes burgueses. Neste cenário, de desigualdade social, entra em ação o movimento operário e sindical, originando a Revolução Industrial, que gerou conquistas a partir de lutas no início do século XX, com destaque para os direitos ao salário, redução da jornada de trabalho, férias e garantia de seguridade social.

Nessa nova perspectiva e com a premissa de garantia do direito à vida e a liberdade, surge a “segunda geração” de direitos, objetivando garantir os *direitos sociais, econômicos e culturais*. Dentro deste contexto temporal e histórico, em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos é constituída. Entretanto, novas gerações do direito humano continuam surgindo.

Nesse caso, os direitos de “terceira geração” também chamados *direitos difusos*, relacionados ao desrespeito ao meio ambiente, à devastação do planeta, à poluição do ar e da água, ao acúmulo de lixo e exploração dos recursos naturais. Também, nesta prerrogativa dos direitos difusos, ocorridos a partir da década de 1970, são agregados os direitos dos grupos humanos registrados pelas coletividades étnicas, do povo, ou ainda da própria humanidade, como o caso do direito à paz, o direito das mulheres, crianças e adolescentes. Com representação e destaque para as minorias étnicas, dos jovens e idosos, bem como os direitos dos consumidores. Sendo então, caracterizado pelos *direitos da humanidade, inclusive pelo futuro da humanidade*, diante de um meio ambiente que busca a manutenção do equilíbrio.

Assim, atendendo ao tempo dos acontecimentos e das necessidades humanas, Bobbio (2004, p. 9) discute que “[...] os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem e podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem [...]”, neste sentido, a “quarta geração” dos Direitos Humanos agrega os *direitos sobre a criação de novas formas de vida em laboratório*, ou seja, direitos voltados à bioética. O autor discute:

[...] os efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo. Quais são os limites dessa possível (e cada vez mais certa no futuro) manipulação? [...] o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens — ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor. (BOBBIO, 2004, p.6).

Desta forma, Bobbio (2004) acumula os elementos indissociáveis da história dos Direitos Humanos, e ainda afirma as diversas perspectivas filosóficas, política, ética, cultural e trabalhista do indivíduo.

Por isso, sob todo este marco do direito sob a luz do amparo histórico, os Direitos Humanos são representados por ações de um povo com vistas a garantir sua dignidade humana. Caracterizado pela *universalidade* do direito humano, no sentido de que todo ser humano, independente de onde esteja, deve ser garantido o acesso à saúde, alimentação, educação e todos os demais direitos, sendo os governos nacionais, responsáveis por garantir a aplicação destes.

Todo este caminhar histórico e temporal traz a reflexão de outros momentos da história, não de um passado, mas de passos a frente de nosso tempo, como a reflexão das garantias do direito a propriedade intelectual, fragilidades de acesso às informações pessoais do indivíduo nos sistemas informações digitais, exposição não autorizada da imagem do indivíduo, dentre outras garantias e direitos a serem devidamente concebidas. Entretanto, emerge como seria a estes outros momentos diante do princípio da cidadania, enquanto direitos locais.

Nesse aspecto, quando se discute cidadania, está diretamente expressa a natureza política, dentro de um amparo nacionalista, relacionado aos membros de uma sociedade comum. Esta, representada diretamente pela capacidade assistencialista do estado e sua regulamentação jurídica.

Interessante pensar, que os direitos agregados à cidadania não são, necessariamente, considerados direitos universais, uma vez que é determinada através do estado e tem caráter jurídico local. Assim, cabe destacar que tais direitos estão contidos nos direitos humanos que, como elucidado, tem caráter muito mais abrangente e ampliado (BENEVIDES, 2004).

Por outro lado, uma garantia plena dos direitos humanos, requer o uso mais amplo deste exercício de cidadania. Desse modo, a Declaração de 1948, retoma à

atualidade empreendedora ao combinar os conceitos de cidadania com os discursos social, civil e políticos, considerados como direitos sociais, econômicos e culturais do seu Art. 22 ao 28 (PIOVESAN, 2004). Por isso, o foco nos direitos sociais no âmbito da Educação Superior discute a seguir, as garantias de permanência escolar universitária como parte relevante dos DH e ao exercício pleno da cidadania.

2.2 A UNIVERSIDADE E OS DIREITOS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Os artigos 205 e 206 da Constituição de 1988 alertam sobre a responsabilidade e princípios da educação como fundamentos para o exercício da cidadania e trabalho, sendo que estes aspectos podem ser tratados como garantia para a continuidade da vida e conhecimento diante da exigibilidade dos Direitos Humanos em que expressa:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I — igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II— liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (BRASIL, 1988)

Observa-se o dever do Estado em prover a educação com vistas a garantir o exercício dos Direitos humanos do cidadão-estudante e, em particular, a garantia de ampliação dos seus conhecimentos com vistas à qualificação para o trabalho. É perceptível e direto o destaque do dever do Estado em prover condições *de acesso e permanência na escola*, ou seja, cabe ao Estado promover políticas públicas de qualidade que garantam a permanência do estudante, garantindo durante o processo de ensino-aprendizagem a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e divulgar seus pensamentos, arte e saber.

O artigo 26 da DUDH já elucidava que “todo ser humano tem direito à instrução” e ressaltava os avanços do ensino “nos graus elementares e fundamentais” como gratuito, a instrução elementar como obrigatória, destacava também a educação profissional ao acesso a todos e, particularmente, sobre a educação superior que fosse “baseada no mérito”. Assim sendo, conceber a

educação superior como Direito Humano representa um ganho significativo para os estudantes, primeiro com a caracterização da *indivisibilidade* dos Direitos Humanos, segundo pela *interdependência*, visto que esta não poderá estar limitada a garantir acesso à educação, mas também a condição cultural, social, ou étnico-racial do indivíduo-estudante.

O *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais² e Culturais* de 1966, discute, dentre outras questões, o princípio do acesso igualitário à educação superior e observa-se que a educação superior é um direito humano que deve resguardar os princípios de dignidade da pessoa humana, como se pode perceber no art. 13:

Os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade e reforçar o respeito pelos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

[...] A educação de nível superior deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação do ensino gratuito.

Neste Pacto é reforçada a importância das políticas públicas na universidade pública de ensino superior, ao qual avança sobre as diversas possibilidades para garantir o acesso a todos os estudantes por via do ensino gratuito. Entretanto, no texto inicial ainda cabe destaque, particularmente sob o dever do estado em prover a educação, mas também o desenvolvimento da personalidade do estudante que se encontra em plena modificação, considerando a idade de ingresso na universidade.

Desse modo, sob o olhar de como encaminhar a educação superior, os DH assumem a peculiaridade de algumas garantias não somente para educação de qualidade, mas também para questões relativas às formas de acesso, permanência e sucesso neste percurso acadêmico. Neste sentido de diversidades de condições de permanência dos estudantes universitários integram-se quando se discute a permanência de estudantes em cursos com alto índice de evasão

² Este Pacto foi registrado na Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia de 16 de Dezembro de 1966, entrando em vigor na ordem internacional: 3 de Janeiro de 1976, em conformidade com o artigo 27.º. e no Brasil, o Decreto nº 591 - de 6 de julho de 1992, expressa em sua totalidade este *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais*. "Art. 1º O pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém". Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm> Acesso em 24/06/2014).

2.3 DESAFIOS DA PERSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEUS DIREITOS

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) no seu artigo 2º já determina o dever do Estado, ao qual inspira princípios norteados da DUDH, ao disciplinar a liberdade e valorização dos ideais de solidariedade humana, sob a prerrogativa do desenvolvimento do estudante, qualificando-o para o trabalho e pleno exercício da cidadania.

Ao aprofundar sobre estes princípios, a LDBEN ainda disciplina sobre a “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, Art.3º inciso I), o que evidencia a *universalidade* e também as dependências que existem entre as leis.

Das principais características dos Direitos Humanos a *universalidade* emerge quando aplicada aos estudantes universitários, uma vez que este absorve os direitos dentro da Universidade e suas normas, mas fundamentalmente às garantias ampliadas dos Direitos Humanos.

Mais adiante, destaca-se que os Direitos Humanos também necessitam ser *interdependentes* a todo estudante-cidadão, isto é, devem estar assegurados aos estudantes não somente diante de garantias de educação e ensino, mas também garantias aos direitos naturais como moradia, saúde e alimentação adequada e de boa qualidade.

Ademais, os DH quando associados neste princípio de *indivisibilidade* e *interdependência* resguardam uma peculiaridade especial para a educação. Com enfoque na educação pública, não se pode apenas garantir acesso do estudante, é imprescindível que se subsidie meios para a permanência, atendendo às necessidades e particularidades da população dos estudantes. Sendo que esta garantia perpassa diversas garantias assistidas pelas gerações do direito.

Como já visto na LDBEN, o Art. 3º, inciso I, destaca o princípio de igualdade para permanência na escola. Contudo, no Art.º 43º enfatiza a finalidade da educação superior, ao destacar a importância de estimular o espírito científico e o pensamento reflexivo, o direcionamento para a inserção no trabalho, ou seja, o direcionamento para o mundo do trabalho, de forma participativa na sociedade brasileira. Além de fomentar o aprendizado cultural e profissional, de modo prático e abrangente (LDB, Art.43º incisos I ao VI)

Associando este princípio às ações da Universidade pública estadual, resgata-se a primeira geração dos direitos humanos e as premissas da Revolução Francesa, ou seja, o estudante, uma vez, socialmente necessitado precisa garantir sua igualdade de acesso para com os demais. Assim, em uma abordagem específica para a UNEB, destaca-se as políticas de ações afirmativas pelo sistema de cotas resgatam esta oportunidade ao estudante, uma vez que reserva um percentual das ofertas de vagas para este estudante (UNEB, 2002).

Por outro lado, uma vez inserido na Universidade, este estudante, pode necessitar de ajuda pecuniária para se sustentar, o que neste caso, vai incidir sobre seus direitos individuais ou naturais, que são considerados pela própria essência do indivíduo e que permeia sua condição natural de ser humano, ou seja, o direito à vida, sendo esta da ordem da primeira geração do direito.

Particularmente, destaca-se que a UNEB, por meio da Pró-reitora de Assistência Estudantil (PRAES) (UNEB, 2009a), assegura a um grupo limitado de estudantes bolsas-auxílio (UNEB, 2015).

Por meio de Resolução do CONSU, a UNEB autoriza a concessão de 1.100 bolsas auxílio por ano, para os estudantes matriculados, reservando-se prioridade aos oriundos pelo sistema de reserva de vagas para negros e indígenas e, também, para os estudantes com baixo poder aquisitivo. Garantindo-lhes três tipos de bolsas, a saber:

[...] I - Bolsa Auxílio-Residência: Serão disponibilizadas até 500 (quinhentas) bolsas individuais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), creditados, em até 08 (oito) parcelas no exercício financeiro vigente, aos estudantes residentes dos cursos de graduação, devidamente selecionados pela Comissão de Assistência Estudantil dos Departamentos ou Campi, com base em Edital comum à Universidade;

II - Bolsa Auxílio-Permanência: Serão disponibilizadas até 550 (quinhentas e cinquenta) bolsas no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), creditados, em até 08 (oito) parcelas no exercício financeiro vigente, aos discentes devidamente selecionados pela Comissão Permanente de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), com base em Edital comum à Universidade;

III - Bolsa Auxílio-Emergência: Serão disponibilizadas até 50 (cinquenta) bolsas no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) aos discentes devidamente avaliados pela equipe biopsicossocial da PRAES, com base em Edital comum à Universidade. (UNEB, 2015) (grifo do autor)

Assim, de certa forma, tais fomentos de auxílio são direcionados como mecanismos de permanência estudantil. Entretanto, estes instrumentos de assistência social, particularmente, aos estudantes na eminência de violação dos direitos individuais ou naturais, são garantias transitórias, que mesmo favorecidas pelas políticas públicas de permanência estudantil, não necessariamente efetiva de modo sustentável a permanência do estudante universitário, nem tão pouco, abrange o quantitativo necessário da Universidade Pública.

Quando tais fomentos são associados aos mecanismos para a assistência do estudante, sobre a expectativa da permanência universitária retoma-se o olhar sobre a *DUDH* (aprovada em 1948 pela ONU) no desempenho de um papel relevante diante dos direitos fundamentais para todos os seres humanos e corrobora, em seu princípio, sobre a liberdade, igualdade em termos de dignidade humana, como elementos que servem de um ideal a todos os povos.

No que se refere aos DH como desenvolvimento social, Rayo (2004) expressa sobre a aplicabilidade desta declaração e a sua aceitação universal:

[...] apesar de não ser de cumprimento obrigatório, a Declaração tem tal força moral que alcançou uma aceitação universal. Suas disposições incorporaram-se nas leis e nas constituições de muitas nações, assim como em outras convenções sobre os direitos humanos e em tratados desde 1948. (RAYO, 2004, p.18).

Nesse aspecto, de alcance e incorporação de novas leis e decretos, a UNEB, como instituição pública e estadual tem obrigação legal e moral de registrar em suas Resoluções elementos base desta prerrogativa legal dos DH.

Denota-se também que a *DUDH* indica que o ser humano deve estar centrado no seu desenvolvimento, com participação ativa e também se beneficiando deste instrumento norteador. Deste modo, o indivíduo-estudante com a apropriação de conhecimento sobre DH pode tornar-se um cidadão-estudante ainda mais expressivo e participativo em sua comunidade, quando imerso no ambiente acadêmico e político.

Por outro lado, os DH aplicados à educação favorecem a discussão sobre o processo de *discriminação* social, seja por questões raciais e de intolerância. Neste sentido, Rayo (2004, p.54) destaca que a discriminação racial acaba por dificultar o alcance dos direitos humanos básicos (exclusões, restrições, discriminações baseadas na raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica), gerando conflitos

sociais e dificultando aspectos de convivência social. Neste mesmo argumento discriminatório, os estudantes que decidem permanecer em cursos com alto índice de evasão também sofrem com estes preconceitos e discriminações, não somente social, mas são relegados e moralmente desmotivados em continuar seu almejado curso.

A convivência social, associada a dois grupos distintos, pode promover a dissociação, gerando conflitos e segregações. Este é um dos aspectos dos grupos de estudantes evadidos em detrimento aos estudantes que ainda continuam seus estudos. Rayo (2004) demonstra o conceito de convivência:

Conviver é, principalmente, viver em comunidade, estabelecendo pautas e normas que favoreçam a ajuda, a segurança, a colaboração e a cooperação necessárias para, em primeiro lugar, satisfazer as necessidades humanas básicas através do trabalho e da divisão equitativa de bens; e, em segundo lugar, para resolver de forma eficaz os conflitos de relações que se produzem no seio da comunidade. (RAYO, 2004, p.108)

Para garantia da convivência humana, deve-se levar em consideração que o desenvolvimento humano concentra elementos como: “[...] o que as pessoas devem ter, o que devem ser e o que devem fazer para assegurar sua própria subsistência”, Rayo (2004, p.119). Desta forma, os Direitos Humanos no âmbito do convívio social deve garantir além das necessidades básicas, o processo continuado de participação, como elemento do desenvolvimento humano, seja para o fortalecimento de seu curso como discussão de currículo, professor, estrutura escolar com vistas a permanência escolar, mesmo diante de amplo índice de evasão.

Nesta semântica de convivência, Rayo (2004) destaca que na dialética entre as necessidades e a construção como prática das capacidades humanas surge o conceito de valores. Por outro lado, a convivência e os valores atribuídos por cada grupo, socialmente distinto, levam ao conflito social. O autor ainda destaca o conceito de valores:

Valores que são socialmente aceitáveis quando surgem da generalização social de determinados grupos de necessidades, transformando-se, por conseguinte, em preferências sociais compartilhadas por mais de um grupo ou sociedade. (RAYO, 2004, p.103)

Estes valores, direcionados aos cursos de graduação de alto índice de evasão, uma vez generalizados, passam a ser cursos socialmente discriminados, e fadados ao baixo índice de ingressos. Conseqüentemente estes valores passam a rotular todos os estudantes destes cursos que ainda permanecem ou persistem ativos, causando conflitos de convivência social.

Sob a perspectiva dos valores sociais, Rayo (2004) destaca o distanciamento entre o que se pensa e se faz:

Se estivéssemos plenamente ajustados à realidade, não caberia falar de justiça nem de valores como algo a conquistar. Assim, pois, a emenda à totalidade dos valores éticos – ou dos direitos humanos – porque não se refletem suficientemente na prática – uma objeção não infrequente na boca de apocalípticos -, não é legítma nem válida. A constatação da distância entre o que dizemos e o que fazemos dever ser, pelo contrário, o ponto de partida da crítica, do protesto diante de algumas situações e alguns comportamentos que, de uma perspectiva ética, são decididamente insatisfatórios.(RAYO, 2004, p.109 *apud* CAMPS, 1994, p.12-13)

O papel dos Direitos Humanos atribuídos à educação e sua prática, favorece o respeito ao indivíduo-estudante, independente de sua opinião, isto é, seus valores inerentes às ações de continuidade ou interrupção escolar, e pela sua luta à permanência *escolar e estudantil*³. Desse modo, os DH devem ser compreendidos no âmbito de uma cidadania em que se exige atitudes de respeito em relação à dignidade individual e coletiva, reconhecendo o outro e suas formas de entender o mundo, ou seja, seus valores sociais.

Sob o negligenciar da dignidade individual e coletiva, a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (PORTUGAL, 1980) conceitua claramente a *discriminação* no art.1º e destaca a atenção à exclusão de pessoas ou grupo de pessoas, particularmente a referência ao acesso à educação, independentemente de seus argumentos sociais contraditórios:

[...] entende-se por discriminação toda a distinção, exclusão, limitação ou preferência que, com fundamento na raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou de nascimento, tenha a finalidade ou efeito de destruir ou alterar a igualdade de tratamento no domínio de educação e, em especial: Excluir qualquer pessoa ou

³ Para fins de diferenciação dos atores sociais envolvidos, a Permanência escolar enquanto meios de ação que a gestão universitária precisa fazer para garantir a permanência do aluno. A permanência estudantil, por outro lado, refere-se diretamente ao aluno e suas necessidades básicas, inseridas na primeira geração do Direito humano, que também pode ser vista como permanência escolar, se tratada sob o olhar da gestão.

um grupo de pessoas do acesso a diversos tipos e graus de ensino [...] (PORTUGAL, 1980).

Desta forma, a Convenção indica especial atenção sobre as discriminações no âmbito de qualquer outra opinião, que, mesmo contrária à maioria pode levar a rejeição moral e social do indivíduo-estudante que, ainda decide por continuar seus estudos com qualidade e condições para ser ministrado.

Contrapondo ao processo de discriminação, a política de ações afirmativas tem um cenário da chamada *discriminação positiva*, ou seja, mesmo tratando o diferente como diferente, no ingresso à Universidade, esta seria uma proposta de promoção da equidade social como meio garantia social e realinhamento das bases a princípio vulneráveis sociais.

Assim, diante da DUDH na perspectiva da discriminação social e valores atribuídos na convivência social de uma sala de aula, a evasão e suas causas promovem elementos complexos, porém significativos à violência estrutural, desrespeitando os Direitos Humanos do outro, uma vez que promove perigos à permanência estudantil diante de valores explícitos e implícitos atribuídos à evasão e alvo dos estudantes que ainda persistem em seus estudos.

3 CAMINHOS PARA A PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL NA UNIVERSIDADE

*Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente de qualquer jeito.
(Martin Luther King)*

O principal desafio da política pública considerando uma Gestão Educacional Universitária integrada aos direitos humanos é propor mecanismos que assegurem a continuidade da vida acadêmica para todos os estudantes. Desse modo, os indicadores de qualidade da Universidade devem ser os marcadores, sistematicamente agregados que irão formar um painel com informações para a gestão educacional.

Nesse sentido, os indicadores utilizados na construção de tais políticas podem ser expressos, por exemplo, pelas garantias de acesso, a luta pelo combate à evasão estudantil e o suporte ao egresso. Também é relevante atentar para os estudantes que “ainda” permanecem na instituição, uma vez que poderia divergir das garantias asseguradas nos seus principais direitos.

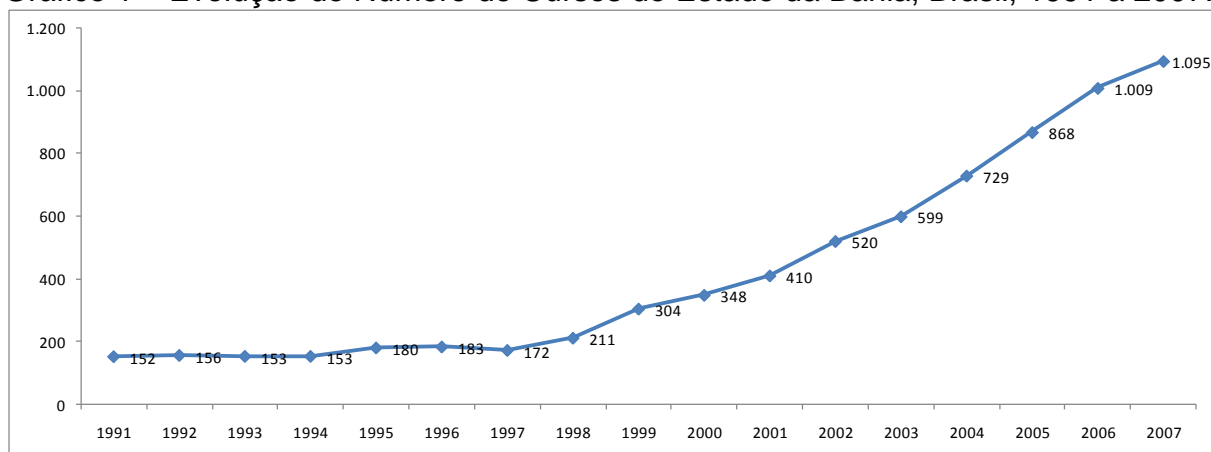
Estes problemas citados seguem um percurso desde o Ensino Fundamental, Médio e, chega ao Ensino Superior. Ao emergir a discussão do abandono ou evasão estudantil universitária, toda gestão educacional compromete desgastes que decorrem do planejamento pedagógico com a seleção dos professores, reserva de salas de aula e até custos indiretos. Tudo isso representa custos para a Instituição de Ensino Superior (IES).

Resgatando a menção de Silva Filho *et al* (2007) quando expressa que a evasão estudantil do Ensino Superior é um problema para a Instituição, visto que resulta em perdas econômicas, sociais e acadêmicas. Este problema gera impactos diretos nos indicadores de qualidade da instituição e, a gestão perde estudantes para outra universidade, para outro programa e até mesmo por motivos particulares do estudante. A consequência desta ação não se limita a responsabilidade ao estudante, uma vez que a instituição é coresponsável por estes indicadores.

Neste sentido, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988, p.4) resguarda este direito quando registra no Art.24º “[...] a educação é um direito de todo o cidadão e de competência do estado”. Desta forma, a Universidade tem a responsabilidade de formação integral do cidadão-estudante trazendo recursos e ações que subsidiem a sua permanência (BRASIL, 1988).

Associado a isto, observa-se o crescimento do número de cursos de graduação existentes no estado da Bahia, nos últimos anos. Segundo os dados do Censo da Educação Superior/MEC, o ano de 1998 indicou haver 211 cursos, passando em 1999 para 304 cursos, ou seja, um crescimento de 44,1%. Esta tendência de crescimento tem aumentado linearmente nos anos seguintes, atingindo em 2007 o marco de 1095 cursos, conforme expresso no Gráfico 1.

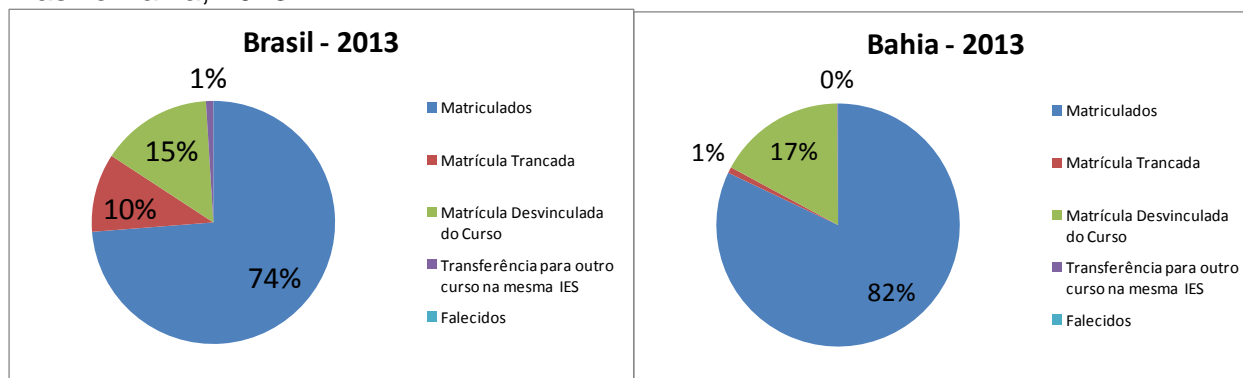
Gráfico 1 – Evolução do Número de Cursos do Estado da Bahia, Brasil, 1991 a 2007.



Fonte: Censo da Educação Superior, Fonte: MEC/INEP/DEED. Gráfico adaptado pelo autor.

Sob o olhar da situação das Matrículas nos cursos de Graduação, a Sinopse da Educação Superior do Censo de 2013 registra das 9,9 mil de matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância no Brasil, 26% de estudantes deixou de estar matriculado. Para as Universidades Estaduais da Bahia, este percentual altera-se para 18%, em que é mais indicativa a Matrícula desvinculada do curso, conforme:

Gráfico 2 - Total de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, Brasil e Bahia, 2013



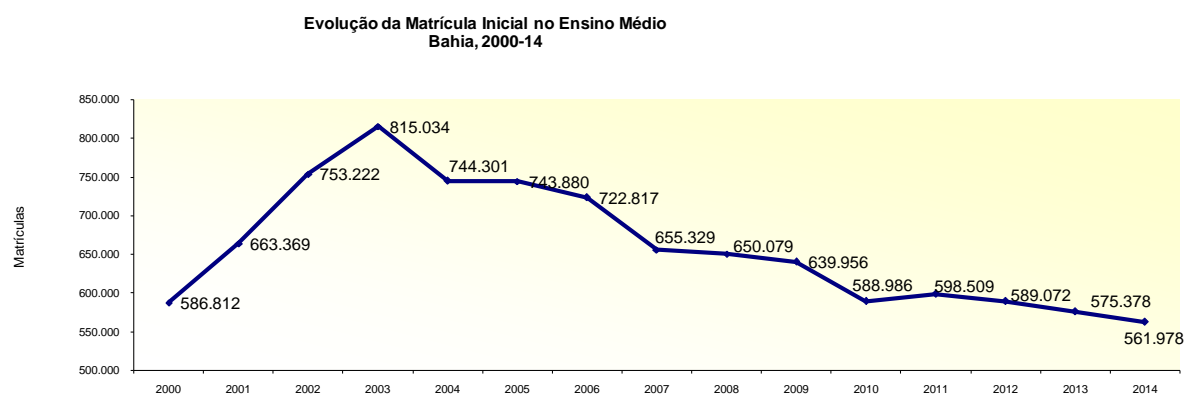
Fonte: Sinopse da Educação Superior, MEC/INEP/DEED. Gráfico adaptado pelo autor.

Por outro lado, dentro desta prerrogativa expressiva de matrículas existentes no Brasil, 74% e 82% para as Universidades Estaduais (GRÁFICO 2), é representativo avaliar a situação destes estudantes que permanecem ativos na Universidade, uma vez que estes direcionam os resultados de incentivo das políticas públicas e garantem o acesso das universidades aos programas, planos e projetos nacionais na educação ensino superior. Exemplifica-se o *Plano Nacional de Assistência Estudantil* (PNAES) registrado para as Universidades Federais e para as Universidades Estaduais registrado pelo *Programa Nacional de Assistência Estudantil* (PNAEST).

É importante perceber que a demanda de estudantes oriundos do ensino médio, em verdade são os estudantes ora persistentes desta modalidade de ensino que irão tentar ingressar e se manter na Universidade. Desta forma, assegurar a *qualidade* de ensino, como componente do direito à educação é fundamental, uma vez que, estes estudantes do ensino médio, serão os futuros ingressantes nas universidades e com grande chance nas Universidades Públicas (OLIVEIRA, 2007).

Entretanto, as informações do Censo Escolar da Educação Básica no ensino médio da Bahia têm demonstrado queda contínua nas matrículas desta modalidade. Ou seja, de 2004 para 2014 indica-se queda de 24,5% (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Evolução da Matrícula Inicial do Ensino Médio, Bahia 2000 a 2014



Fonte: SEC, MEC/INEP Elaboração: CIE, SGIInf/DIE

Sabe-se que, nem todos os que estão no ensino médio irão concluir seus estudos, mesmo assim, quando se observa a situação destas Matrículas dos possíveis estudantes universitários e, associa-se a expansão das Faculdades e Universidades privadas, fica evidente o perfil dos estudantes que estão ingressando

nas Universidades Públicas do Estado. Sob este aspecto, alguns pontos devem ser avaliados na motivação por determinada Universidade, como a qualidade do ensino, a estrutura histórica da Universidade, a gratuidade do ensino e também, as garantias de permanência universitária. Neste sentido, a Gestão Universitária é responsável por garantir estes direitos a todos seus estudantes.

3.1 O CONCEITO POLISSÊMICO DE EVASÃO UNIVERSITÁRIA

A fim de perceber os caminhos a serem alcançados para a permanência universitária é importante passar pelo conceito da evasão universitária. Silva Filho *et al* (2007) definem evasão como cancelamento, trancamento, transferência, desistência. Gaioso (2005) destaca que a evasão escolar é entendida como um fenômeno social caracterizado pela interrupção do ciclo de estudos.

Por outro lado, Tinto (1975), cronologicamente antecipado, já destacava o cuidado conceitual ao se discutir a evasão (ou abandono, *Dropout*). Este elenca algumas formas como a evasão temporária, voluntária, que ocorrem pelas normas institucionais, evasão pelo baixo desempenho acadêmico, por transferências. Contudo, considera que estas não podem ser tratadas da mesma forma, pois podem caracterizar situações distintas, uma vez que estas repercutem no entendimento equivocado para ação das políticas no ensino superior.

Vale ainda ressaltar, o cuidado sobre o sentido da evasão ou abandono quando tratado no sentido permanente ou temporário, uma vez que cada modo de saída teria um sentido diferenciado e poderia causar impactos distintos nos indicadores (TINTO, 1975).

Ristoff (1995) distingue dentre outras, a *evasão da mobilidade*, que está caracterizada não pelo abandono dos estudos, mas sim pela migração do estudante para outro curso, na busca pelo sucesso diante de seu crescimento e sua potencialidade.

Para José Lino Bueno (1993) a *evasão* difere de *exclusão*, em que:

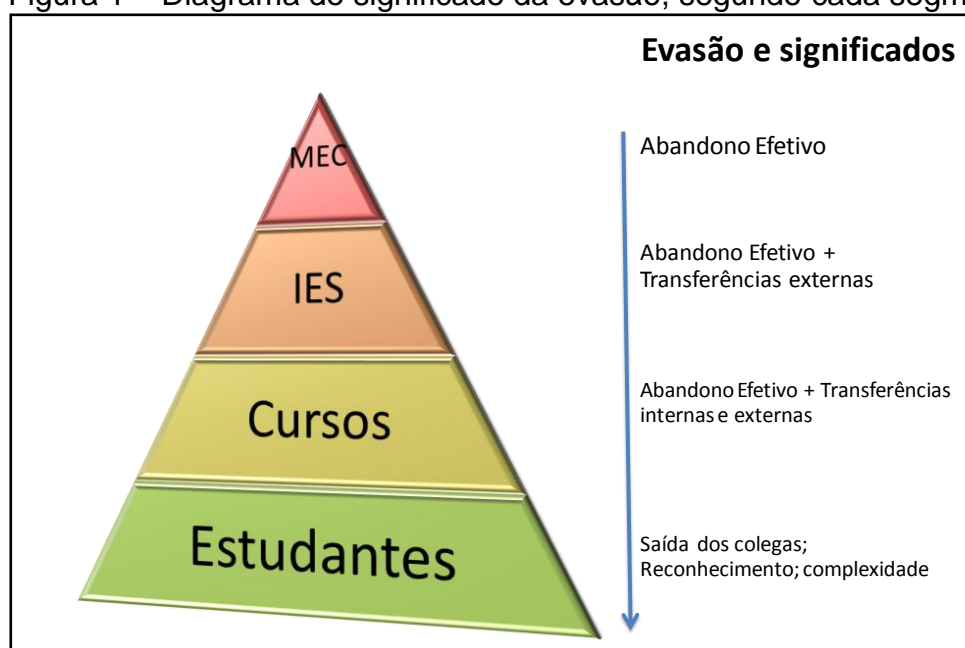
A primeira corresponde a uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua própria responsabilidade; já a segunda implica a admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do jovem que se apresenta para uma formação profissionalizante". (apud BRASIL, 1997)

Este conceito se reporta a uma premissa das atuais políticas públicas de assistência estudantil, que destaca as políticas de permanência estudantil, as quais, poderiam ser entendidas como políticas estudantis de *não-exclusão* estudantil diante das adversidades da Universidade pública estadual.

Sob esta reflexão, cabe destacar as diferentes percepções de *evasão escolar* no ensino superior, ou seja, com foco no curso, a mobilidade discente para outro curso é entendida como *evasão do curso*; sob o foco na instituição, o estudante que efetua transferência interna, caracteriza-se como *mobilidade discente* (RISTOFF, 1995). Entretanto, o estudante que interrompe seus estudos na instituição por transferência externa é caracterizado por *evasão da instituição* (TINTO, 1975); e o estudante que interrompe seus estudos e não atende à continuidade escolar, por qualquer outro segmento, pode ser finalmente caracterizado como abandono dos estudos, ou seja, *evasão do sistema de ensino superior* (BUENO apud BRASIL, 1997).

Portanto, o conceito polissêmico de evasão está descrito sob o ponto de vista que o pesquisador se encontra, ou seja, se a unidade de estudo é considerada pelo MEC, IES, ou curso dentro da IES e até sob o ponto de vista do estudante, conforme pode ser expresso na Figura 1.

Figura 1 – Diagrama do significado da evasão, segundo cada segmento envolvido.



Fonte: Elaborado pelo autor.

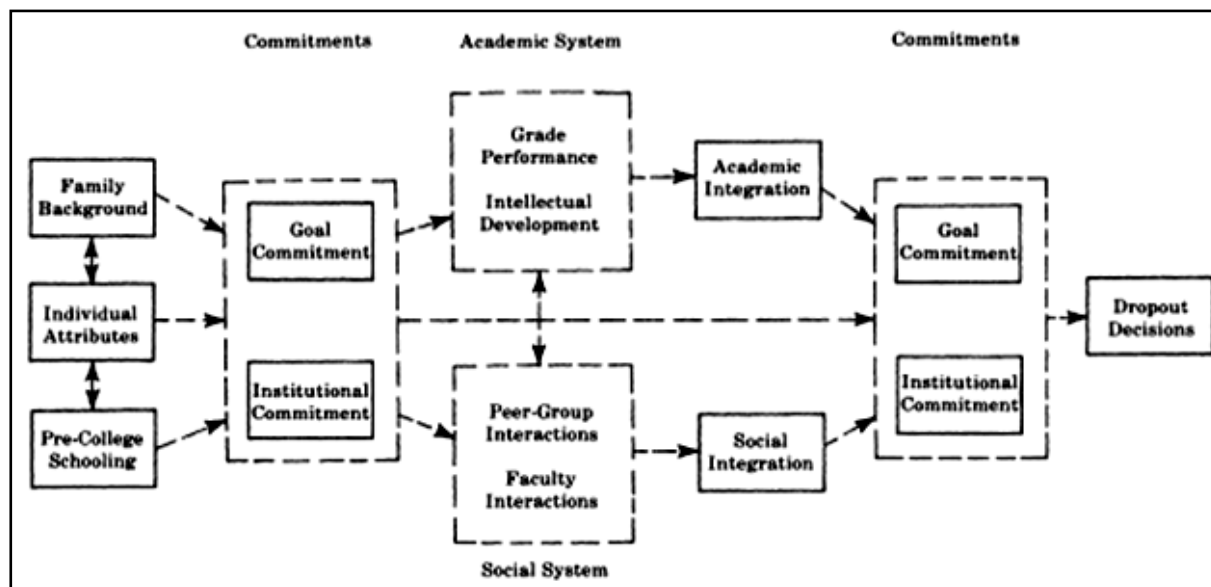
Para compreender este conceito polissêmico é imprescindível compreender o *locus* em que a evasão foi estabelecida. Por exemplo, sendo um estudo amplo para o MEC, a evasão universitária deveria ser observada como estudante que descontinua seus estudos (*abandono efetivo*) e não volta para nenhum sistema de ensino; na visão da IES a evasão universitária deveria ser considerada como o *abandono efetivo* e também a *transferência externa* para outra universidade (*mobilidade externa*); por outro lado, se considerar o Curso dentro da IES, a evasão universitária estaria no enfoque de estudantes cuja saída é *abandono efetivo*, *transferência externa e interna (mobilidades discentes)*, uma vez que o estudante deixa de existir como matriculado no curso. Por outro lado, o MEC/SESu, definiu a evasão como a “[...] saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (BUENO apud BRASIL, 1997).

Por isso, dentro de cada perspectiva a ser tratada têm-se um conceito da evasão que deve ser direcionado. Particularmente, na base da pirâmide em que se encontram os estudantes, a evasão é compreendida com a saída de seus colegas de curso, modificando significativamente os valores e o reconhecimento do curso, aumentando a complexidade da definição da evasão, visto múltiplos cenários passíveis de ocorrer e que incitariam o conceito de evasão.

Avaliando esta complexidade, denota-se que a evasão do estudante que está relacionada com baixo rendimento; baixas frequências; estudantes que assumem poucas disciplinas; estudantes com muito tempo no curso; estudantes desconfortáveis com o curso poderiam indicar a conceituação polissêmica e complexa da evasão, que neste caso pode-se indicar como *evasão latente*.

Assim, ao observar a evasão universitária no olhar *do estudante* no curso dentro da IES, esta deveria ser tratada em caráter ainda mais subjetivo, positivo e/ou negativo, para o estudante que interrompeu seus estudos, e principalmente, para o estudante que ainda permanece. Esta expressão e abrangência sendo descrita, inicialmente no modelo teórico do abandono expresso por Tinto (1975), indicado na Figura 2, foi de inspiração para outras teorias sobre os principais sentidos da evasão do estudante universitário. Neste modelo teórico apresentado por Tinto (1975), já destacava-se a importância da família [*Family Background*], as qualidades individuais [*Individual Attributes*] e da escola [*Pre-College Schooling*] como precursores da decisão do abandono [*Dropout Decisions*].

Figura 2: Esquema Conceitual do Abandono



Fonte: Tinto, V. (1975) "Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research" Review of Educational Research vol.45, p.89-125. 1975.

Uma vez ingressado na instituição de ensino, outros dois fatores influenciam o estudante: o primeiro, o sistema acadêmico [*Academic System*] (que se pode conduzir como o currículo e o desenvolvimento intelectual), o segundo, o sistema social [*Social System*], que se pode inferir como a vivência na vida acadêmica (Interação entre os colegas [*Peer-Group Interactions*] e interação com as atividades da instituição [*Faculty Interactions*]). Neste modelo, duas saídas seriam destacadas, a decisão de abandonar [*Dropout Decisions*], mas também a decisão de continuar e permanecer, atingindo o sucesso acadêmico.

Associando o Modelo de Evasão de Tinto (1975) com a discussão apresentada por Coulon (2008) sobre a passagem para a vida acadêmica universitária, destaca-se que:

Para muitos estudantes, a passagem para o ensino superior é acompanhada por outras mudanças. Ela é marcada por várias rupturas simultâneas:

- nas condições de existência, o que pode gerar, às vezes, ansiedade e comportamentos que favorecem o fracasso;
- na vida afetiva, com a passagem, na maioria dos casos, da via no seio da família para uma vida mais autônoma;
- sobretudo uma ruptura psicopedagógica: a relação pedagógica com os professores do ensino superior é, em geral, extremamente reduzida, mesmo quando se trata de trabalhos orientados em pequenos grupos. (COULON, 2008, p.34).

Nesta proposta, o estudante recém-universitário passa por transformações significativas até se integrar à vida acadêmica universitária, dentro do conceito de integração de sua identidade pessoal à identidade pedagógica universitária e identidade da cultura universitária.

Retomando o modelo apresentado por Tinto (1975) na Figura 2, percebe-se a atualidade do seu modelo do abandono. Sabe-se que outros fragmentos incidem sobre a evasão universitária. Oportunamente, estes significados fizeram parte das categorias de análise para elaboração do instrumento da pesquisa dos estudantes que permanecem na UNEB em cursos de elevado índice de evasão.

Para efeito deste estudo, evasão universitária será definida como a saída do estudante sob o *lócus* do curso dentro da IES. Considerando como formas de saída os casos de transferência, abandono, trancamento e cancelamentos, ou sendo excluído a continuidade da matrícula e/ou conclusão no curso.

Neste percurso para a permanência estudantil, será importante conceber tais conceitos adotados para *mobilidade* e *evasão* (RISTOFF, 1995), bem como o entendimento do estudante que se transfere para outro curso dentro da mesma IES (*mobilidade interna*), e o estudante que se transfere para outra IES (*mobilidade externa*). Destaca-se o cuidado sob as definições de *evasão temporária*, ou seja, o estudante que abandona ou efetua o trancamento de sua matrícula na IES e reingressa após um período e, a *evasão permanente* que, neste caso seria considerado o abandono efetivo do estudante (TINTO, 1975).

Assim, a saída do estudante do curso representa uma perda significativa nos investimentos estruturais e, principalmente, sociais para a gestão do curso na universidade e, conseqüentemente, para a Universidade (SILVA FILHO *et al*, 2007).

Desta forma, conhecer os conceitos da Evasão Universitária e o *lócus* a que está sendo referenciado, permite aprofundar e qualificar ainda mais as informações sobre a permanência Universitária. Do ponto de vista das políticas para os estudantes que permanecem na Universidade, outras conseqüências são importantes para a continuidade do estudante da IES merecem um olhar acurado. Destaca-se que alguns pontos importantes já foram trazidos, como a distinção proposta no modelo teórico proposto por Tinto (1975) e, simbolicamente, por Coulon (2008).

3.2 PERCURSO E PERCALÇOS PARA PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL

Ao caminhar pelas políticas de permanência universitária emerge a importância de conhecer o significado do termo permanência. Este se refere à *ação de permanecer* ou o *ato de permanecer*. Ainda, de acordo com o Dicionário Michaelis representa estado ou qualidade de permanente, ou seja, constância, perseverança. A partir deste último sinônimo, perseverança, surge o entendimento mais apropriado para os estudantes aludidos neste estudo. Trata-se então, dos estudantes que apresentam o desejo em permanecer com perspectivas positivas de seu futuro, na direção do desenvolvimento pessoal, profissional e na tentativa do exercício da cidadania.

Quando se menciona a permanência na Universidade reluz a avaliação do percurso destes estudantes, a fim de diagnosticar fatores pregressos à vida universitária, desde a vida escolar no ensino médio e também no ensino fundamental, além das questões sociais e econômicas. Assim sendo, ao promover a discussão sobre a permanência universitária, o acesso, como forma de ingresso à vida universitária permeia as discussões, principalmente quando se trata de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Situação interessante foi ilustrada por Zago quando a mesma registra o percurso destes estudantes, ao mencionar que:

Certos cursos têm seu público formado essencialmente por estudantes oriundos de escolas públicas, enquanto em outros ocorre situação inversa, sugerindo a intensificação da seletividade social na escolha das carreiras. A origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a ela estão associados os antecedentes escolares e outros '*tickets* de entrada'. (ZAGO, 2006, p. 232)

Neste argumento de associação dos antecedentes escolares, Santos (2012) registrou o perfil de estudantes do curso de medicina na Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), a partir do questionário socioeconômico no ingresso à Universidade, percebe que este curso, de maior privilégio, corrobora com o argumento inicialmente proposto por Zago (2006).

Estabelecendo o elo com as situações inerentes ao cotidiano escolar dos jovens da Educação Básica e que, podem interferir, direta ou indiretamente, na

continuidade da vida acadêmica, Almeida (2006) retrata a trajetória escolar e a gravidez na adolescência em três capitais brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro de Porto Alegre). Neste, identifica a relação do abandono escolar quando incide uma gravidez e filhos, para as jovens estudantes, enquanto que, para os jovens estudantes, o principal motivo do abandono seria ocasionado por priorizar o trabalho.

Ainda na discussão, sob o foco do acesso à Universidade, discute-se a possibilidade de alguns estudantes, melhor favorecidos financeira e socialmente, superarem pontos de corte em um processo seletivo, ou ainda, a discriminação natural em determinados cursos em função de sua alta concorrência (ANEXO D). Neste argumento Santos adverte que:

Na área do acesso, a maior frustração da última década foi que o objectivo de democratização do acesso não foi conseguido. Na maioria dos países os factores de discriminação, sejam eles a classe, a raça, sexo ou etnia, continuaram a fazer do acesso uma mistura de mérito e privilégio (SANTOS, 2005, p. 48-49).

Nesse íterim, surge a importância da implementação de políticas públicas que garantam espaço a determinados grupos vulneráveis social e economicamente. Assim, vem à luz, as Ações Afirmativas enquanto políticas públicas que visam “[...] proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado” (OLIVEN, 2007, p. 32), sendo que essas ações ampliam o acesso a Universidades para tais grupos, ora vulneráveis e que não teriam condições de igualdade de concorrência.

Nesse sentido, destaca-se que as Ações Afirmativas podem ser identificadas como políticas públicas promotoras da equidade sociocultural e econômica, que neste caso, os futuros estudantes universitários desde que atendam aos critérios estabelecidos.

Entretanto, a lacuna da *permanência* ainda fomenta discussões, com destaque para a questão da permanência universitária com sucesso. Santos (2005) discute a relação que existe entre o acesso, permanência e sucesso, para as classes socialmente discriminadas, e valoriza a discussão dos meios para permanência e o sucesso destes estudantes. Em que discute:

Talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir não só o acesso, mas

também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados. (SANTOS, 2005, p. 68-69)

Por esse argumento, Zago (2006) quando estuda a permanência de estudantes universitários originados de famílias com baixo poder aquisitivo, registra que é importante a promoção do acesso ao ensino superior. Contudo, a permanência universitária é mais importante, e a Universidade precisa criar meios que possibilitem o permanecer. Sob essa ótica, a autora corrobora sobre a efetivação da democratização, concluindo que a democratização da educação deva requerer ampliação do acesso e garantias do ensino público, mas também requer trazer políticas públicas direcionadas na permanência dos estudantes.

Entretanto, um estudante universitário, independente de sua forma de ingresso, pode ou não pertencer propriamente à categoria do sistema de cotas para o acesso. No entanto, questões econômicas, sociais e até familiares, podem interferir na continuidade de sua vida acadêmica e até convergir para esta categoria. Assim, cabe pensar na proposta de Portes (2006):

[...] um forte elo existente entre os estudantes pobres, nos diferentes períodos, é o constrangimento econômico ao qual eles vêm sendo submetidos historicamente. Os dados do passado e do presente permitem que eu fale de um efeito e durabilidade e permanência desse fenômeno no tempo. Se a condição econômica não é determinante das ações e práticas do estudante pobre – em um passado e em um presente –, ela é um componente real, atuante, mobilizador de sentimentos que comumente produzem sofrimento neste tipo de estudante e ameaçam sua permanência na instituição. (PORTES, 2006, p. 227)

A fim de corroborar no enfoque do tema da permanência universitária, Bueno (1993) destaca a necessidade de olhar com cuidado para os estudantes que evadem e também para estudantes que permanecem, pois se trata de futuros profissionais com vistas à decadência profissional e/ou percalços futuros, destacando que:

Se há evasão, existem também os alunos que permanecem insatisfeitos no curso e, uma vez diplomados, sentem-se desajustados na atividade profissional. Alheamento profissional dos que saem, dos que ficam e dos que se formam. Se consideramos todos estes casos como diferentes modos de afastamento e desligamento, os números de evasão universitária crescem enormemente (BUENO, 1993, p. 9-10).

Além disso, retomando-se Zago (2006), em seu estudo, destaca o apoio da família e até de colegas para se manter na universidade e, complementa que “se o

ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso.” Assim, pensar que este estudante já passou por um processo seletivo para acesso à universidade e não promover a sua permanência adequada seria um descaso ao seu direito como estudante-cidadão. Cabe ressaltar, a importância da permanência universitária como condição necessária a continuidade da vida acadêmica.

Sob esta perspectiva, Gomes (2009) esclarece sobre as políticas de permanência, em que destaca o acesso a vida acadêmica como parte integrante destas políticas, com o sentido de sucesso ou permanência bem-sucedida, quando considera que:

[...] as políticas de permanência desenvolvidas pelas universidades públicas, que visam atender aos alunos de camadas populares, são importantes, mas não atingem todos os aspectos concernentes à inserção universitária dos jovens pobres, sobretudo, dos jovens negros e pobres. Para estes, não basta apenas ter uma bolsa de trabalho ou receber uma ajuda socioeconômica. É preciso criar oportunidades iguais para que alunos e alunas negros, principalmente os pobres, tenham as mesmas oportunidades de acesso às bolsas acadêmicas, de extensão, monitorias, cursos de línguas e participação em projetos de pesquisa, tanto quanto os alunos de outros grupos étnico-raciais e de outras camadas socioeconômicas. É necessário estabelecer igualdade de oportunidades em relação à entrada e permanência dos alunos negros e brancos nos diferentes cursos universitários, criando possibilidades reais para que os alunos/as negros e pobres possam estudar nos cursos de horário integral e tenham condições de pleitear uma vaga na pós-graduação. (GOMES, 2009, p. 223-224)

O argumento supracitado elucidado que não basta ter bolsa, mas aponta para a necessidade de criar oportunidades, como por exemplo, cursos de aperfeiçoamento, aprendizado de outro idioma e outras estratégias de direcionamento para a inserção do estudante na vida acadêmica. Possibilita assim, subsídios à aplicação eficiente e eficaz das políticas de permanência universitária, alcançando os estudantes universitários que estejam em vias de descontinuidade de seus estudos, com vistas à garantia de seus DH.

Nesta perspectiva de permanência e sucesso, observa-se a adaptação do estudante diante da descoberta da Universidade, ou seja, a integração na vida acadêmica e social. Este “rito” de integração que, de um lado tem-se o Estudante, como identidade pessoal, oriunda de um ingresso próprio e pessoal e, do outro lado

a Identidade da Universidade, que desencadeia as mudanças de valores e significados, sendo esta interação, fundamental para o sucesso na vida acadêmica.

É de suma importância que as IES públicas sejam fomentadoras das políticas de permanência do estudante. O olhar institucional requer vislumbrar não somente para o acesso, mas principalmente para o caminho da vida acadêmica do estudante persistente da universidade, mesmo em cursos de graduação com alto índice de evasão.

Em busca da compreensão do conceito de permanência, no sentido de continuidade acadêmica, registra-se a dificuldade em estabelecer apenas uma definição diante da pluralidade de significados, especialmente quando trata da permanência no *locus* universitário.

Por exemplo, Coulon (2008) destaca duas questões na permanência do estudante na educação superior, *primeiro*, compreender a própria Universidade, seus modos de funcionamento e filiação, e *segundo*, compreender o currículo desenvolvido nas salas de aula, ou seja, o conteúdo intelectual no processo de ensino-aprendizagem. Para o autor, estas duas questões convergem para o processo de afiliação institucional e intelectual.

Ainda neste contexto, a permanência estudantil muitas vezes está associada aos estudantes universitários que trabalham e precisam conciliar com os estudos e, dentro deste ambiente universitário, muitas vezes restringe a *vivência acadêmica* destes estudantes e até mesmo integração com o grupo de estudantes e colegas na convivência na universidade. Desta forma, esses estudantes se limitam aos horários de aulas ministradas, reduzindo seu envolvimento acadêmico nas atividades extracurriculares (PORTES; SOUSA, 2013, p.63).

O investimento público diante de exigências do curso e também da realidade do estudante utiliza políticas para a permanência universitária, ou seja, esta garantia de permanência universitária requer assegurar a qualidade científica e social do estudante (DIAS SOBRINHO, 2010; ZAGO, 2006).

Neste mesmo argumento, Filho (2008) resgata esta proposta quando indica que:

[...]os critérios de acesso à educação superior não devem estar dissociados de mecanismos de permanência nesse nível, deve haver uma política de assistência estudantil para garantir a permanência nas universidades. [...] (p. 97)

Por outro lado, o evento “permanecer” pode ser visto como um processo continuado do estudante no ciclo de ensino-aprendizagem, desde o ingresso à conclusão do curso. Desta forma, surge outro conceito, o de persistir, ou seja, a *persistência* como ato de *perseverança* na decisão de continuar frente aos diversos percalços envolvidos, ou não, diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Quando se discute a temática da permanência, o conceito de *persistência* torna harmônico diante da temática principal do estudo, desta forma Freitas (2009) em seus estudos sobre a evasão e persistência de estudantes encontrou que:

Durante muitos anos, o foco das pesquisas sobre evasão de estudantes concentrou-se nas razões pelas quais esses jovens abandonam o sistema formal de educação. Mais recentemente, há uma tendência para que esse tipo de estudo examine como os estudantes podem ser encorajados a persistir na vida escolar, passando-se a enfatizar a prevenção da evasão e a permanência dos estudantes, ou seja, como estimulá-los a permanecer no sistema de ensino com sucesso. No fim dos anos 1980, surge uma nova tendência, voltada para publicações que apresentam casos de sucesso de alunos e instituições de ensino, com o intuito de estimular a ambos a atingir bons resultados. (FREITAS, 2009, p. 249)

A persistência pode ser pensada como a capacidade de continuar com os esforços mesmo diante de desafios ou obstáculos. A permanência universitária guarda em si a ideia de querer continuar, pois nem sempre é fácil a conquista de objetivos acadêmicos e profissionais, sendo a persistência uma qualidade importante na vida acadêmica universitária.

Diante destes olhares é eminente os elementos que devem estar contidos nas políticas de permanência universitária, trazendo-se o olhar dos estudantes que persistem e interagem enquanto cidadão universitário. Direciona-se o olhar para que as políticas públicas sejam sustentáveis visando à permanência estudantil, ou seja, gestão sustentável para os estudantes desde o ingresso até a conclusão do curso.

A palavra sustentável tem origem no latim "sustinere", que significa sustentar, apoiar, conservar, e a palavra *sustentabilidade* quando traduzida do termo inglês “*sustainable*” compreende-se como capaz de sustentar. Numa aplicação ao campo da educação temos que o termo sustentabilidade associa-se a soluções, caminhos e planos que adotem práticas sustentáveis na vida de cada estudante favorecendo sua permanência na instituição.

Sustentabilidade, uma vez direcionada para políticas de permanência estudantil, é concebida como modos de gerenciar os recursos de suporte estudantil a fim de garantir a continuidade da vida acadêmica. Este gerenciamento dos recursos dá suporte e autonomia aos estudantes universitários, prevenindo a evasão.

Desta forma, as políticas públicas de assistência estudantil pressupõem a constância de suporte estudantil desde seu ingresso até a conclusão do curso. Para tanto, cabe à reflexão de políticas sustentáveis para permanência estudantil, de modo que, a permanência quando associada ao termo *sustentabilidade* relacione-se aos meios pelos quais a instituição auxilie o estudante na continuidade de sua vida acadêmica, mas também permita o seu desenvolvimento.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL DO ESTUDANTE E A UNEB

*Um homem nunca sabe aquilo que é capaz até que tenta fazer.
(Charles Dickens)*

Quando se discute as políticas de acesso e permanência à Universidade, Portes e Souza (2013) registram uma das primeiras estruturas de assistência estudantil no ensino superior mineiro, com data de 1927, a partir da criação da Universidade de Minas Gerais (UMG) mencionando ação do reitor na seguinte proposta de criação:

Mendes Pimentel promoveu e incentivou a criação de instituições que tivessem por objetivo auxiliar os estudantes pobres. Dessa forma, podemos perceber que a assistência estudantil começa a ser desenvolvida não por uma iniciativa do estado nem por uma preocupação institucional com os estudantes que destoavam do perfil encontrado no ensino superior e necessitavam de auxílio para permanecer nas universidades, mas sim por atitudes individuais baseadas na filantropia e na boa vontade de diferentes indivíduos para com os pobres. (PORTES; SOUZA, 2013, p. 60)

Este cenário retoma a discussão sobre a assistência estudantil como *assistencialismo* às necessidades básicas do indivíduo como transporte, alimentação e moradia. Salienta-se o reconhecimento desta atitude e promoção social da Universidade diante do seu grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Destaca-se, que atualmente a assistência estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), federalizada em 1949, destina-se a estudantes de baixa renda com aporte financeiro da Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), em homenagem a este primeiro reitor da UFMG, consciente das necessidades de permanência dos estudantes pobres (PORTES; SOUZA, 2013).

Particularizando-se a situação da assistência estudantil, ASSIS (2013) em seu caminhar conceitual histórico sobre a Universidade e a Assistência Estudantil, permitiu-se fazer o passeio pela gênese da criação da Universidade, desde a história da Grécia Antiga, passando pela discussão da Universidade do século XXI, convergindo ao *lócus* da criação da UNEB.

Interessante destacar que os agentes motivadores da criação da UNEB já atendiam às premissas básicas dos direitos humanos, ou seja, o acesso à Educação Superior já com proposta de expansão no interior da Bahia (ASSIS, 2013).

Convergindo para a assistência estudantil, Assis (2013, p.86) registra como sugestão para a UNEB “[...] a necessidade de promover ações no sentido de construir políticas públicas voltadas para o estudante do ensino superior público [...]” e particularmente quando expressa a preocupação sobre o acesso à universidade trazendo “[...] a importância de tais ações como fator de inclusão sociocultural e de desenvolvimento humano”. No âmbito dessa discussão, a seção seguinte trará especial atenção às novas experiências de assistência estudantil para a UNEB.

4.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEB

Um olhar para a estrutura de assistência estudantil da UNEB, certamente arremete, ao grau e relevância estabelecida nas suas políticas públicas. Neste sentido, observam-se diretamente algumas intencionalidades da UNEB ao defender a assistência estudantil com a missão de estabelecer a permanência institucional dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Sob a perspectiva de a assistência estudantil Assis (2013, p.87) compreende ser um “[...] meio para superação das barreiras que se colocam diante dos estudantes mais pobres no que concerne ao desenvolvimento de sua vida acadêmica [...]” compondo assim as dificuldades não somente pelo acesso, mas também pela permanência na Universidade.

Como representatividade acadêmica, em 2009, a UNEB, por meio de força de Resolução CONSU nº 733/2009 (UNEB, 2009b) cria a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), constituindo-se órgão da Administração Superior da UNEB, responsável pelo planejamento, gerenciamento, assessoramento, controle e avaliação da Política Institucional e, ações relacionadas à Assistência Estudantil nesta Universidade.

Essa Pró-Reitoria surge com a missão de contribuir para que os estudantes da graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permaneçam na UNEB de forma a concluir seus estudos. Relacionando os valores da transparência, em articulação com a visão e missão da Instituição, comprometimento com os serviços prestados e, qualidade na inclusão e permanência estudantil, sob a realidade multicampi da UNEB.

Destaca-se também, a articulação com as representações estudantis, os Departamentos e os demais setores da UNEB, visando consolidar a política de

permanência dos discentes, com objetivo de garantir a melhoria da qualidade da vida acadêmica, com vistas a que o estudante obtivesse êxito em sua graduação. Sendo este objetivo observado através do Programa de Assistência Estudantil (PAE) que se articula aos subprogramas: Bolsa Auxílio, Residências Universitárias, Transportes/ Viagens/ Eventos e Atenção Biopsicossocial.

Estes atendimentos são para os estudantes da UNEB, regularmente matriculados no curso de graduação. Prioritariamente, para àqueles que se encontrarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

De modo geral, o enquadramento prioritário prevê a Ação Afirmativa de Reservas de Vagas por cotas, que sejam oriundos de escolas públicas desde o ensino fundamental e que tenham renda bruta familiar de até 04 salários mínimos (UNEB, 2009a). Para a UNEB esta política pública resgata do ensino médio, populações historicamente em situação de vulnerabilidade social, especialmente ao indicar que:

[...] a reserva de vagas para populações histórica e socialmente discriminadas, no preenchimento das vagas relativas a todos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB seja na forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo, com o objetivo de promover a diversidade e a igualdade étnico-racial no ensino superior baiano e brasileiro. (UNEB, 2007, Art.1º)

Neste trilhar de políticas públicas para a elevação da permanência universitária, percebe-se o potencial latente desta Universidade, ao prover a garantia do ingresso a este grupo de futuros estudantes, uma vez que reserva um quantitativo de vagas, aloja estudantes carentes, cria uma Pró-reitoria de Assistência Estudantil e disponibiliza bolsas auxílio. Contudo, mesmo diante deste cenário, extrapola-se a discussão que tais representações ainda convergem sobre o princípio assistencialista presente na primeira geração dos DH, o que se discute a seguir, mediante a descrição da atual situação sobre a assistência estudantil da UNEB, bem como dos novos rumos a serem alcançados.

4.1.1 Concessão de Bolsas Auxílio

Detalhando-se a proposta de assistência estudantil, detalham-se os mecanismos de concessão das bolsas auxílios na UNEB. Por meio do Programa de

Bolsas Auxílio que vem com a intenção de consolidar a política de permanência do estudante de graduação na UNEB, na expectativa de garantir a regulamentação do regimento interno da Universidade, além de incentivar a participação em atividades de ensino, pesquisa ou extensão.

Anualmente são oferecidas bolsas-auxílio nas modalidades de Bolsa Auxílio-Residência (até 500 bolsas individuais), Bolsa Auxílio-Permanência (até 550 bolsas), Bolsa Auxílio-Emergência (até 50 bolsas), cada um adequando-se para estudantes que estão em situação vulnerável, sendo atualmente regulada em documentos comprobatórios (ANEXO A; UNEB, 2015).

Na referida resolução estabelece o recebimento destas bolsas auxílio-permanência no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) em até 08 parcelas previamente agendadas para os estudantes contemplados (ANEXO A). Porém, destaca-se que tais bolsas atendem aos estudantes, limitando as parcelas destes estudantes, a menos de um ano, o que de certa forma, pode caracterizar o descompasso com a garantia dos direitos naturais, uma vez que o estudante poderia ficar parcialmente desassistido pela Universidade, durante 04 meses.

No cadastro de inscrição, esses estudantes devem preencher e enviar todos os documentos pelo Sistema de Inscrição de Bolsa Auxílio – SISBA que é o sistema da PRAES que visa compilar as inscrições do Programa Bolsa Auxílio. Pelo SISBA, o estudante pode acompanhar a situação de sua solicitação e, também, outras informações da concessão. Destaca-se que, caso a PRAES obtenha ampliação de quantidade de bolsas auxílio através de outros fomentos, este cadastro de reserva já estará no sistema informatizado, trazendo celeridade no andamento do processo de concessão. Destacando-se que, esta Pró-reitoria deve priorizar o estudante, em conformidade com a pontuação estabelecida pelo Barema, disposto no Anexo do Edital UNEB nº 055/2015 (UNEB, 2015, art. 3º; ANEXO B).

Observa-se que esta elaboração atende ao Plano de Ações Prioritárias (PAP) 2014-2017 da UNEB (UNEB, 2014b, p. 46). Contudo, cabe a reflexão, visto que o modo de cadastramento é exclusivamente pelo sistema informatizado, todos os documentos comprobatórios são digitalizados e enviados através deste sistema, cabendo ao estudante carente, providenciar sua inscrição.

Além disso, para fazer parte do grupo de bolsistas contemplados indica-se o edital, que prevê o modo de concessão destas Bolsas auxílio. Para melhor compreender, este modo de concessão, observou-se que a PRAES estabelece

diagnóstico por meio de documento próprio para caracterização sócio-econômica-familiar.

Esse Barema compõe-se de pontos, sendo que as maiores pontuações são para estudantes de cor e etnia, negra ou indígena; que tenham quantidade maior de filhos; alguma doença crônica da pessoa e familiar; estejam inseridos nos programas socioassistenciais; não tenham casa própria; sejam oriundos de escolas públicas ou particulares com bolsa; sejam cotistas, tenham muitos membros no grupo familiar e/ou renda per capita abaixo de R\$ 200,00 (ANEXO B).

Cabe trazer a ressalva de dois pontos fundamentais, primeiro, no Processo Seletivo de 2015, foram ofertadas 8.465 vagas para os cursos de graduação, sendo que 40% destas foram reservadas para os optantes negros, perfazendo 3.386 vagas a serem ocupadas. Segundo, a PRAES uma vez ofertando apenas 550 bolsas auxílio-permanência neste ano, então, é compreensível inferir que a Universidade teria a capacidade de absorver nas políticas de cotas apenas 16,2% deste quantitativo para concessão deste auxílio (ANEXO B; UNEB, 2014d).

Assim, as características assistidas por esta Pró-Reitoria de Assistência Estudantil prioriza estudantes com situações de saúde, social e economicamente carentes, prefigurando a assistência do estudante para as suas necessidades mais elementares, ou seja, seus direitos fundamentais ou naturais, dentro do quantitativo de bolsas auxílio.

4.1.1.1 Apoio à Transportes/Viagens

Ainda dentro do cenário da assistência estudantil, a PRAES por meio de recursos da UNEB, permite a concessão para apoio ao estudante na participação em congressos, seminários, simpósios e encontros desde que ampliem sua formação acadêmica com experiências culturais, científicas, sociais e políticas. Sendo estas expressões de apoio indicadas no Regimento Interno da UNEB.

Dentre os procedimentos, observa-se como forma de acesso a este benefício o Memorando Circular 06/2013⁴ que caracteriza os procedimentos para solicitação de ônibus e passagem individual, mas, condicionados à disponibilidade de recursos. Em 2012, a PRAES conseguiu beneficiar 202 estudantes com a emissão de

⁴ Disponível em: <<http://www.uneb.br/praes>>. Acesso em 20/06/2014, na opção Apoio a Viagens e Eventos.

passagens para os estudantes em congressos e simpósios nacionais. Além de 531 estudantes apoiados para participar de eventos em vários estados brasileiros (UNEB, 2012, p.49).

Diante deste cenário, orientando-se pela necessidade de garantia do desenvolvimento integral e permanência sustentável do estudante, observa-se que o apoio de traslado para estes estudantes necessita ser melhor discutido, uma vez que a quantidade de estudantes existentes na UNEB não perfaz o limite de bolsas auxílio concedida por esta Universidade, no entendimento da totalidade dos estudantes bolsistas que estejam academicamente atuantes no espaço universitário.

4.1.2 Residências Universitárias

Adicionalmente, além da concessão de bolsas auxílio-residência, a PRAES atua no suporte aos estudantes residentes de outras localidades. Nessas Residências Universitárias (RU), os critérios são estabelecidos para os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UNEB, em situação de carência socioeconômica, independente do sistema de cotas, desde que não residam na cidade onde o está seu curso. Para participação, o estudante deveria atender aos critérios estabelecidos no Estatuto das RU da UNEB (UNEB, 2000), sendo acompanhadas por cada Departamento. Neste Estatuto registra-se no Art.9º os direitos dos residentes:

- [...] I – ter sua autonomia política e administrativa para gestão da Residência Universitária;
- II – participar das discussões e decidir sobre os projetos de desenvolvimento da Residência;
- III – ser respeitado quanto aos seus costumes culturais, sua origem étnico-racial, seu credo religioso, sua ideologia política, sua sexualidade e aos mais restritos limites da individualidade;
- IV – ter acesso igualitário ao patrimônio existente na Residência e demais conquistas alcançadas e nas programações internas externas;
- V – participar das Reuniões e Assembléias da Residência Universitária com direito a voz e voto;
- VI – denunciar e/ou requerer a apuração de quaisquer irregularidades, junto à Assembléia dos Residentes e/ou Departamento responsável pela supervisão da Residência;
- VII – realizar anualmente um Encontro de Casas de Estudantes da UNEB;
- VIII - exigir o cumprimento deste Estatuto

A partir deste documento é possível indicar que o estudante contemplado para a RU deve ser um indivíduo ativo na vida da Universidade. Porém, para os deveres do residente universitário, observa-se que seu compromisso se deve a manutenção da ordem e atividades diretamente relacionadas à residência universitária. Entretanto, no sentido do pleno desenvolvimento do cidadão-estudante, não indica informações que assegurem o desenvolvimento acadêmico do estudante.

Quando discutidos os critérios da caracterização sócio-econômicos familiares estabelecidos pela PRAES/UNEB para carência do estudante, observa-se a prioridade para negros e indígenas, que tenham filhos, passível de doença crônica ou doença grave, estar inserido no Programa Bolsa Família (PBF), e em outros programas socioassistenciais, distante da moradia, egresso da rede pública e de baixa renda.

Referente às instalações, estes locais são constituídos de imóveis construídos, alugados ou cedidos (Contrato de Comodato firmado com outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, integrando a estrutura organizacional dessa Universidade) e cuja supervisão é de responsabilidade primária dos Departamentos onde estejam situadas as Residências.

Particularmente para o *lócus* do estudo do Campus I registra-se que as RU estão nas proximidades da região, distribuídos conforme Departamentos como segue: DCET – Departamento de Ciências Exatas e da Terra e DCV – Departamento de Ciências da Vida, endereço: Rua Ubaranas, nº 10, 1º andar, Estrada das Barreiras Salvador-Ba; DCH – Departamento de Ciências Humanas, endereço: Parque Residencial Planalto, Quadra A, nº 20 Cabula Salvador-Ba; DEDC – Departamento de Educação, endereço: Travessa Nossa Senhora do Amparo, nº 80-1º andar – Cabula Salvador-Ba.

4.1.4 Atenção Biopsicossocial

Para fins de apoio ao estudante, a PRAES conta com técnicos do setor biopsicossocial a fim subsidiar os estudantes durante sua vida acadêmica, com a proposta de respeitar os princípios éticos e os direitos humanos.

No Relatório de Atividades da UNEB/2012, a PRAES promoveu “[...] a assistência biopsicossocial a 138 (cento e trinta e oito) estudantes, nos campi de

Salvador, Barreiras e Alagoinhas” (UNEB, 2012, p.49). Por outro lado, na UNEB, ingressaram, neste ano de referência, 4.900 (quatro mil e novecentos) estudantes e haviam 18.183 (dezoito mil cento e oitenta e três) estudantes matriculados regularmente nos cursos de graduação.

Para o Estatuto da UNEB a assistência estudantil deve observar os seguintes aspectos que permitam a permanência do estudante:

[...]a política de assistência estudantil da UNEB; a promoção de programas e projetos institucionais de permanência do estudante; ao mapeamento da realidade sócio-econômica dos discentes para propor alternativas favoráveis ao processo de desenvolvimento integral; a captação de recursos nas agências de fomento, com a finalidade de implementar diretrizes, objetivos e metas; a promoção da assistência biopsicossocial ao estudante; a manutenção e ampliação de programas de ações afirmativas; e a promoção das potencialidades estudantis. (UNEB, 2012, art. 59)

Por outro lado, as discussões de políticas públicas sobre a permanência na Universidade ainda carecem de aprofundamento, uma vez que a Universidade, desde 2002, reservou o ingresso em torno de 40% para cotistas. Contudo, cabe refletir sobre mecanismos nestas políticas públicas de ações afirmativas que visem trazer a permanência estudantil de forma a garantir o sucesso deste estudante.

Assim, a temática central converge para as necessidades outorgadas pelo próprio Estatuto da UNEB, que até então, direciona positiva e diretamente “[...] o mapeamento da realidade sócio-econômica dos discentes para propor alternativas favoráveis ao processo de desenvolvimento integral” como também “[...] a manutenção e ampliação de programas de ações afirmativas; e a promoção das potencialidades estudantis” (UNEB, 2012, p. art. 59, Sessão III, VI, VII).

Fica evidente que, a Universidade centra os esforços em garantir a ampliação das Bolsas Auxílio, o aumento das Residências Universitárias, o suporte a transporte e viagens. Contudo, o olhar as políticas públicas de permanência sustentável na Universidade visa o desenvolvimento integral do indivíduo, de modo transversal nos seus direitos humanos, ou seja, estas políticas deveriam garantir direitos de permanecer a todos os estudantes, independente do modo de ingresso, com ou sem concessão das garantias assistidas nos princípios da primeira geração dos direitos humanos, que possam assegurar a igualdade sob todos os grupos sociais, vulneravelmente desassistidos, como particularmente trazido pelo presente trabalho à estudantes cujo cursos apresentam-se com altas taxas de evasão.

4.2 POLÍTICAS DE COTAS COMO AÇÕES AFIRMATIVAS

Para melhor compreender as Políticas de Ações Afirmativas, como o exercício dos direitos humanos, Gomes (2003) destaca que estas ações podem ser oriundas tanto da iniciativa pública quanto da iniciativa privada, apontando porém, para seu caráter provisório. Assim, considera que as ações afirmativas:

Podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário que têm como objetivo corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Elas possuem um caráter emergencial e transitório. (GOMES, 2003, p.222)

Para a UNEB, o sistema de cotas como Ações Afirmativas foi possível através do pioneirismo da Ex-reitora professora Ivete Sacramento, a primeira reitora negra a dirigir uma Universidade no país, ao implantar o sistema de cotas para negros, na Bahia. Por meio da Resolução nº 196/2002, que estabeleceu o sistema de quotas para população afro-descendente, com vida acadêmica pregressa em escolas públicas baianas e com vistas à reserva de 40% das vagas para cursos de graduação, e também para as vagas de pós-graduação. Sendo modelo para diversas instituições de Ensino Superior em todo o país (UNEB, 2002).

No avanço das Políticas de Ações Afirmativas da UNEB, a Resolução (UNEB, 2007) ampliou o sistema de cotas para o acesso à Universidade ao:

Art. 1º. Estabelecer reserva de vagas para populações histórica e socialmente discriminadas, no preenchimento das vagas relativas a todos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB seja na forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo, com o objetivo de promover a diversidade e a igualdade étnico-racial no ensino superior baiano e brasileiro.

Nessa Resolução (UNEB, 2007) amplia o sistema de cotas para o acesso de indígenas, com a reserva de 5% para esta modalidade de ingresso e ainda, mantendo-se os 40% estabelecidos da Resolução anterior (UNEB, 2002).

Desde 2002, o acesso à Universidade pública já alcançou diversos estudos e implicações positivas para as Políticas de Ações Afirmativas, em que, na UNEB culminou em 2014, com a implantação a Pró-reitoria de Ações Afirmativas (PROAF),

em que se propôs discutir mais profundamente esta temática de acesso na perspectiva de transpassar os entraves para a gestão da permanência estudantil na Universidade (UNEB, 2014a).

A presente pesquisa traz luz sobre a caracterização da Ação Afirmativa na educação, favorecendo-se todas as ações que permitam aos estudantes o exercício dos seus direitos humanos na educação. Neste sentido, as garantias dos meios de acesso a educação como aos grupos das minorias/maiorias desprivilegiadas, que por meio da reserva de vagas para cotistas negros a cotistas indígenas fazem valer este direito de ingresso a universidade.

Contudo, os esforços podem ser mais aproximados aos estudantes universitários que “ainda” estão ativos da instituição, independente do modo de ingresso, visto que a permanência sustentável na universidade deve garantir a todos não somente o acesso, mas a continuidade da sua vida acadêmica, e, conseqüentemente o seu sucesso na universidade, assegurando os seus direitos como cidadão-universitário.

4.3 GARANTIAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Com as possibilidades de garantia de permanência estudantil vale ressaltar que, no estudo do acesso à Universidade, a UNEB foi a primeira instituição pública, na Bahia e a segunda, no Brasil, a promover o sistema de cotas como Políticas de Ações Afirmativas, convergindo para a garantia aos direitos, antes esquecidos pelo Estado.

Como já visto anteriormente, a assistência estudantil na UNEB já estava em vias de seguridade na tentativa de garantir a permanência do estudante na Universidade, como visto na Resolução n.º 133/2000 o Estatuto das Residências Universitárias, indica como suas finalidades

- [...]I – garantir moradia ao estudante do Campus onde a Residência esteja situada, aquele comprovadamente carente de recurso econômicos e/ou financeiros e sem família residente na sede do município onde se situa a Residência, a fim de que possa garantir a sua permanência na Universidade;
- II – criar condições para que os seus residentes exerçam o direito de morar dignamente enquanto ali estiverem;
- III – viabilizar a participação de seus moradores nos projetos coletivos da Residência Universitária da UNEB, visando dar

continuidade ao fortalecimento do espírito de solidariedade, conscientização e colaboração entre os seus membros;
IV – contribuir na busca de alternativas para a formação universitária e engajamento na futura vida profissional.
V – articular interna e externamente os projetos sócio-políticos e culturais das Residências Universitárias da UNEB. (UNEB, 2000, Art.3º)

Assim, ficam evidentes as premissas dos DH, e também a possibilidade de inserção deste grupo estudantes na participação de projetos coletivos, nos projetos sócio-políticos, mesmo que seja dentro do *lócus* das RU.

Por sua vez, ao registrar a estrutura da UNEB, destacam-se no seu Regimento Geral que se trata de um órgão de autarquia de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, sob a organização de multicampia e multiregionalidade (UNEB, 2012, Art.1º). Os três segmentos de ensino, portanto, devem estar contidos em cada estrutura desta Universidade.

Dentro deste cenário de uma Universidade Pública Estadual, a UNEB tem por objetivo a formação integral do cidadão e também os princípios da ética, democracia, ações afirmativas, bem como a justiça social. Sendo esta uma das ações dos DH aplicados à educação, o que garante elementos como respeito e não discriminação aos estudantes, professores e demais sujeitos envolvidos (UNEB, 2012, Art.1º §1º).

Diversos debates foram tratados no Fórum de Pró-reitores de Graduação (FORGRAD – Nordeste) 2014, o destaque deste ano de referência foi o Eixo temático o '*Acesso e permanência no ensino superior*'. Neste fórum, o professor Mozart Neves Ramos (UFPE – Universidade Federal de Pernambuco) e também membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), em sua palestra, destacou que é um "[...] tema estratégico para o desenvolvimento do País, que precisa dobrar, nos próximos dez anos, o número de universitários, que atualmente gira em torno dos sete milhões". E também promoveu a reflexão de que "[...] somente o acesso não garante que o estudante permaneça na universidade".

Estes argumentos convergem com a ideia de unidade nas caracterizações para acesso e permanência universitária, ou seja, não se pode promover a permanência sem o devido ingresso com qualidade na recepção destes estudantes. Para a UNEB, os recursos financeiros destinados para a assistência estudantil são registrados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST). O programa do Ministério da Educação é destinado para a assistência às

universidades estaduais que aderiram ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), e tem como objetivo fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual, buscando diminuir a evasão (BRASIL, 2010).

Esta Portaria Normativa nº 25 do MEC institui que o PNAEST surge com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual. Dentre os objetivos expressos, destaca-se o incentivo à democratização do acesso e permanência dos jovens na perspectiva de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais. Ainda destaca-se nestes objetivos a redução da evasão e redução da retenção dos estudantes, melhorando as taxas de sucesso acadêmico. Neste aspecto, o programa de assistência estudantil deve contribuir na promoção de inclusão social.

Aprofundando-se nesta Portaria Normativa, cita-se o art. 2º, o qual discute os meios para a implementação destas ações de assistência estudantil integradas ao princípio da Universidade como atividades de ensino, pesquisa e extensão e no seu § 1º e 2º registra a prioridade de atendimento e também a necessidade de viabilizar da equidade de oportunidades:

§ 1º As ações do PNAEST atenderão prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições estaduais de ensino superior gratuito em ato próprio.

§ 2º As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010)

Importante destacar que estas ações convergem com a temática anteriormente discutida sobre políticas de permanência sustentável na Universidade e de que as bolsas devem ser tratadas em outro eixo desta política, especialmente quando ressalta no Art. 3º § 1º que “[...] é vetada a utilização deste recurso do PNAEST para concessão de bolsas e benefícios pecuniários similares diretamente aos estudantes” (BRASIL, 2010).

Assim, as iniciativas da assistência estudantil direcionam-se sob as garantias fundamentais como moradia estudantil, alimentação, transporte e assistência à saúde. Não obstante, às ações da assistência estudantil, menciona-se também o

acesso digno com a participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades, bem como estudantes com superdotação. Em particular e, de caráter transversal à estes grupos, deve-se observar os direitos sobre inclusão digital, direito à cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, sendo estes os pilares das políticas de permanência sustentável na Universidade.

Desta forma, ao pensar em permanência estudantil, evidencia-se na identificação de quem são os estudantes persistentes que estariam na eminência de evadir da Universidade que possam fazer parte das políticas de permanência sustentável, em conformidade com as ações do PNAEST e as suas necessidades de igualdade de oportunidades, visando à melhoria do desempenho acadêmico.

Apesar de considerar que alocação de recursos do PNAEST é fundamental, é imprescindível perceber que a UNEB, antecipadamente a este Programa do Ministério da Educação, em 2008, elaborou o Projeto Bolsa Auxílio para Estudantes de Graduação da UNEB a partir da Resolução N.º 659/2008 onde registra a comprovação de baixo poder aquisitivo no seu art. 1º:

Art. 1º. Aprovar a criação do Projeto Bolsa Auxílio para estudantes de graduação da UNEB, devidamente matriculados, procedentes do Sistema de Reservas de Vagas para negros e indígenas e/ou comprovadamente de baixo poder aquisitivo. (UNEB, 2008, art. 1º)

Destaca-se a relevância trazida pela Universidade ao propor a garantia pecuniária de permanência do estudante ingressante prioritariamente pelo sistema de cotas. Porém, mais uma vez, destaca-se a necessidade de assistência estudantil para o indivíduo em situação de vulnerabilidade sócio-econômica.

Seguindo-se sobre as garantias de permanência estudantil, no ano 2009, aprova a Implantação do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para Estudantes de Graduação da UNEB. (Resolução Nº 701/2009). Neste programa, registra o direcionamento para bolsas-auxílio, Residências Universitárias, Transportes, Viagens, Eventos e Atenção Biopsicossocial.

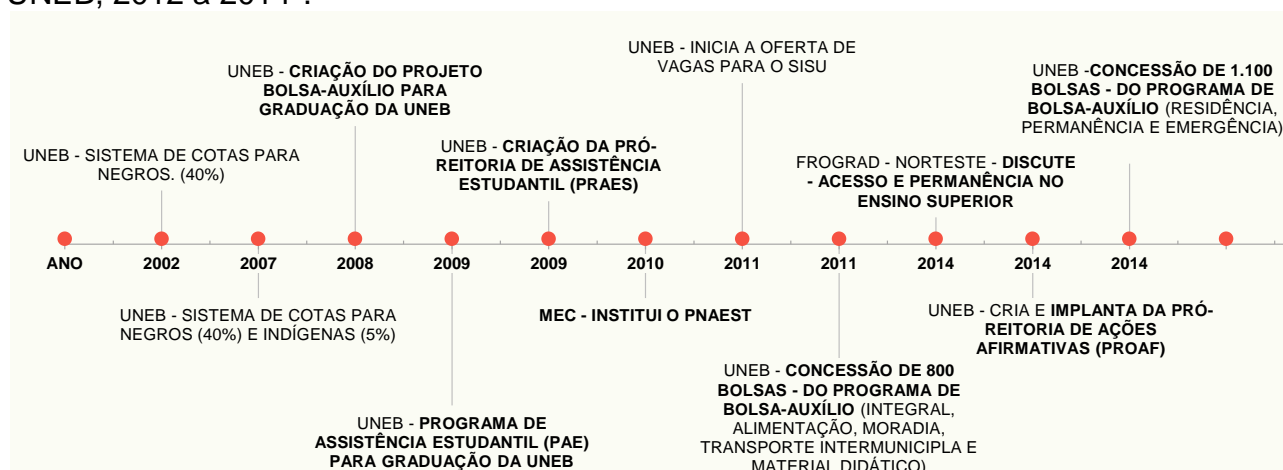
O programa intitulado PAE – Programa de Assistência Estudantil, estabelece critérios que, basicamente, captam grupos de estudantes de graduação presencial e regularmente matriculados, em situação de vulnerabilidade (1/2 salário mínimo e baixo poder aquisitivo).

Destaca-se, no Relatório Anual de Atividades – UNEB-2011, que a Universidade estadual é quem custeia a sua Assistência Estudantil, diante das fontes do tesouro estadual, em que discute que:

A Assistência ao Estudante Universitário teve o valor orçado em R\$ 1.449.054,00, e a execução financeira dos recursos inerentes apenas às fontes do tesouro estadual, em R\$ 1.407.271,21, que correspondeu a um percentual de 97,12%. (UNEB, 2011, p. 103-104)

Sob estas perspectivas, é possível perceber uma cronologia dos acontecimentos que antecederam o PNAEST e a vinda o Sistema de Seleção Unificada, como requisito para a incorporação deste recurso à Universidade, assim a Figura 3 permite visualizar brevemente a linha do tempo destes acontecimentos.

Figura 3 – Linha do Tempo que marcaram as políticas de acesso permanência da UNEB, 2012 a 2014⁵.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Desta forma, convergindo o programa de assistência estudantil da UNEB com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST), certamente as políticas de permanência estudantil devem atingir o limite quando se tornar sustentável para garantir a todos os estudantes os meios para sustentar-se em sentido financeiro, acadêmico, social e cultural.

No avanço dos acontecimentos, o Plano de Ações Prioritárias (PAP), desenvolvido pela reitoria para 2014 – 2017, tem contribuído para ampliação das discussões sobre o acesso e permanência estudantil, indicando em seu 3º eixo

⁵ Resoluções em ordem cronológica: Resolução CONSU/UNEB:196/2002; 468/2007; 659/2008; 701/2009; 733/2009; Portaria Normativa Nº 25 MEC; Resolução CONSU/UNEB:1822/2011; 1023/2014; 1040/2014.

estratégico o “Acesso e Permanência com Qualidade”, em que indica o “[...] compromisso com as políticas de qualificação do acesso e permanência discente, através da Implantação do Observatório da Vida Universitária [...]” (UNEB, 2014b). Entretanto, o olhar da Gestão Universitária neste compromisso traz a prioridade de reafirmação da permanência dos estudantes oriundos do sistema de cotas.

Neste Plano, a Universidade amplifica a discussão trazida pelo presente trabalho, quando indica como programas a necessidade da “reestruturação da Política de Assistência Estudantil” e também o olhar mais aprofundado para o “Acesso e permanência” (UNEB, 2014b, p. 25). Neste primeiro programa, direciona-se como objetivo a consolidação efetiva das políticas de assistência estudantil:

“[...] como forma de assegurar aos estudantes a garantia dos direitos sociais que assegurem á democratização do acesso [...]”;
“[...] efetiva permanência dos discentes com vista a uma formação integral e qualificada, preparando tais atores para atuação cidadã e inserção no mundo do trabalho.” (p. 46)

Sendo oportuno indicar a relevância dos resultados da presente pesquisa como recursos diagnósticos no olhar das atuais políticas de permanência estudantil, com vistas à ampliação para as políticas de permanência sustentável para todos os estudantes, inclusive para todos aqueles que “ainda” estão ativos em determinados cursos não promissores.

4.4 DO ACESSO À PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL NA UNIVERSIDADE

A educação como um direito de todo o cidadão e de competência do estado (BRASIL, 1988), implica no mecanismo de obrigatoriedade na Universidade pública do Estado que se torna corresponsável na formação integral do cidadão-estudante. Neste princípio regulatório, pondera-se sobre as atuais políticas de permanência escolar no âmbito do Ensino Superior na esfera pública (BRASIL, 1988).

Um dos objetivos e prioridades destinados no Plano Nacional de Educação registrou, em seu período em vigor, a prioridade “[...] a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência com sucesso, na educação pública” (BRASIL, 2001, item 2). Neste sentido, a priorização de acesso destina-se não somente para o ingresso, mas também para garantir a Permanência

Universitária *com sucesso*, este é o desafio para as Universidades Públicas Estaduais (BRASIL, 2001).

Além disso, a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNEB, 2013-2017 relaciona como objetivos específicos:

[...] consolidar a política de acesso, permanência e sucesso dos estudantes e ampliar o número de estudantes beneficiados pela política de assistência estudantil, fortalecendo a inclusão de grupos historicamente excluídos da vida acadêmica. (p.16)

Ademais, durante as discussões da Conferência Nacional da Educação (CONAE), ocorrida em 2010, trouxeram como proposta a premissa de expansão da oferta da Educação Superior, ampliando-se o acesso e permanência na Instituição. Entretanto, a partir do recente Plano Nacional de Educação - PNE passa a vigorar mais expressivamente quando registrada nas diretrizes do PNE a “[...] promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2014).

Ou seja, os princípios dos DH uma vez presentes neste atual PNE garantem as prerrogativas anteriormente destacadas sobre a valorização do estudante Universitário, visto que as atuais políticas públicas de acesso já avançam, e o olhar se desloca agora para as garantias de uma permanência sustentável na universidade, permitindo assim o respeito aos DH sob todos os pontos de vista de uma educação de qualidade de modo que endosse a sustentabilidade socioambiental no ambiente universitário (BRASIL, 2014).

Assim, sob o ponto de vista da reformulação das políticas públicas requer pensar em ações sustentáveis para a permanência *do* estudante e *para* o estudante, ou seja, enquanto políticas públicas, fomentar planos, programas e projetos como auxílios alimentação, moradia, transporte e eventos. Do outro lado, ao pensar na permanência para o estudante, requer refletir em ações sociais que visem manter estes estudantes cujos cursos apresentam-se com alto índice de evasão. Sendo estas ações pautadas, não somente no ingresso do estudante, mas em aspectos que configurem os estudantes como sujeitos universitários persistentes.

Destaca-se que, os olhares para estes estudantes persistentes devem fazer parte das políticas públicas de permanência sustentável independentemente da quantidade deles assistida pela Universidade.

5 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

*Não há só um método para estudar as coisas.
(Aristóteles)*

O presente estudo converge para a pesquisa aplicada de tipo descritivo e exploratório, uma vez que suscita a aplicação dos conhecimentos e discute formas da permanência estudantil no Ensino Superior, sendo que esta determinação é permitida por meio dos estudantes que ainda continuam seus estudos.

A fim de identificar a relação entre Direitos Humanos e permanência estudantil, bem como a atuação da UNEB. Neste aspecto, utilizaram-se os procedimentos da pesquisa bibliográfica. Gil (2009) ressalta a existência de pesquisas que tratam exclusivamente desta modalidade de pesquisa.

Este estudo também adotou procedimentos da pesquisa documental, onde utilizou as fontes de dados do ambiente Universitário, a saber, o *Censo da Educação Superior* informado, anualmente, pela universidade ao INEP/MEC, informações dos *conceitos de curso ENADE MEC/INEP*, a *Concorrência do Vestibular* nos anos anteriores e, os dados de origem do sistema acadêmico da Universidade (ANEXO D). Estes elementos, uma vez combinados, convergiram para o cenário da permanência dentro da abordagem quantitativa e, o que fortaleceu a discussão do uso e consistência dos dados da UNEB.

Considerando o aprofundamento do estudo, utilizou-se a abordagem qualitativa, dentro dos elementos do Estudo de Caso a fim de detectar os estudantes que ainda continuam seus estudos imersos no curso pelo qual apresentou alto índice de evasão.

Neste sentido, os elementos da pesquisa social e interpretativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986) fez-se presente, visto que existe a recomendação de identificar informações sobre o perfil dos estudantes que estejam na eminência da evasão, e traz principalmente os valores, práticas e comportamentos desse grupo de estudantes que continuam seus estudos.

Ao analisar a evasão universitária, é possível relacionar a continuidade do curso em função da continuidade de alguns estudantes. Assim, foi possível descobrir o que proporciona a permanência destes estudantes, bem como conhecer o sentido de revelar elementos que ampliam a discussão sobre as políticas públicas de permanência sustentável na universidade.

Para isso o delineamento do Estudo de Caso deve possuir suas delimitações claramente definidas durante a construção metodológica e, ainda destaca-se que o aprofundamento pelo estudo de caso tem por objetivo a descoberta, a interpretação do contexto, a fim de demonstrar o cenário de forma profunda e completa diante das diversas fontes de informação. Porquanto, compreendendo estes elementos é possível revelar as possibilidades de generalizações, com foco na representatividade dos diferentes pontos de vista presentes na situação social (LUDKE; ANDRE, 1986).

Desta forma, ao estabelecer as unidades-caso e compor com a análise quantitativa é possível promover o aprofundamento e generalização esperados, não somente para fins exploratórios, mas também no sentido de generalizar as teorias propostas e propor ressignificações sobre a permanência escolar e seus indicadores.

Em particular no presente estudo, as unidades-caso foram os estudantes universitários que ainda permanecem nos cursos de alto índice de evasão na UNEB. Seguindo esse princípio de generalização, Yin (2010) destaca alguns (pré)conceitos tradicionais sobre o Estudo de Caso, tais (pré)conceitos giram em torno da preocupação de que os estudos de caso não permitiria a generalização científica. Entretanto, sob o ponto de vista da singularidade institucional e a generalização da teoria da Permanência universitária o autor contribui indicando:

[...] Os estudos de caso, como os experimentos, são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações ou aos universos[...] sua meta será expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). (YIN, 2010 p. 36)

Cabe destaque o Estudo de Caso representa mais do que “contar uma história”, extrapolando as discussões quando diz que “[...] pode ser utilizado para testar hipóteses, realizar estudos estatísticos (quando traz um conjunto de dados quantitativamente coletados e relacionados) ou relatar uma pesquisa institucional” (CALAZANS, 2007, p. 44).

Considerando esta estratégia como aporte para a combinação entre tais abordagens metodológicas, a ‘triangulação metodológica’ indicou ser o melhor entendimento desta percepção metodológica, uma vez que caminhou pela abordagem quantitativa, no sentido da análise dos dados secundários da UNEB e, qualitativa a fim de aprofundar as análises e resultados dos estudantes que

continuam seus cursos. Sendo que este se mostrou o aprofundamento no olhar mais adequado das políticas públicas dos estudantes que “ainda” permanecem na UNEB.

Nesse sentido, a referida combinação também destaca o uso dos referenciais teóricos permitindo a *generalização analítica* da estratégia de Estudo de Caso, bem como confrontar fontes de dados em diversos níveis para a gestão (YIN, 2009; MARTINS, 2006).

Portanto, a partir da análise dos aspectos estruturais pelos métodos quantitativos e, os aspectos processuais (aprofundamento) pela abordagem qualitativa, considerou-se o uso destas metodologias mistas, uma vez que detém informações importantes para a qualidade da pesquisa, com a integração de vinculação dos achados pelos dois métodos. Nesse aspecto, Flick (2009) permite refletir que existe a triangulação não somente entre a pesquisa qualitativa, mas também a triangulação entre a pesquisa qualitativa, quantitativa e o referencial teórico.

Além disso, Yin (2009) auxilia as conclusões quando discute que existem algumas variações dos métodos, demonstrando a importância de que:

[...] Algumas situações, podem não ter um método preferencial claro, pois os pontos fortes e as fraquezas dos vários métodos podem se sobrepor. A meta básica, no entanto, é considerar todos os métodos de modo inclusivo e pluralista – como parte de um repertório no qual você poderá escolher para realizar a pesquisa de ciência social. (p.43)

No caminho da integração metodológica percebe-se a importância da relação entre teoria e dados, especialmente quando são revelados os princípios das ciências relacionados aos anseios de uma indagação e o contentamento de uma descoberta, com destaque diante de um caminhar permanentemente inacabado dentro do diálogo entre “[...] uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (MINAYO, 1993, p.23).

Salienta-se que os métodos mistos de análise fornecem informações ricas de fontes diferenciadas. Yin promove esta reflexão quando discute os projetos de Estudo de Caso integrados, destacando “[...] técnicas mais quantitativas para coletar os dados sobre as unidades integradas de análise. Nesta situação, outros métodos de pesquisa estão interligados em seu estudo de caso” (YIN, 2009, p. 87).

Assim, amplia-se o detalhamento da pesquisa de Estudo de Caso quando o mesmo tem a possibilidade de trabalhar métodos mistos, sendo este evidenciado pelo presente trabalho. A riqueza de detalhes obtidos pela pesquisa bibliográfica, a análise dos dados secundários permitiu compor de modo mais claro e direto os sujeitos a serem avaliados, dentro de um perfil, de qual foram os cursos, qual o turno de melhor representação desta evasão e, por fim, enquanto sujeitos da pesquisa, localizando-se quem são os estudantes. Em seguida, partindo na aplicação dos questionários para determinados cursos do Campus I da UNEB foi possível compreender os aspectos pelo qual direcionou seus indicadores.

5.1 DELINEAMENTO DO LÓCUS

Diante da compreensão de informações principais na construção metodológica, considera-se a necessidade de identificar o ambiente de pesquisa. Assim, dentro do ambiente da UNEB, nos seus 24 Campi e, na expectativa de identificar ambiente mais favorável que possa convergir para igualdade de intervenções, em detrimento da máxima, de áreas de atuação e evasão, optou-se pelo Campus I – Salvador, visto que atende a grande parte destes elementos e que possui um ambiente de diversas representações sobre a evasão e permanência estudantil.

Dentre essas características afins, ressalta-se que o Campus I – Salvador é o núcleo central da UNEB e possui concorrências de estudantes para os vestibulares bem distintos (ANEXO D), infraestrutura semelhante para a graduação, oferta regular e o perfil dos cursos diferenciados.

Por isso, mesmo sabendo que cada região dos 24 campi da UNEB detém características próprias e específicas, o Campus I – Salvador elenca os cursos em uma estrutura de departamentos da linha de Ciências Humanas (DCH), Educação (DEDC), Ciências Exatas e da Terra (DCET) e também cursos de Ciências da Vida (DCV), com ofertas de cursos de acordo com as áreas de conhecimento de cada departamento bem definidas.

Em seguida, definiu-se o contexto e as unidades-caso para o Estudo de Caso, observa-se que as políticas de acesso/permanência da universidade e os cursos

envolvidos estão compreendidos no *contexto* e as *unidades-caso* são os estudantes que continuam os estudos nestes cursos com tendência de evasão.

5.1.1 A escolha dos cursos – Análise interna

Neste cenário já composto, a delimitação seguinte requer estabelecer os cursos pelo qual serão analisados. Desta forma, a indicação é compreender a distribuição dos Cursos da Universidade do Estado da Bahia do Campus I – Salvador. Portanto, segundo as informações do processo seletivo Vestibular 2014, podem-se observar a relevância para os cursos de Bacharelado (69,4%), preferencialmente no turno Diurno (44,0%) e Matutino (25,0%), além da maior parte destes cursos serem de ingresso no 1º Semestre (Tabela 1). Desta forma, estes seriam outros fatores para a seleção dos cursos a serem escolhidos.

Tabela 1: Distribuição dos cursos do processo seletivo Vestibular 2014 pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), segundo referências e departamentos do Campus I, Salvador.

Referências		Departamentos (Campus I - Salvador)				Campus I Salvador
		Ciências Humanas (DCH)	Educação (DEDC)	Ciências Exatas e da Terra (DCET)	Ciências da Vida (DCV)	
Natureza do Curso	Bacharelado	7 (63,6)	2 (25,0)	4 (80,0)	12 (100,0)	25 (69,4)
	Licenciatura	4 (36,4)	6 (75,0)	1 (20,0)	-	11 (30,6)
Turno	Matutino	4 (36,4)	3 (37,5)	2 (40,0)	-	9 (25,0)
	Vespertino	3 (27,3)	2 (25,0)	-	-	5 (13,9)
	Noturno	3 (27,3)	2 (25,0)	-	-	5 (13,9)
	Vesp./not	-	-	1 (20,0)	-	1 (2,8)
	Diurno	1 (9,1)	1 (12,5)	2 (40,0)	12 (100)	16 (44,4)
Semestre ingresso	1º	7 (63,6)	7 (87,5)	5 (100,0)	6 (50,0)	25 (69,4)
	2º	4 (36,4)	1 (12,5)	-	6 (50,0)	11 (30,6)

Fonte: www.vestibular2014.uneb.br. disponível em <http://www.vestibular2014.uneb.br/wp-content/themes/vestibular/docs/manual_candidato_presencial_2014_.pdf>. Acesso Novembro/2013.

Além disso, sob as ofertas de vagas para o processo seletivo vestibular, pode-se inferir uma população em torno de 1.214 futuros estudantes distribuídos nos 4 Departamentos do Campus I distribuídos nos 36 cursos oferecidos (Tabela 2). Estes fatores já listados apresentam-se harmônicos quanto a quantidade de cursos e quantidade de vagas ofertadas neste processo seletivo, ou seja, a quantidade de vagas ofertadas por curso está equilibrada por cada curso oferecido.

Tabela 2: Vagas ofertadas dos cursos do processo seletivo Vestibular 2014 pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), segundo referências e departamentos do Campus I, Salvador.

Referências		Departamentos (Campus I - Salvador)				Campus I
		Ciências Humanas (DCH)	Educação (DEDC)	Ciências Exatas e da Terra (DCET)	Ciências da Vida (DCV)	Salvador
Natureza do Curso	Bacharelado	315 (73,9)	66 (22,3)	160 (80)	292 (100)	833 (68,6)
	Licenciatura	111 (26,1)	230 (77,7)	40 (20)	-	381 (31,4)
Turno	Matutino	157 (36,9)	88 (29,7)	80 (40)	-	325 (26,8)
	Vespertino	117 (27,5)	88 (29,7)	-	-	205 (16,9)
	Noturno	112 (26,3)	76 (25,7)	-	-	188 (15,5)
	vesp./not	-	-	40 (20)	-	40 (3,3)
	Diurno	40 (9,4)	44 (14,9)	80 (40)	292 (100)	456 (37,6)
Semestre ingresso	1º	269 (63,1)	252 (85,1)	200 (100)	146 (50)	867 (71,4)
	2º	157 (36,9)	44 (14,9)	-	146 (50)	347 (28,6)

Fonte: www.vestibular2014.uneb.br. Disponível em <http://www.vestibular2014.uneb.br/wp-content/themes/estudante/docs/manual_candidato_presencial_2014_.pdf>, acesso Novembro/2013.

Sob este caminhar no delineamento do estudo, identificou-se os estudantes que ainda permanecem no curso. Nesse aspecto, associando um pouco dos marcos teóricos e os dados sobre a concorrência do vestibular, é possível convergir que, ao conhecer um indicador, este pode ser reflexo dos cursos propensos à evasão, ou seja, as taxas de evasão das IES estão negativamente correlacionadas com a concorrência do vestibular (SILVA FILHO *et al*, 2007). Dessa forma, é possível deduzir que os cursos de alto índice de concorrência têm prerrogativa de baixas taxas de evasão e, os cursos de baixo índice de concorrência altas taxas de evasão, (ANEXO D).

Destaca-se que foram analisados pelo sistema acadêmico, todos os estudantes do Campus I – Salvador no período de 2005 a 2011. Esta escolha deste espaço de tempo foi selecionada por se tratar de momentos históricos onde é possível identificar os estudantes que evadem em dois perfis: o *primeiro* é que os ingressantes de 2005 seguiriam o curso até a sua conclusão em 2011, porém caso houvesse a evasão da instituição seriam captadas pelas taxas de evasões semestrais. O *segundo* o perfil seria dos ingressantes 2011 que evadiram no período mínimo de um semestre. Desse modo, têm-se os estudantes que evadiram recentemente (2014, de primeiro semestre) e também os estudantes que evadiram em períodos mais amplos (2005 a 2011).

5.1.2 Escolha dos cursos – Análise externa

Além disso, para fins de análise externa dos cursos da UNEB, foi utilizado o instrumento de avaliação externa chamado de conceito ENADE. Este representa um Exame Nacional que avalia o desempenho do estudante. É importante destacar a associação que este indicador faz não somente com os resultados dos exames dos estudantes concluintes, mas também da infra-estrutura do curso e o perfil dos docentes.

Desse modo, o conceito ENADE tem representação sintética por um único indicador que representaria a qualidade do curso, sendo uma avaliação equilibrada para todas as Instituições de Ensino Superior por área do conhecimento. A avaliação conta com participantes concluintes, sendo o resultado divulgado anualmente pelo INEP/MEC. A escala deste indicador é de 0 a 5, em que 5 representa a maior qualificação do curso.

A unidade de observação deste instrumento de avaliação externa é composta por cursos por área de conhecimento da Instituição em determinado Município, avaliando-se a cada 4 anos. Caso a instituição não tenha concluinte participante este será indicado como Sem Conceito (SC). Além disso, a cada ano são avaliadas algumas áreas específicas.

Assim, foram analisados os conceitos ENADE⁶ dos cursos mencionados anteriormente como de baixa concorrência e de taxas consideráveis de evasão, ou seja, os cursos de Turismo e Hotelaria, Letras/ Língua Espanhola, Pedagogia, Química e Fonoaudiologia (ANEXO D).

Isto posto, observou-se a partir dos dados da última avaliação do ENADE-2013, que o conceito ENADE do *curso de Fonoaudiologia* esteve na faixa 3, o que representa estar contido no limite mínimo de aceitação deste curso, sendo que na avaliação anterior (ENADE-2010) indicou o conceito na faixa 5, indicando assim queda do conceito neste curso.

Por outro lado, no ano 2011, quando foram avaliados os cursos de *Letras, Pedagogia e Química*, que para o Lócus do Campus I-Salvador destacou-se que os dois primeiros estiveram na Faixa 4 e o curso de química na Faixa 5, mantendo-se o perfil da última avaliação em 2008.

⁶ Os resultados do Conceito ENADE encontram-se disponíveis em <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/conceito-enade>>. Acesso em 12/07/2015.

O *Curso de Turismo* também manteve seu conceito ENADE na faixa 4 nos anos de 2009 e 2006, período pelo qual este curso foi indicado pelo Ministério da Educação – MEC.

Desta forma, observando como critério sistemático a igualdade e invariabilidade dos conceitos, visto que permite estabelecer a linha de equilíbrio entre os cursos escolhidos, foram selecionados os *cursos de Letras/Língua Espanhola, Pedagogia e Turismo*, uma vez que todos apresentaram conceito ENADE na faixa 4, mantendo-se neste panorama durante os quatro anos seguintes à avaliação externa do MEC/ENADE para a UNEB no Campus I – Salvador.

5.2 APROXIMANDO OS SUJEITOS À PESQUISA

A fim de identificar os cursos com maiores índices de evasão do Campus I – Salvador, da UNEB, utilizou-se duas fontes de dados com vistas à convergência: primeiro os dados do sistema acadêmico, que identifica os índices de evasão; segundo, considerando a concorrência do vestibular, visto tratar-se de uma variável que incide inversamente sobre os índices de evasão para o nível superior (SILVA FILHO *et al* 2007), ou seja, como expresso anteriormente, os cursos de alto índice de concorrência destacam-se pelas baixas taxas de evasão e, os cursos de baixo índice de concorrência pelas altas taxas de evasão (ANEXO D).

Por meio desta identificação dos cursos foi possível detectar onde estariam os estudantes com dificuldades em se “manter!” ativos na instituição. Nesta associação, foram relacionados os cursos com o semestre e turno, o que identificou o período e o turno em que o estudante, provavelmente, estaria evadindo.

Neste ponto, é importante lembrar que a importância da delimitação do estudo, visto que não é possível contornar o fenômeno em todas suas especificidades, e ainda amplia-se sobre a importância na delimitação do estudo para a abordagem qualitativa:

[...] O pesquisador pode proceder à coleta sistemática de informações, utilizando instrumentos mais ou menos estruturados, técnicas mais ou menos variadas, sua escolha sendo determinada pelas características próprias do objeto estudado. [...] A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte e, pois, crucial para atingir os propósitos do estudo de caso e para chegar a uma compreensão mais completa da situação estudada. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.22)

Esta direção da abordagem quantitativa, seguindo-se a utilização da abordagem qualitativa aponta para uma relação entre os métodos quantitativos e qualitativos que visa extrair a magnitude das associações entre as variáveis, e, em seguida, compreender o contexto das respostas, sendo este o aprofundamento dos casos (FLICK, 2009). Além disso, Stake (2000) adota critérios para a seleção dos casos, em que lança a modalidade do Estudo de Caso coletivo como sendo:

[...] aquele cujo propósito é o de estudar características de uma população. Eles são selecionados porque se acredita que, por meio deles, torna-se possível aprimorar o conhecimento acerca do universo a que pertencem[...]. (et al/GIL, 2009 p.139)

Após a identificação dos sujeitos da pesquisa, dentro do ambiente, espaço-temporalmente delimitado à ocorrência da evasão, foi identificado o número de casos a serem selecionados. Cabe mencionar que existe a reflexão sobre esta quantidade de sujeitos e a generalização da pesquisa, atendendo a necessidade de generalização analítica, sob o ponto de vista teórico, através da seguinte observação:

As questões relevantes aqui são 'quais casos?' em vez de 'quantos casos?', e 'o que os casos representam ou para que foram selecionados?' Assim a generalização na pesquisa qualitativa encontra-se menos associada à quantificação do que muitas vezes se presume (FLICK, 2009, p.47).

Assim, optou-se pela saturação dos respondentes à pesquisa, uma vez que o excesso de respondentes sob o mesmo sentido indicaria a saturação na resposta, isto é, neste método o incremento de novos indivíduos segue até o ponto em que não há mais mudanças nas informações já concebidas.

5.2.1 Diálogo com os dados quantitativos da instituição

Considerando que os sujeitos da pesquisa são os estudantes de graduação, oferta regular pelo qual estão nos cursos do Campus I, UNEB, observou-se a concorrência destes cursos no Vestibular – 2014 (ANEXO D).

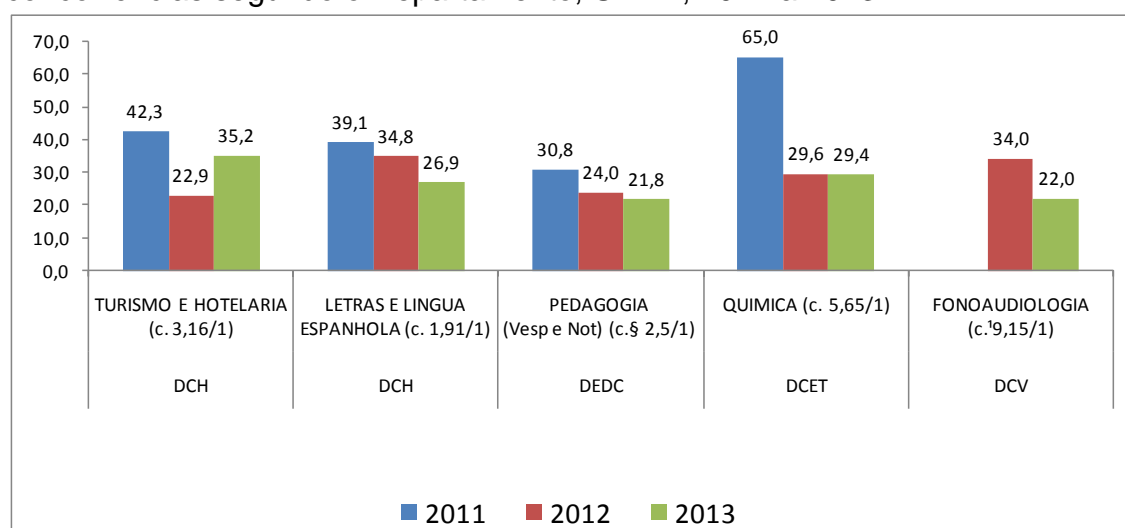
Uma vez estabelecido o instrumento de comparação foram encontrados cinco cursos de menor concorrência, uma vez separados por departamento, a saber: no Departamento de Ciências Humanas (DCH) foram Turismo e Hotelaria (vespertino) e

Letras/Língua espanhola (matutino); No Departamento de Educação (DEDC) observaram-se as menores concorrências para o curso de Pedagogia (matutino e vespertino); No Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET) registra-se o curso de Química (Diurno); e por fim, no Departamento de Ciências da Vida (DCV) o curso de fonoaudiologia registrou as menores concorrências para este departamento (ANEXO D).

Entretanto, para fins de melhor delineamento do estudo, realizou-se a associação desta informação com as taxas de evasão dos cursos por período. Tais indicadores, normalmente, devem seguir gradientes decrescentes, ou seja, o quanto mais próximo do período de coleta da informação, menor será a decisão do estudante e evadir.

Assim, de 2011 a 2013 o Gráfico 4 dispõe que o curso de Turismo e Hotelaria indicou ser o primeiro curso escolhido, visto o padrão diferenciado quanto ao gradiente decrescente. Em seguida, o curso de Letras/Língua Espanhola correspondeu ao maior gradiente decrescente da taxa de evasão e, seguido do curso de Pedagogia. Assim, os cursos de *Turismo e Hotelaria*, *Letras/Língua Espanhola* e *Pedagogia* foram os cursos mais propensos a serem analisados no estudo. Destaca-se que o curso de Química, no ano 2011, apresentou um período extremamente atípico (2011), considerando os períodos posteriores analisados.

Gráfico 4 – Taxa de Evasão por período de ingresso dos cursos de menores concorrências segundo o Departamento, UNEB, 2011 a 2013



Fonte: Dados do Sistema Acadêmico. Informações referentes até julho/2014.

Notas: **c.** indica a concorrência do vestibular 2014.; **c.§** indica a concorrência estimada do curso de pedagogia Vespertino e noturno juntos. **c.1** indica a concorrência estimada do curso de fonoaudiologia do 1º e 2º semestres juntos. Evasão neste caso está sendo considerados o Abandono, desistência e cancelamento de vínculo.

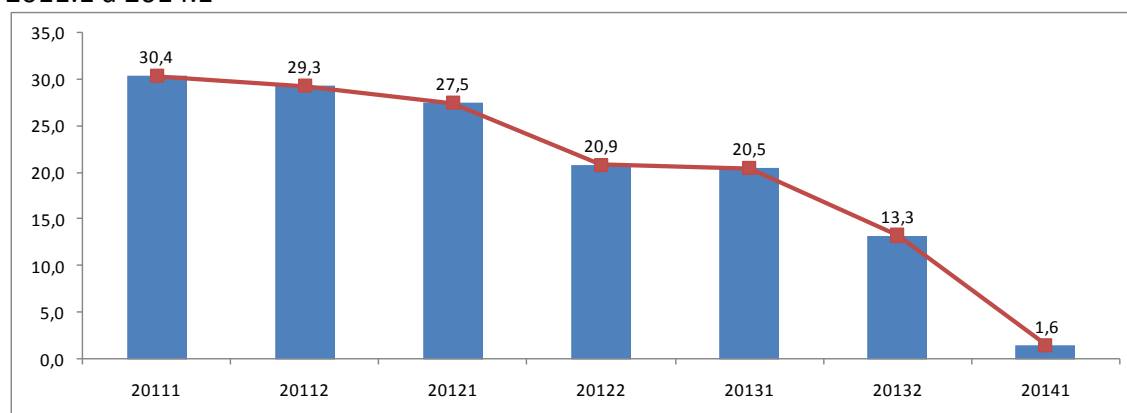
De posse destas informações, a próxima fase a ser pesquisada foi: qual seria o semestre pelo qual o estudante estaria em risco de evadir, ou seja, a vulnerabilidade do estudante não permanecer no curso pelo qual ingressou. Assim, devido ao lócus de estudo ser a permanência de estudantes em cursos com alta taxa de evasão, sugere-se escolher estudantes que tenham ingressado no máximo até 2011, uma vez que estaria entre as maiores chances de colegas que já evadiram. Assim, através do Gráfico 5a é possível descrever as taxas de evasão, pelo semestre em que o estudante ingressou, considerando os dados até julho/2014.

Observe o índice decrescente da evasão, que encontra-se em torno de 30,4% para os ingressantes de 2011.1, decaindo, suavemente, quando se chega ao período mais próximo do período atual (julho/2014).

Desta forma, na busca do acompanhamento da vida acadêmica durante um ciclo, praticamente, completo registrado pelo percurso destes estudantes da UNEB, foram analisados através do sistema acadêmico os estudantes ingressantes de 2011.1 e, destes grupos de estudantes, acompanhou quem estaria evadindo e, em que período, representando o *tempo de permanência* do estudante até sua evasão (GRÁFICO 5b).

Sob esse olhar, destaca-se que a maior taxa de estudantes inativos foi para o 2º Semestre, o que claramente representa o semestre da mudança, e desta forma, os estudantes escolhidos devem estar no *segundo semestre*.

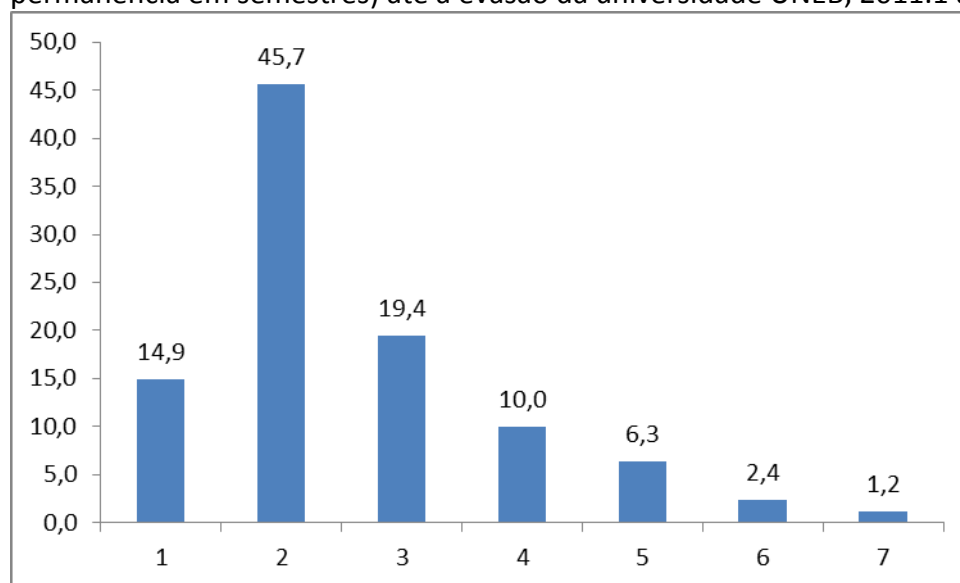
Gráfico 5a– Taxa de Evasão por período de ingresso de todos os cursos de Graduação, UNEB, 2011.1 a 2014.1



Fonte: Dados do Sistema Acadêmico. Informações referentes até julho/2014.

Nota: Evasão neste caso está sendo considerados o Abandono, desistência e cancelamento de vínculo.

Gráfico 5b – Percentual de estudantes inativos pelo tempo na instituição (tempo de permanência em semestres) até a evasão da universidade UNEB, 2011.1 a 2014.1.



Fonte: Dados do Sistema Acadêmico. Informações referentes até julho/2014.

5.3 MECANISMOS PARA CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

A fim de caracterizar a população de estudantes universitários de 2º semestre que estariam nos cursos escolhidos, foi elaborado um questionário semi-estruturado. Neste instrumento, foram observadas as categorias dispostas na abordagem inicial de Tinto (1975), o resgate de informações da família, questões pessoais, e características do seu ensino médio e fundamental. Além de identificar a visão deste estudante com seu desenvolvimento intelectual, as interações entre os colegas e também os conhecimentos da faculdade.

Este instrumento contribuiu para resgatar informações, diretamente, do estudante permitindo a reflexão do que poderia justificar esta interrupção. Este mecanismo de pesquisa também permitiu observar quais fatores contribuem para que o estudante se mantenha na instituição, na perspectiva de superar esta sensação de acolhimento deficiente.

A fim de corroborar na ampliação de possibilidades de coleta dos dados, foram trazidas também algumas dimensões agregadas do Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA) proposto por Soares et al (2002) (ANEXO E).

Quanto às questões de livre resposta, foram captadas opiniões sobre a relação do curso escolhido e ascensão financeira, também as justificativas sobre o seu desempenho acadêmico. Desta forma, foi aplicado o questionário semi-

estruturado, no qual estas questões foram abordadas de forma aberta permitindo que o estudante expressasse sua opinião.

5.4 A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Diante deste cenário, foram escolhidos os estudantes do Campus I que estivessem nos cursos de Turismo e Hotelaria, Letras/Língua Espanhola (Espanhol) e no curso de Pedagogia matriculados no 2º Semestre letivo.

Cabe destacar que o Curso de Espanhol possui alternância entre os semestres, ou seja, existem períodos em que não existem semestres pares e, em outros não existe semestre ímpar. Assim, sem perda de especificidade da análise, exclusivamente para o curso de Espanhol, tiveram informações dos estudantes de 3º Semestre letivo.

Dessa forma, no total foram pesquisados 79 estudantes, sendo 14 estudantes do curso de Letras/Língua Espanhola, 44 do curso de Pedagogia e 21 do curso de Turismo e Hotelaria que responderam ao questionário proposto.

Para fins de direcionamento na análise dos resultados a seguir, foi explorada a caracterização dos estudantes pesquisados, onde se discutiu um pouco da vida pregressa deste estudante no ensino médio. Em seguida, apresentados os resultados sobre o rendimento e despesas com a universidade, bem como o seu ingresso e interação com a UNEB. Além disso, foi questionado um pouco da história familiar do estudante para com o curso e, por fim, o segmento de direcionamento e mudanças de curso do estudante (Apêndice A).

5.4.1 O Perfil dos estudantes em risco

Neste sentido, observou-se que o curso de Pedagogia apresenta-se e maior índice de estudantes participantes da pesquisa (44 estudantes), seguindo do curso de Turismo e Hotelaria (21 estudantes) e por fim, o curso de Letras/Língua Espanhola (14 estudantes) que registra menores quantitativos. Tais quantitativos convergem com o número de estudantes que, normalmente, ingressaram nestes cursos (Tabela 3; UNEB, 2014d).

Tabela 3 – Distribuição do perfil do estudante dos cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014.

Perfil do estudante	Espanhol n = 14		Pedagogia n = 44		Turismo e Hotelaria n = 21		TOTAL	
	N	%	N	%	n	%	n	%
Sexo								
<i>Masculino</i>	5	35,7	6	14,6	3	15,0	14	18,7
<i>Feminino</i>	9	64,3	35	85,4	17	85,0	61	81,3
Turno								
<i>Matutino</i>	14	100,0	34	77,3			48	60,8
<i>Vespertino</i>					21	100,0	21	26,6
<i>Noturno</i>			10	22,7			10	12,7
Semestre								
<i>2º</i>			44	100,0	21	100,0	65	82,3
<i>3º</i>	13	92,9					13	16,5
<i>5º</i>	1	7,1					1	1,3
Reside em salvador								
<i>Sim</i>	13	92,9	40	90,9	19	90,5	72	91,1
<i>Não</i>	1	7,1	3	6,8	2	9,5	6	7,6
Mudou de endereço para fazer o curso								
<i>Sim</i>			6	13,6	7	33,3	13	16,5
<i>Não</i>	14	100,0	38	86,4	14	66,7	66	83,5

Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Quatro pessoas não informaram o sexo e o nome.

Ainda nesta Tabela 3 é possível perceber nestes cursos que a predominância é para o gênero feminino (81,3% do total), sendo que para o curso de Espanhol este percentual reduziu-se para 64,3%. Interessante mencionar que no curso de Turismo e Hotelaria, bem como Pedagogia indicaram estudantes que precisaram mudar de endereço para fazer o curso (13,6%; 33,3%, respectivamente).

Por outro lado, de acordo com a Tabela 4 os estudantes do curso de Espanhol são que tem idade mais avançada, ou seja, idade média de 33,17 anos, sendo que o curso de Pedagogia indicou 23,74 anos (em média) e, os mais jovens foram os estudantes do curso de Turismo e Hotelaria registrando 20,05 anos (em média). Além disso, nesta Tabela ainda destaca-se a alta variação das idades para os cursos de Pedagogia (variação de 17 a 59 anos) e Espanhol (18 a 58 anos), o que demonstra que estas turmas possuem idades heterogênea (turmas com jovens

e adultos), muito diferente do curso de Turismo e Hotelaria (variação de apenas 18 a 29 anos), que apresentou idades mais homogêneas na turma.

Tabela 4 – Medidas descritivas das idades dos estudantes indicados para análise, UNEB, 2014.

Medidas descritivas	Idade do estudante (anos)			Todos
	Espanhol	Pedagogia	Turismo e Hotelaria	
Mínimo	18	17	18	17
Máximo	58	59	29	59
Média	33,17	23,74	20,05	27,13
Desvio-padrão	13,313	14,637	2,438	10,998

Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Onze pessoas não informaram a idade.

5.4.2 O Ensino Médio: revisitando um passado recente

Com o olhar do próprio estudante universitário, foram trazidas situações de sua vida acadêmica pregressa à UNEB. Assim, é possível indicar na Tabela 5 os resultados sobre o ano de conclusão do ensino médio deles, destacando assim, a existência de três grupos de estudo. O primeiro, estudantes que deixaram o ensino médio desde 2001 (Curso de Espanhol), que representa o distanciamento em torno de 13 anos do ensino médio para o Ensino Superior, o segundo, estudantes do curso de Pedagogia que deixaram o ensino médio, em média, desde 2005, ou seja, o distanciamento de 9 anos, e o terceiro, os mais jovens, denotados pelo curso de Turismo e Hotelaria, que deixaram o ensino médio há apenas 2 anos, Tabela 5.

Tabela 5 – Medidas descritivas dos anos de conclusão no ensino médio dos estudantes indicados para análise, UNEB, 2014.

Medidas descritivas	Ano de conclusão - ensino médio			Todos
	Espanhol	Pedagogia	Turismo e Hotelaria	
Mínimo	1975	1978	2010	1975
Máximo	2012	2013	2014	2014
Média	2001	2005	2012	2006,56
Desvio-padrão	11,843	9,395	1,170	8,990

Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Uma pessoa não informou o ano de conclusão no ensino médio.

Além disso, destaca-se que 81,0% destes foram de escolas públicas (Tabela 6), opondo-se a perspectiva do sistema de cotas da Universidade, uma vez que, que indicaria a reserva 40% das vagas para cotistas negros que, são oriundos de escolas públicas. Desta forma, percebe-se que os estudantes que permanecem seriam indicativos do sistema de cotas e, a evasão representaria os não cotistas nos períodos anteriores ao 2º semestre.

Tabela 6 – Distribuição do perfil ensino médio do estudante, dos cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014.

Perfil do ensino médio dos estudantes universitários	Turismo e Hotelaria							
	Espanhol n = 14		Pedagogia n = 44		Hotelaria n = 21		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Escola do ensino médio (Maior parte)								
<i>Particular</i>	1	7,1	7	15,9	7	33,3	15	19,0
<i>Pública</i>	13	92,9	37	84,1	14	66,7	64	81,0
Turno da escola ensino médio								
<i>Maior parte durante o dia</i>	4	28,6	13	29,5	9	42,9	26	32,9
<i>Todo diurno</i>	6	42,9	26	59,1	12	57,1	44	55,7
<i>Maior parte durante a noite</i>	2	14,3	1	2,3			3	3,8
<i>Todo noturno</i>	2	14,3	4	9,1			6	7,6
Já teve reprovação no ensino médio?								
<i>Nunca fui reprovado</i>	10	71,4	40	90,9	21	100,0	71	89,9
<i>Sim, fui reprovado uma vez</i>	2	14,3	4	9,1			6	7,6
<i>Sim, fui reprovado duas vezes</i>	2	14,3					2	2,5
<i>Sim, fui reprovado mais de duas vezes</i>								

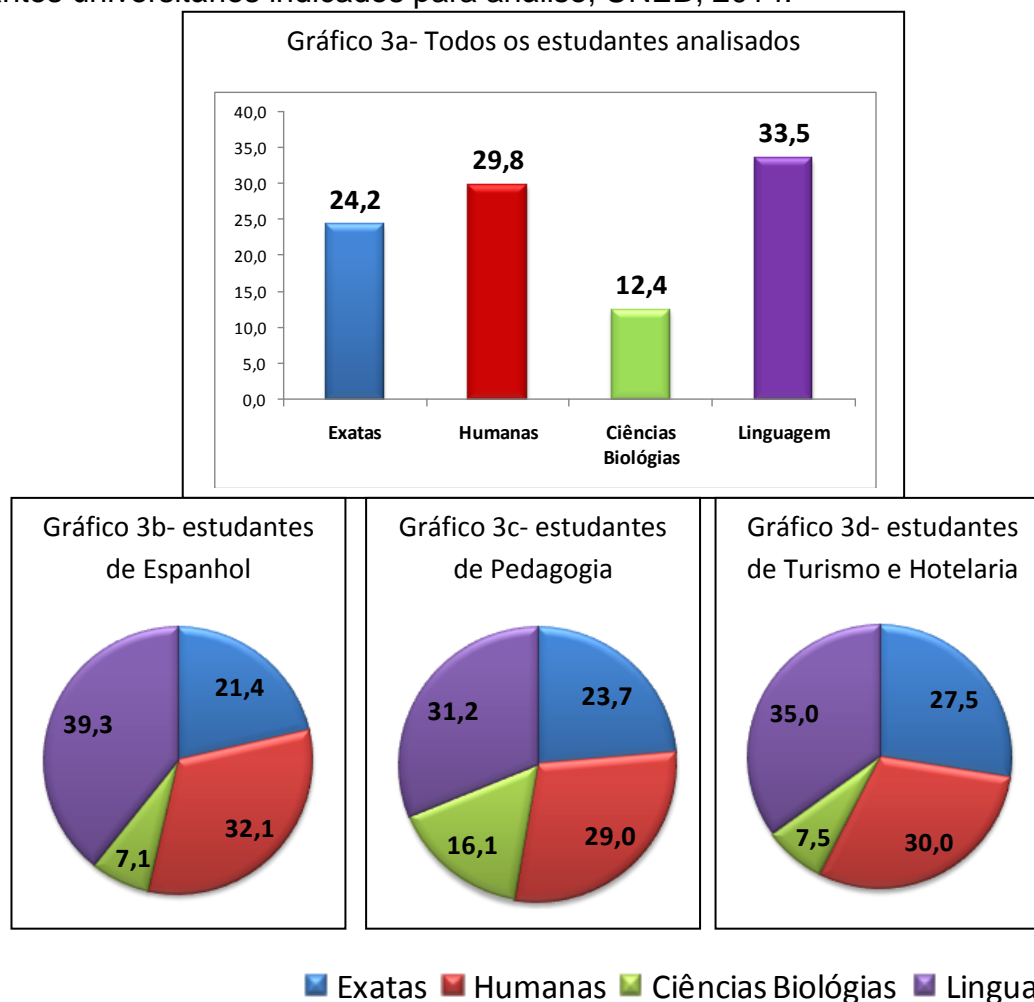
Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Ainda na Tabela 6 percebe-se que estes estudantes frequentavam o ensino médio no período diurno (55,7%) ou maior parte durante o dia (32,9%). Além disso, ao questionar sobre a reprovação, todos os estudantes de Turismo e hotelaria indicaram que nunca foram reprovados.

Quando discutido as opiniões sobre afinidade de conteúdo, os Gráficos 6a-d podem representar que as áreas de Linguagem (33,5%), humanas (29,8%) e exatas (24,2%) destacaram-se respectivamente. Assim, considerando que os cursos

escolhidos foram cursos desta mesma área, pode-se observar a aderência destes estudantes ao curso escolhido.

Gráficos 6a-d – Distribuição das opiniões sobre os conteúdos de maior afinidade dos estudantes universitários indicados para análise, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota1: Exatas - matemática, física e química; Humanas - Geografia e História; Ciências Biológicas - Biologia; Linguagem - Língua inglesa ou espanhola e língua portuguesa.

Nota 2: Resposta de múltipla escolha, podendo haver repetições entre as categorias.

5.4.3 A motivação e o ingresso na UNEB

Nesta seção será abordado questões motivacionais que fizeram o estudante universitário escolher o curso, bem como será indicado o modo de ingresso na UNEB. Além disso, para melhor compreender os aspectos da vida acadêmica, são

captadas também as justificativas que eles atribuem quando apresentam um rendimento positivo e também, quando apresentam rendimentos negativos.

Sob esse olhar, dar-se início na Tabela 7 ao percurso dos motivos da permanência destes estudantes na universidade, particularmente quando se confronta com as informações anteriores sobre escola pública e o ingresso pelo sistema de cotas. Assim, pode-se destacar o equilíbrio das unidades de estudo escolhidas com a reserva pelo sistema de cotas designada pela Resolução UNEB N.º 468/2007 (UNEB, 2007). Ou seja, os percentuais reservados para o ingresso na universidade devem atender ao percentual de 60% para não cotistas e 40% para cotistas, fato bem descrito quando registrado todos os estudantes pesquisados (59,2%). Por outro lado, observa-se o desequilíbrio deste percentual para os estudantes do curso de espanhol, isto é, apenas 35,7% destes estudantes são não cotistas e, 57,1% são cotistas, este fato pode ser justificado em vista dos estudantes não cotistas deste curso já não estarem presentes no período avaliado.

Assim, para o curso de Letras/Língua Espanhola é deduzir que esteja ocorrendo a evasão desses estudantes e, a permanência dos estudantes cotistas, indicando assim a inversão desta ação afirmativa para os estudantes quando já chegam a cursar o segundo semestre letivo. Assim, conclui-se para este curso que 57,1% desses estudantes persistentes foram oriundos das cotas, fato diferente ocorreu com os demais cursos avaliados.

Sob esta pretensão de conhecer o que fez o estudante escolher a UNEB, percebe-se que 31,5% dos estudantes disseram preferem a UNEB por *oferecer o ensino gratuito* e, outros 33,1% disseram ter escolhido por conta da *credibilidade da instituição*, Tabela 7. Algumas mudanças ocorrem ao observar o curso analisado, ou seja, para o curso de espanhol é mais representativo a escolha da UNEB por oferecer o ensino gratuito (42,9%). Por outro lado, no curso de Turismo e Hotelaria, este percentual se distribui pela credibilidade da instituição (28,7%) e por oferecer um curso que é o desejo profissional (28,6%).

Ainda é possível perceber na referida tabela que os estudantes não tentaram muitas vezes fazer o vestibular, uma vez que indica que 77,2% destes tentaram apenas uma única vez e foram aprovados no curso em que estão. Com maiores percentuais para o curso de Espanhol que, como são estudantes com maior idade, certamente já deve ter feito outras tentativas até escolher o curso em que estão.

Destaca-se que esta resposta converge quando associado a concorrência no curso escolhido.

Tabela 7 – Caracterização sobre do ingresso dos estudantes na UNEB e opinião da justificativa de escolher a UNEB, para os cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014

O Ingresso na UNEB	Espanhol n = 14		Pedagogia n = 44		Turismo e Hotelaria n = 21		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ingressou pelo sistema de cotas								
<i>Sim</i>	8	57,1	16	36,4	7	33,3	31	40,8
<i>Não</i>	5	35,7	28	63,6	12	57,1	45	59,2
O que fez escolher a UNEB*								
<i>Credibilidade da instituição</i>	7	33,3	26	34,7	8	28,6	41	33,1
<i>Oferece ensino gratuito</i>	9	42,9	23	30,7	7	25,0	39	31,5
<i>Oportunidades de acesso que a universidade promove</i>			8	10,7	2	7,1	10	8,1
<i>Proximidade da minha residência</i>			2	2,7	1	3,6	3	2,4
<i>Oferece um curso que é meu desejo profissional</i>	5	23,8	13	17,3	8	28,6	26	21,0
<i>Dificuldade de ser aprovado por outras instituições</i>			1	1,3			1	0,8
<i>Outro motivo</i>			2	2,7	2	7,1	4	3,2
Tentativas antes de ser aprovado no curso								
<i>Uma vez</i>	9	69,2	36	87,8	16	94,1	61	77,2
<i>Duas vezes</i>	3	23,1	3	7,3	1	5,9	7	8,9
<i>Três vezes</i>	1	7,7	2	4,9			3	3,8

Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Oito pessoas não responderam sobre o número de tentativas antes de ser aprovado.

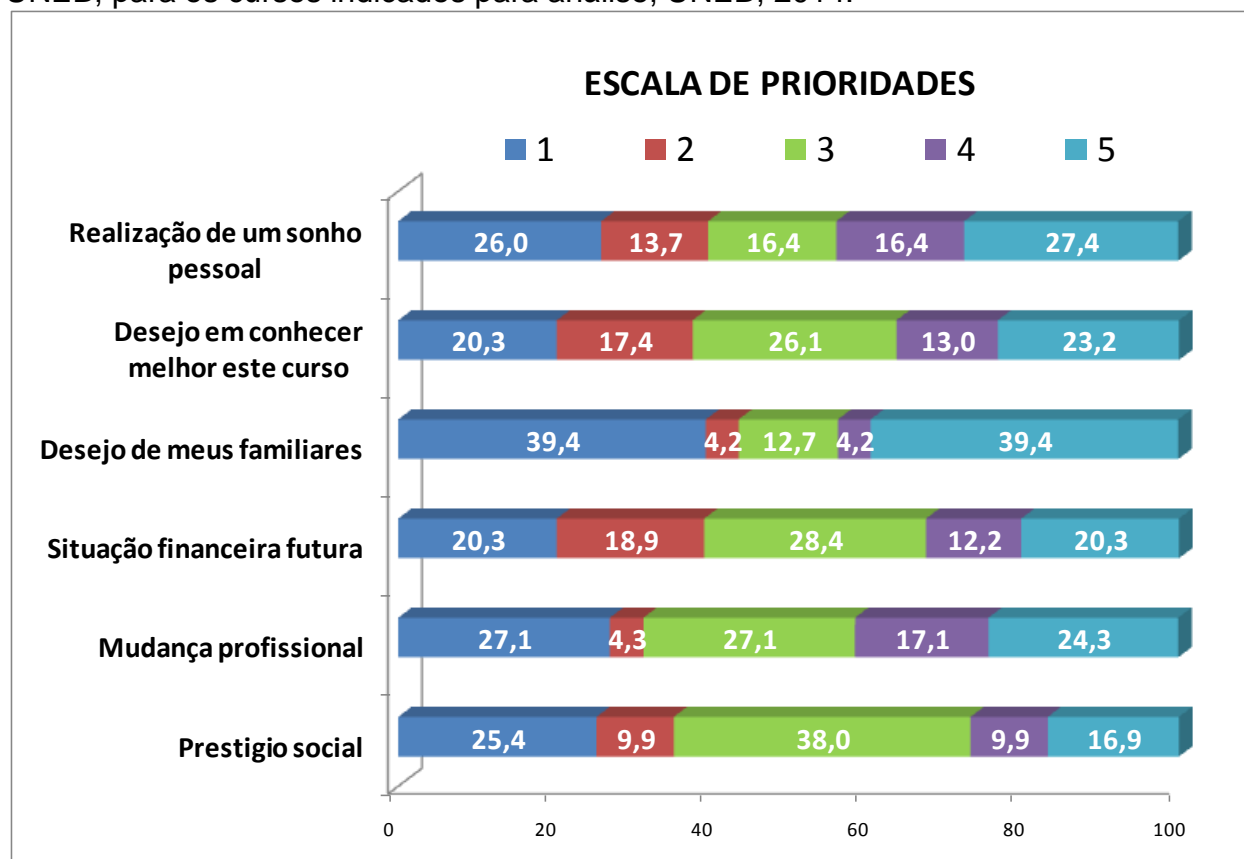
Como efeito de contraposição de opinião, foi questionado em uma escala de prioridades que fez eles decidirem pelo curso da UNEB. Assim, o Gráfico 7 ratifica esta informação dentro de uma escala de prioridades. Desta forma, observa-se que, além do interesse pessoal já descrito, 38,4% optaram pelo curso da UNEB devido aos *desejos dos familiares*, seguido de uma *mudança profissional* (27,1%).

Porém, cabe observar que as mínimas prioridades também trazer esta ruptura, uma vez que os mesmo 39,4% dizem que o desejo dos familiares não representa prioridade, porém, apenas 16,9% assumiram prioridade mínima para o prestígio social do curso escolhido, que leva-se a crer que este seria um dos motivos em que haveria discrepância de opiniões de altas prioridades (Prioridade 1) e baixas prioridades (Prioridade 5).

É interessante perceber que neste estudo estão contidos os três grupos que formariam a representação da Universidade, mas não a sua totalidade, mas dentro de um lócus de cursos que estariam com altos índices de evasão, baixas

concorrências no processo seletivo e que já teriam passado pelo menos um semestre na universidade, recepcionando assim, um grupo de estudantes recém-chegados na vida acadêmica da Universidade.

Gráfico 7 – Opinião dos estudantes sobre a prioridade na escolha do curso da UNEB, para os cursos indicados para análise, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: 1 – Indica a máxima prioridade e 5 indica a mínima prioridade da escolha.

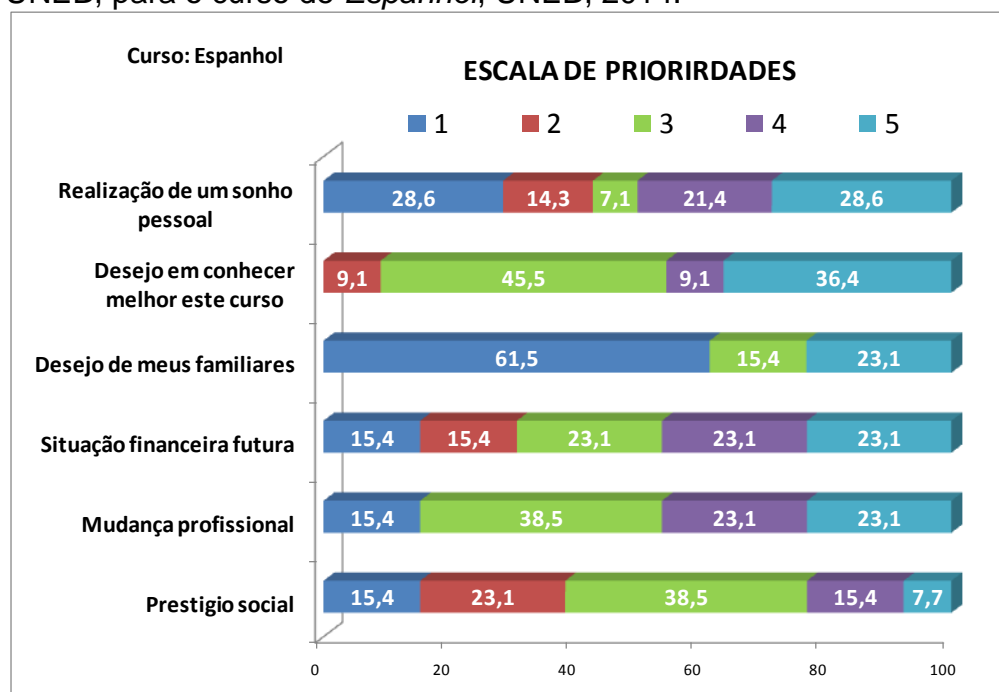
Nota 2: Resposta de múltipla escolha, podendo haver repetições entre as categorias.

Sob este olhar, foram construídos três gráficos sobre a opinião destes estudantes que o levou a escolher o curso, desta forma, cada gráfico refere-se a um curso. Caminhando pelo Gráfico 8a, observa-se que a escolha do curso de Espanhol foi mais prevalente na realização do *desejo dos familiares* (61,5%) e também da *realização de um sonho pessoal* (28,6%). Sendo que a prioridade menos expressiva se deu na opção *prestígio social* do curso (7,7%).

Por outro lado, para o Curso de Pedagogia (Gráfico 8b) 41,0%, que fez o aluno escolher o curso, foi o *desejo familiar* e, 31,6% indicaram *mudança profissional*. Já para o Curso de Turismo e Hotelaria (Gráfico 8c) registra-se a mínima prioridade sobre o *desejo da família* (63,2% disseram prioridade mínima), ou

seja, a família possivelmente não influenciou na escolha do curso de Turismo e Hotelaria para estes jovens estudantes.

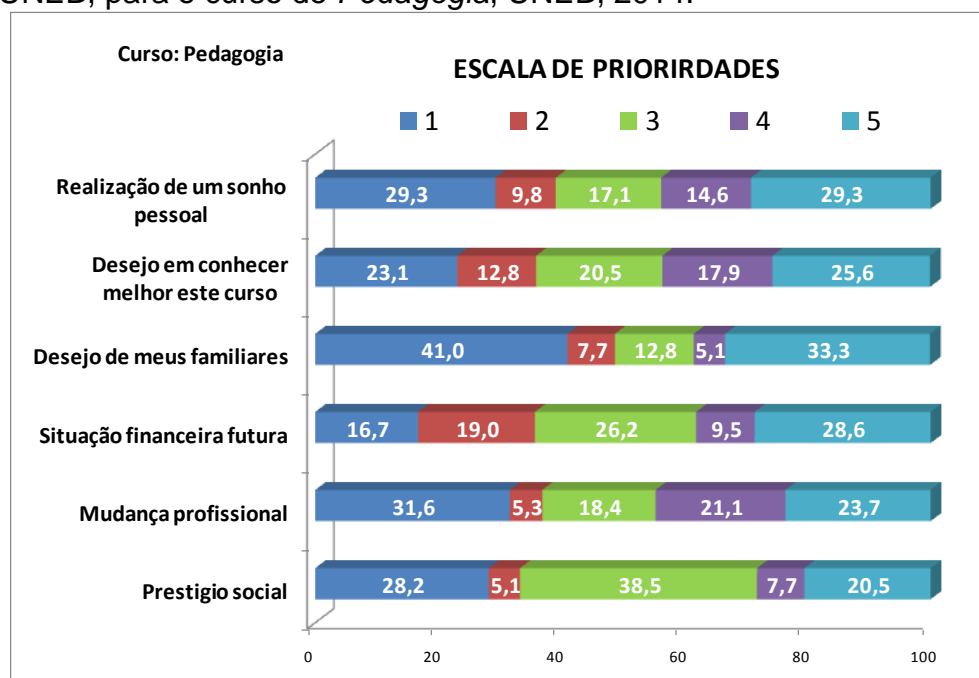
Gráfico 8a – Opinião dos estudantes sobre a prioridade na escolha do curso da UNEB, para o curso de *Espanhol*, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: 1 – Indica a máxima prioridade e 5 indica a mínima prioridade da escolha. Resposta de múltipla escolha.

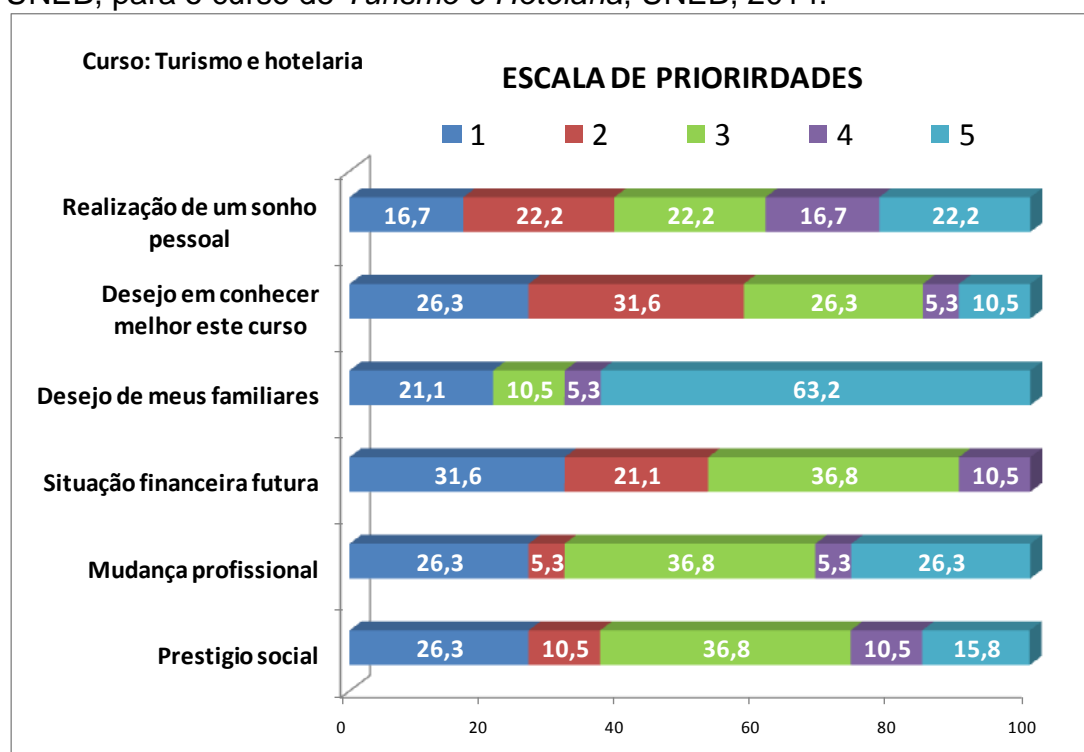
Gráfico 8b – Opinião dos estudantes sobre a prioridade na escolha do curso da UNEB, para o curso de *Pedagogia*, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: 1 – Indica a máxima prioridade e 5 indica a mínima prioridade da escolha. Resposta de múltipla escolha

Gráfico 8c – Opinião dos estudantes sobre a prioridade na escolha do curso da UNEB, para o curso de *Turismo e Hotelaria*, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: 1 – Indica a máxima prioridade e 5 indica a mínima prioridade da escolha. Resposta de múltipla escolha

Quando questionados sobre o que influenciaria mudar ou abandonar o curso, observou-se na Tabela 8 certa dispersão de opiniões, sendo levemente concentrada sobre o *viés financeiro* (17,9% do total). Diferente do restante estudado, 24,0% dos jovens estudantes do curso de *Turismo e Hotelaria* indicou este sendo um problema para a mudança ou abandono do curso. O segundo maior percentual indicou que a *conciliação das aulas com trabalho* (11,1%) também representaria a mudança ou abandono no curso, que corrobora sob a temática do trabalho ou a falta dele na interferência dos estudos na universidade. Esta sensibilidade se daria um pouco mais expressiva para os estudantes do curso de *Pedagogia*, que acabariam dando mais atenção ao trabalho do que aos estudos.

Interessante destacar ainda nesta Tabela 8 que 81,0% dos estudantes de *Pedagogia* acreditam que a universidade direciona para o mundo do trabalho. Diferente dos demais cursos, que dividiram opiniões sobre esta situação de futuro. Entretanto, em praticamente todos estes cursos acreditam que o curso escolhido lhe proporciona ascensão financeira (66,7% do total).

Tabela 8 – Opinião do estudante universitário sobre o abandono, mudança e expectativas do curso escolhido na UNEB, para os cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014

Opiniões sobre abandono no Curso da UNEB e expectativas do estudante universitário	Espanhol n = 14		Pedagogia n = 44		Turismo e Hotelaria n = 21		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
O que lhe Influenciaria a mudar ou abandonar o curso*								
<i>Viés financeiro</i>	3	14,3	12	16,9	6	24,0	21	17,9
<i>Dificuldade de relacionamento com colegas</i>	2	9,5	5	7,0	0		7	6,0
<i>Desempenho nas disciplinas</i>	1	4,8	7	9,9	4	16,0	12	10,3
<i>Curso muito saturado</i>	2	9,5	4	5,6	3	12,0	9	7,7
<i>Insatisfação com a universidade</i>	3	14,3	8	11,3	1	4,0	12	10,3
<i>Consiliação das aulas com trabalho</i>	1	4,8	11	15,5	1	4,0	13	11,1
<i>Problemas com a família</i>	2	9,5	5	7,0	0		7	6,0
<i>Falta de empenho dos professores</i>	0		11	15,5	1	4,0	12	10,3
<i>Outro</i>	7	33,3	8	11,3	9	36,0	24	20,5
A Universidade lhe direciona para o mundo do trabalho								
<i>Sim</i>	7	58,3	34	81,0	11	55,0	52	70,3
<i>Não</i>	5	41,7	8	19,0	9	45,0	22	29,7
Têm participação em algum projeto da UNEB								
<i>Sim</i>	7	53,8	4	9,1	2	10,0	13	16,9
<i>Não</i>	6	46,2	40	90,9	18	90,0	64	83,1
Pretente continuar sua vida acadêmica*								
<i>Em curso de extensão</i>	1	5,9	6	11,8	2	10,0	9	10,2
<i>Em curso de especialização</i>	4	23,5	19	37,3	8	40,0	31	35,2
<i>Em curso de mestrado</i>	9	52,9	22	43,1	5	25,0	36	40,9
<i>Em nenhuma das anteriores</i>	3	17,6	4	7,8	5	25,0	12	13,6
Este curso lhe possibilita ascensão financeira								
<i>Sim</i>	9	75,0	28	66,7	11	61,1	48	66,7
<i>Não</i>	3	25,0	14	33,3	7	38,9	24	33,3

Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Sete pessoas não responderam sobre a ascensão financeira; duas não responderam se participa de projetos e cinco também não responderam a pergunta sobre o mundo do trabalho.

* Resposta de múltipla escolha, podendo haver repetições entre as categorias.

Realizando um melhor detalhamento sobre a opinião do estudante sobre o mundo do trabalho e Universidade, foi especificada a pergunta *se a Universidade direciona para o Mundo do Trabalho*. Desta forma, o Gráfico 9a compila os diversos argumentos registrados pelos estudantes sobre o que justifica sobre a opinião *positiva* a esta pergunta. Assim, 35,6% dos argumentos discutem que a universidade direciona para mundo do trabalho por conta da *importância de ter um nível superior*, adicionalmente, 16,9% disse sobre a *importância do conhecimento universitário* e 11,9% argumentaram sobre o *prestígio e qualidade da universidade*.

Por outro, lado o Gráfico 9b detalhou as justificativas das opiniões *negativas* sobre a pergunta ora destacada. Desta forma, os argumentos desta negativa foi que 31,8% disseram que *a conhecimento universitário não direciona o suficiente para o*

mundo do trabalho e outros 22,7% argumentaram que *poucos recebem informações privilegiadas, ou seja, divulgação insuficiente*.

Destacam-se os argumentos compilados sobre o direcionamento ao mundo do trabalho (Gráfico 9a) que repercutem na ordem de importância do conhecimento e de ter Nível superior, fala-se sobre o prestígio da universidade, ou ainda por oportunidades de estágio, mas também se registra negativamente que o curso NÃO direciona para o mundo do trabalho (Tabela 8), pelo modelo de aprendizagem, da divulgação ineficiente, de que o estudante tem que buscar este direcionamento.

Assim, confrontando-se os argumentos aludidos no Gráfico 9a (A Universidade direciona SIM para o Mundo do Trabalho) e no Gráfico 9b (A Universidade direciona NÃO para o Mundo do Trabalho) observa-se que o estudante sabe da importância de ter o conhecimento ampliado no nível superior, seu prestígio social e profissional e também, compõe-se a crítica sobre a divulgação ou direcionamento do curso para o que eles irão enfrentar no mundo do trabalho.

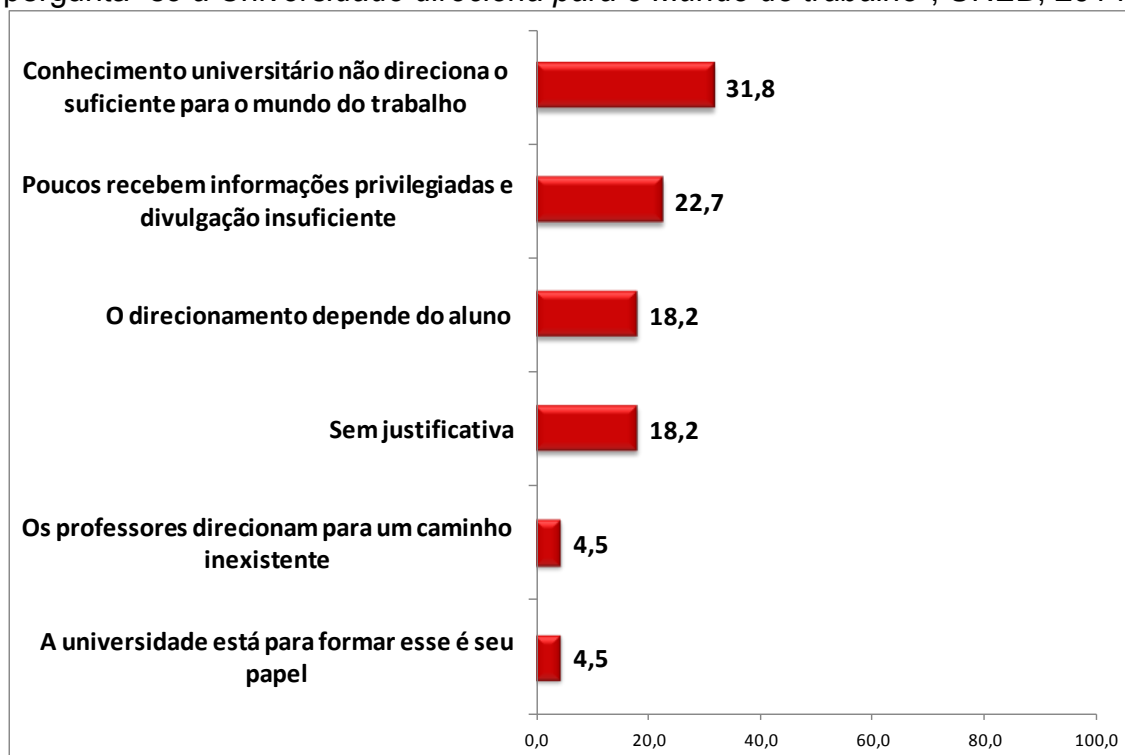
Gráfico 9a – Justificativa do estudante universitário que respondeu **positivamente** a pergunta “se a *Universidade direciona para o Mundo do trabalho*”, UNEB, 2014



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Estas categorias foram agrupadas diante das respostas abertas dos participantes. Considerando que o estudante utiliza-se de vários argumentos, esta variável foi codificada conforme o argumento, sendo agrupados os argumentos destes estudantes em cada categoria.

Gráfico 9b – Justificativa do estudante universitário que respondeu **negativamente** a pergunta “se a *Universidade direciona para o Mundo do trabalho*”, UNEB, 2014



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Estas categorias foram agrupadas diante das respostas abertas dos participantes. Considerando que o estudante utiliza-se de vários argumentos, esta variável foi codificada conforme o argumento, sendo agrupados os argumentos destes estudantes em cada categoria.

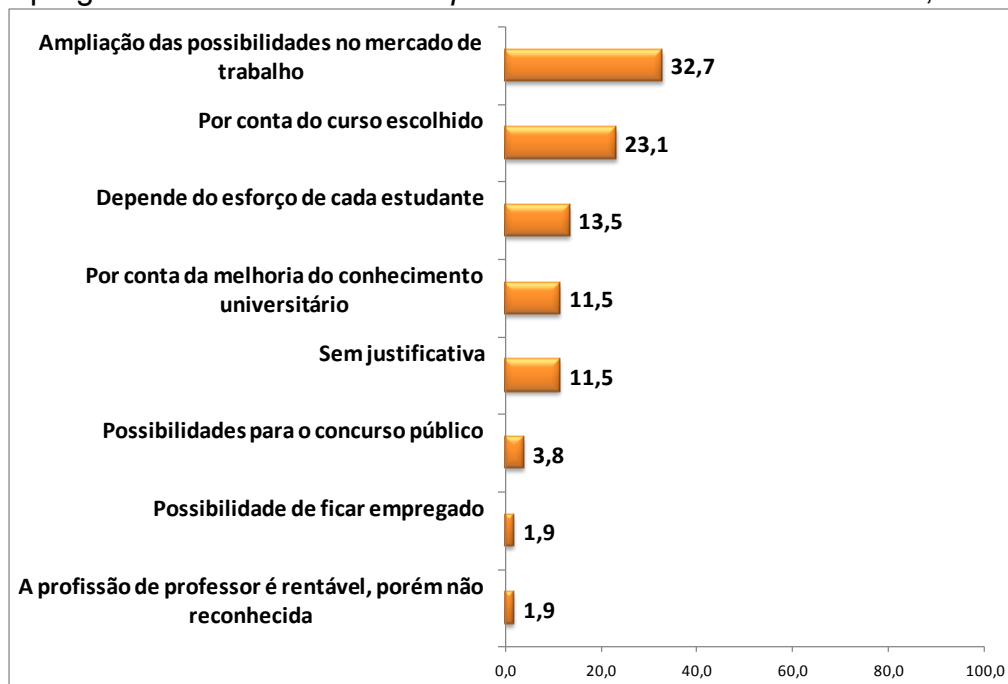
Outra questão aborda sobre a perspectiva do estudante na ascensão financeira diante do curso escolhido. Desta forma, novamente trazendo as codificações sobre as respostas abertas, o Gráfico 10a registra tais argumentos justificados de modo **positivo** sobre este questionamento. Neste sentido, destaca-se que 32,7% dos estudantes que disseram que Sim, o curso escolhido lhe proporciona ascensão financeira por *ampliar as possibilidades no mercado de trabalho*, outros 23,1% argumentaram assim por *conta do curso escolhido*, já 13,5% disseram que *depende do esforço de cada estudante*.

Por outro lado, dos estudantes que responderam que o curso NÃO lhe possibilita ascensão financeira (Gráfico 10b), 66,7% disseram que *é um curso sem prestígio financeiro* e outros 16,7% não souberam justificar.

Novamente nesta perspectiva, a ascensão financeira (Gráfico 10a e Gráfico 10b), assim como o direcionamento para o mundo do trabalho (Gráfico 9a e Gráfico 9b) descrevem-se argumentos semelhantes uma vez que condiz com a ampliação de possibilidades, por conta do curso pelo qual escolheu e do esforço de cada

estudante. Porém, no sentido negativo sobre o curso, a ascensão financeira é vista apenas como curso sem propensão a rentabilidade, bem como sem prestígio financeiro (66,7%, Gráfico 10b).

Gráfico 10a – Justificativa do estudante universitário que respondeu **positivamente** a pergunta “se o seu Curso lhe possibilitará ascensão financeira”, UNEB, 2014



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

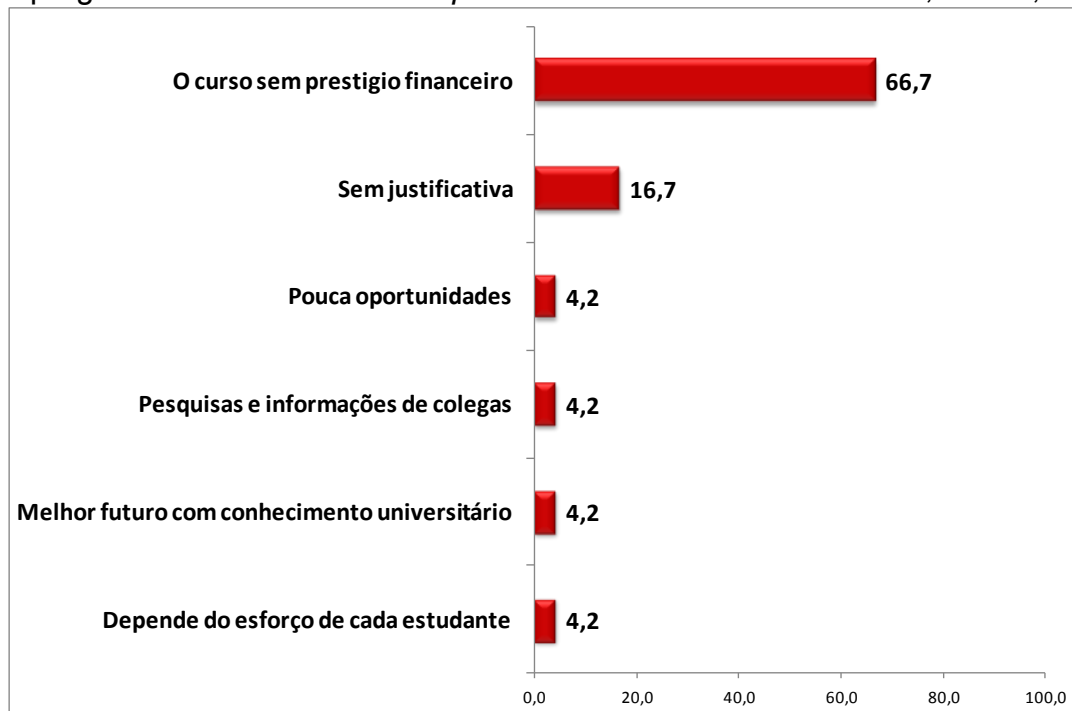
Nota: Estas categorias foram agrupadas diante das respostas abertas dos participantes. Considerando que o estudante utiliza-se de vários argumentos, esta variável foi codificada conforme o argumento, sendo agrupados os argumentos destes estudantes em cada categoria.

Nesse sentido, fazendo-se a síntese dos grandes temas abordados nos Gráficos 9a, Gráficos 9b, Gráfico 10a e Gráfico 10b, que captam a opinião do estudante sobre o seu direcionamento para o mundo do trabalho, das possibilidades de ascensão financeira, ambas associadas ao curso escolhido.

Com tais elementos postos, é possível inferir que a percepção do estudante tem quando escolher fazer o curso, uma vez que tenta garantir a ampliação de possibilidades no mundo do trabalho, que possivelmente já estão inseridos, mas não satisfeitos e, recorrem, de preferência, a uma universidade de alto prestígio social, na tentativa de abrir novas oportunidades de um trabalho, mesmo que este futuro trabalho não lhe propicie uma ascensão financeira imediata.

Ainda convergindo sobre estas opiniões, infere-se que, estes estudantes, possivelmente, optam por curso de baixa concorrência, na perspectiva de aumentar a chance de cursarem a universidade, mas não de curso escolhido.

Gráfico 10b – Justificativa do estudante universitário que respondeu **negativamente** a pergunta “se o seu Curso lhe possibilitará ascensão financeira”, UNEB, 2014



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Estas categorias foram agrupadas diante das respostas abertas dos participantes. Considerando que o estudante utiliza-se de vários argumentos, esta variável foi codificada conforme o argumento, sendo agrupados os argumentos destes estudantes em cada categoria.

Ainda na perspectiva na interação com a UNEB, foi questionado ao estudante sobre a sua maior média e sua menor média no semestre passado, neste foi composta a pergunta do motivo pelo qual se justifica esta nota. Desta forma, o Gráfico 11a conseguiu compor os principais argumentos destes estudantes sobre a sua **Maior Média** no semestre passado. Neste sentido, 26,9% disseram ter havido *Afinidade com o conteúdo*, outros 18,3% ter sido por conta da *Dedicação pessoal*, e ainda 17,3% registraram a *didática do professor*.

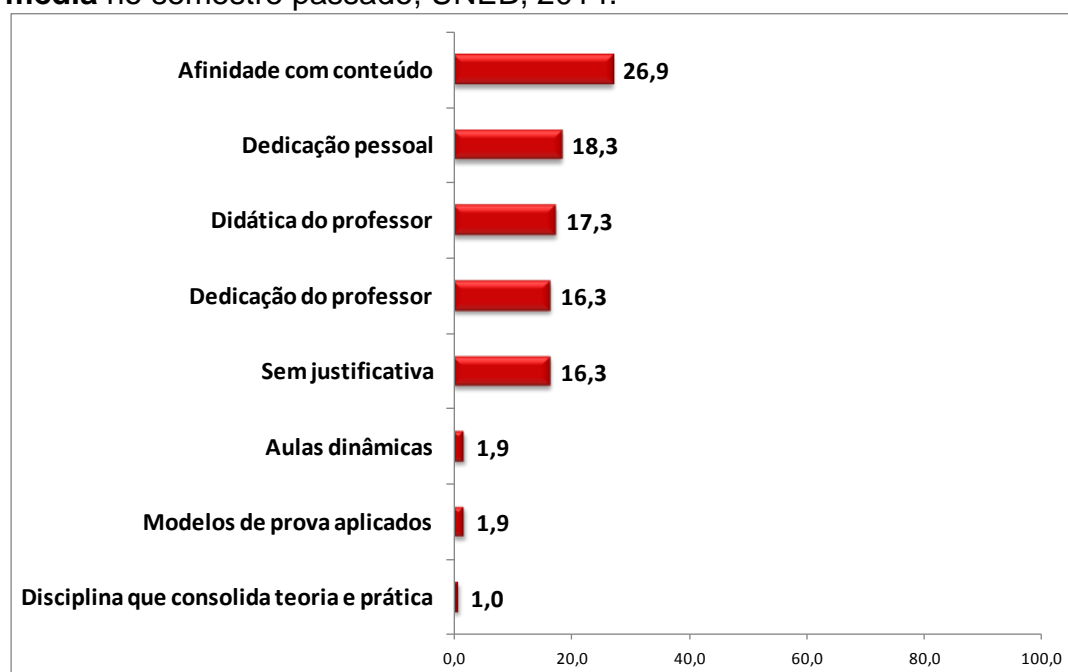
No outro sentido, ou seja, do motivo pelo qual se justifica a **Menor Média** no semestre passado, o Gráfico 11b denota um maior número de argumentos, sendo que 20,5% disseram ter sido por *falta de tempo e dedicação pessoal*, 19,3% *problemas com professor*. Cabe destacar que, neste último argumento de *Problemas com professor*, estes registraram indicativos de professores sem didática, professores faltosos ou ainda professores muito exigentes.

Sob a luz destes dois grupos de justificativas (Maior Média – Gráfico 11a e Menor Média – Gráfico 11b), evidencia-se que, quando os estudantes tiram notas

razoáveis atribuem o mérito a afinidade de conteúdos e dedicação pessoal (26,9% e 18,3%, respectivamente), enquanto que para a menor Média, diversos argumentos são expressos, como *a falta de tempo, dedicação pessoal, problemas com professor, dedicação da turma, currículo extenso, Modelos de aplicação de provas, Difícil relação professor-estudante* e outros argumentos.

Interessante mencionar os argumentos sobre dificuldades da vida acadêmica pregressa (10,8%, Gráfico 11b) e também dificuldade em assimilar o conteúdo (8,4%). Estes argumentos talvez expressem a dificuldade em adaptação do estudante ao curso, ou seja, assim como os demais, estes podem ser direcionados ao campo da vida acadêmica pregressa. Uma vez que tais estudantes tenham ultrapassado o ensino médio com dificuldades recorrentes, estes problemas tornam-se um reflexo ampliado para o Nível Superior. Ou ainda, problemas com o modelo de currículo proposto no processo de ensino e aprendizagem do estudante.

Gráfico 11a – Atribuição do estudante universitário para a sua disciplina de **maior média** no semestre passado, UNEB, 2014.



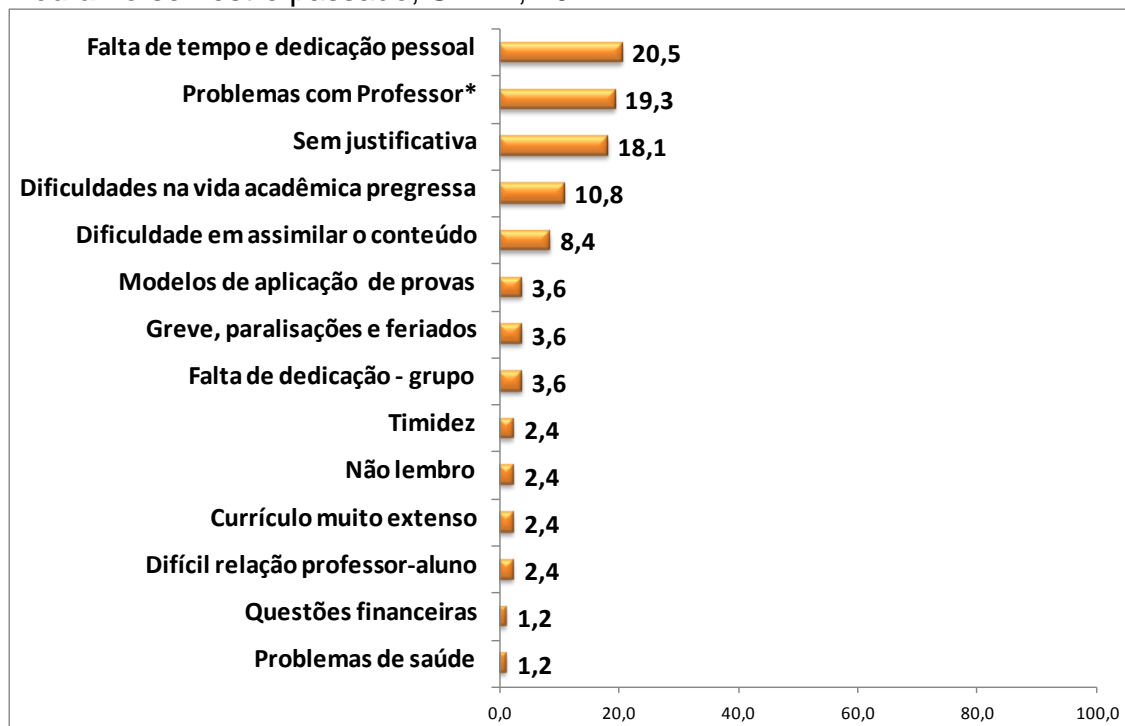
Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Estas categorias foram agrupadas diante das respostas abertas dos participantes. Considerando que o estudante utiliza-se de vários argumentos, esta variável foi codificada conforme o argumento, sendo agrupados os argumentos destes estudantes em cada categoria.

Cabe destacar também, as vastas categorias criadas ao recorrer a justificativa das menores notas. O que variam de características intimamente ligadas ao próprio

estudante, ao professor e ainda questões ligadas ao pedagógico. Sendo os dois primeiros praticamente equivalentes.

Gráfico 11b – Atribuição do estudante universitário para a sua disciplina de **menor média** no semestre passado, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Estas categorias foram agrupadas diante das respostas abertas dos participantes. Considerando que o estudante utiliza-se de vários argumentos, esta variável foi codificada conforme o argumento, sendo agrupados os argumentos destes estudantes em cada categoria.

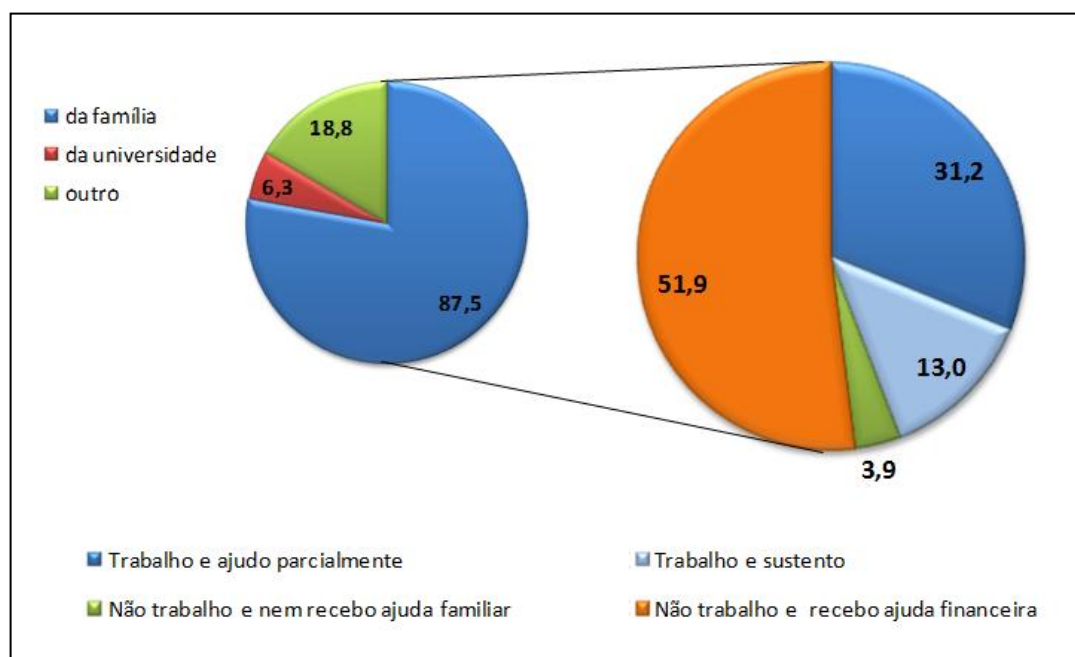
* Quando respondido problemas com professor, os estudantes indicam professores sem didática, professor faltoso, ou ainda professor exigente.

5.4.4 A renda e as despesas na Universidade

Quando registrada os meios de renda do estudante, bem como a síntese de suas despesas na universidade observa-se o mecanismo de busca pela permanência Sustentável na Universidade. Desta forma, estes estudantes foram levados a responder sobre sua participação na renda familiar, evitando-se, porém questões aprofundadas que o levassem a divergir da realidade da resposta. Neste sentido, com os resultados sobre a participação na renda familiar do estudante expressos o Gráfico 12 foi possível permitiu detectar que pouco mais da metade não trabalham, porém recebe ajuda financeira (51,9%). E apenas 31,2% combinam o trabalho com estudo e ainda ajuda parcialmente na renda familiar.

Imergindo sob os estudantes que não trabalham, mas recebem ajuda financeira, percebeu-se que 87,5% recebem ajuda da família, porém outros 18,8% recebem outro tipo de ajuda financeira, possivelmente de empréstimos, amigos e outros meios de participação na renda familiar.

Gráfico 12 – Distribuição de participação na renda familiar dos estudantes universitários indicados para análise, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Por outro lado, considerando os custos destes estudantes, observa-se na Tabela 9 que 66,2% destes estudantes gastam menos de R\$ 10,00 com alimentação na faculdade, sendo menor representado no curso de Espanhol, com apenas 64,3%. Relacionando ainda, o uso de livros e gasto com cópias (Tabela 9) registra-se que 46,8% dos estudantes raramente utilizam os livros da biblioteca, sendo este percentual mais expressivo para o curso de Espanhol (71,4% raramente utilizam os livros da biblioteca) e menos destacado para o Curso de Pedagogia (34,1% raramente utilizam, mas também 34,1% utilizam sempre). Por outro lado, o Curso de Espanhol é quem gasta razoavelmente com cópias (85,7% gastam entre até R\$ 50,00 por mês em cópias, percentuais acumulativos), seguido do curso de Pedagogia em que 90,9% gastam até R\$ 50,00 com cópias e por último, o Curso de Turismo e Hotelaria, em que 94,7% gastam até R\$ 30,00 com cópias.

Tabela 9 - Distribuição dos custos dos estudantes e utilização de livros da biblioteca na Universidade, para os cursos, turnos e semestre indicados para análise, UNEB, 2014.

Utilização dos livros e Despesas na Universidade	Espanhol n = 14		Pedagogia n = 44		Turismo e Hotelaria n = 21		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Gasto com alimentação na Universidade								
<i>Menos de R\$ 10,00</i>	9	64,3	29	65,9	13	68,4	51	66,2
<i>Entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00</i>	4	28,6	9	20,5	6	31,6	19	24,7
<i>Entre R\$ 16,00 e R\$ 20,00</i>	1	7,1	5	11,4			6	7,8
<i>Entre R\$ 21,00 e R\$ 30,00</i>			1	2,3			1	1,3
<i>Acima de R\$ 30,00</i>								
Utilização de livros da biblioteca								
<i>Nunca utilizei</i>	1	7,1	6	13,6			7	9,1
<i>Raramente</i>	10	71,4	15	34,1	11	57,9	36	46,8
<i>Próximo das avaliações</i>			8	18,2	6	31,6	14	18,2
<i>Sempre utilizo</i>	3	21,4	15	34,1	2	10,5	20	26,0
Gasto mensal com cópias								
<i>Raramente gasto</i>			2	4,5	2	10,5	4	5,2
<i>Até R\$ 20,00</i>	2	14,3	13	29,5	10	52,6	25	32,5
<i>Entre R\$ 21,00 e R\$ 30,00</i>	8	57,1	10	22,7	6	31,6	24	31,2
<i>Entre R\$ 31,00 e R\$ 50,00</i>	2	14,3	15	34,1	1	5,3	18	23,4
<i>Entre R\$ 51,00 e R\$ 100,00</i>	2	14,3	1	2,3			3	3,9
<i>Acima de R\$ 100,00</i>			3	6,8			3	3,9

Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nota: Duas pessoas do curso de Turismo e Hotelaria não responderam a estas variáveis.

5.4.5 Interação Família e Universidade

Neste segmento conceitual, foram questionados sobre o apoio da família diante do curso escolhido. Esta questão foi especificada para o estudante identificar o(s) membro(s) da família que menos lhe apóia e que mais lhe apóia(m).

Desta forma, a Tabela 10, compõe a síntese destas informações, em que registra-se que 64,9% dos estudantes tem apoio da família, sendo este percentual menos expressivo para o curso de Turismo e Hotelaria (55,0%). De maneira geral, destaca-se que a mãe é o membro que mais apóia para o curso de Turismo e Hotelaria (52,6%) e também diante dos cursos analisados (29,7%). Sendo que para os menores apoios são registrados para membros mais distantes da família como Tios ou tias (20,8%) ou ainda outros membros (33,3%) como primos, sogras e até o próprio estudante.

Tabela 10 – Opinião do estudante universitário sobre o apoio dos familiares na escolha do curso na UNEB, 2014

Apoio dos familiares para desenvolvimento do curso escolhido	Espanhol n = 14		Pedagogia n = 44		Turismo e Hotelaria		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Famíliares apoia ao curso escolhido								
<i>Sim</i>	8	61,5	31	70,5	11	55,0	50	64,9
<i>Não</i>			3	6,8	1	5,0	4	5,2
<i>Indiferente</i>	5	38,5	10	22,7	8	40,0	23	29,9
Familiar que mais apoia na escolha*								
<i>Pai</i>	2	13,3	14	16,7	2	10,5	18	15,3
<i>Mãe</i>	3	20,0	22	26,2	10	52,6	35	29,7
<i>Avó ou avô</i>	2	13,3	7	8,3	3	15,8	12	10,2
<i>Esposa(o)</i>	2	13,3	10	11,9			12	10,2
<i>Filhos</i>	2	13,3	8	9,5			10	8,5
<i>Irmão ou irmã</i>	2	13,3	13	15,5	2	10,5	17	14,4
<i>Tio ou tia</i>	1	6,7	6	7,1	1	5,3	8	6,8
<i>Outro</i>	1	6,7	4	4,8	1	5,3	6	5,1
Familiar que menos apoia na escolha*								
<i>Pai</i>	1	12,5	1	7,1			2	8,3
<i>Mãe</i>	1	12,5	2	14,3	1	50,0	4	16,7
<i>Avó ou avô</i>			1	7,1	1	50,0	2	8,3
<i>Esposa(o)</i>			1	7,1			1	4,2
<i>Filhos</i>								
<i>Irmão ou irmã</i>			2	14,3			2	8,3
<i>Tio ou tia</i>	2	25,0	3	21,4			5	20,8
<i>Outro</i>	4	50,0	4	28,6			8	33,3

Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

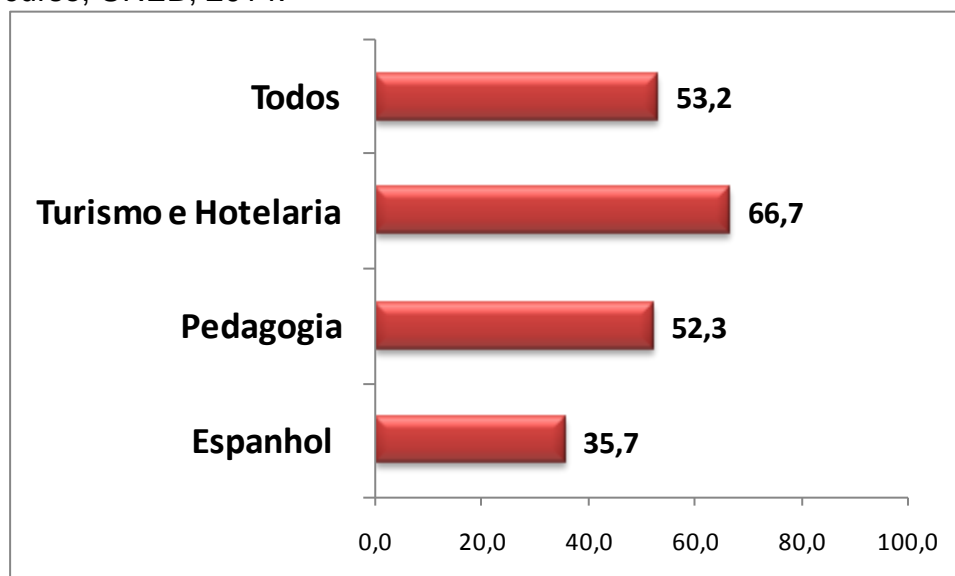
* Resposta de múltipla escolha, podendo haver repetições entre as categorias.

5.4.6 A continuidade no curso

Sob a perspectiva do direcionamento e mudanças do estudante universitário, foram compostas questões no sentido de opinião pessoal e também que permitisse compreender o tipo de estudante perante uma situação problema (o que o estudante faz diante de uma atividade em grupo).

Desta forma, o Gráfico 13 consolida a informação que 53,2% dos estudantes analisados já pensaram em se transferir de curso, sendo que o curso de Turismo e Hotelaria estaria mais prevalente (66,7%), possivelmente por conta de ser um público de estudantes ainda jovens, esta prerrogativa pode ser expressa para o baixo interesse por transferir para o curso de Espanhol (35,7%) já que são estudantes com faixa etária mais avançada e que desejam o curso por ser um sonho pessoal.

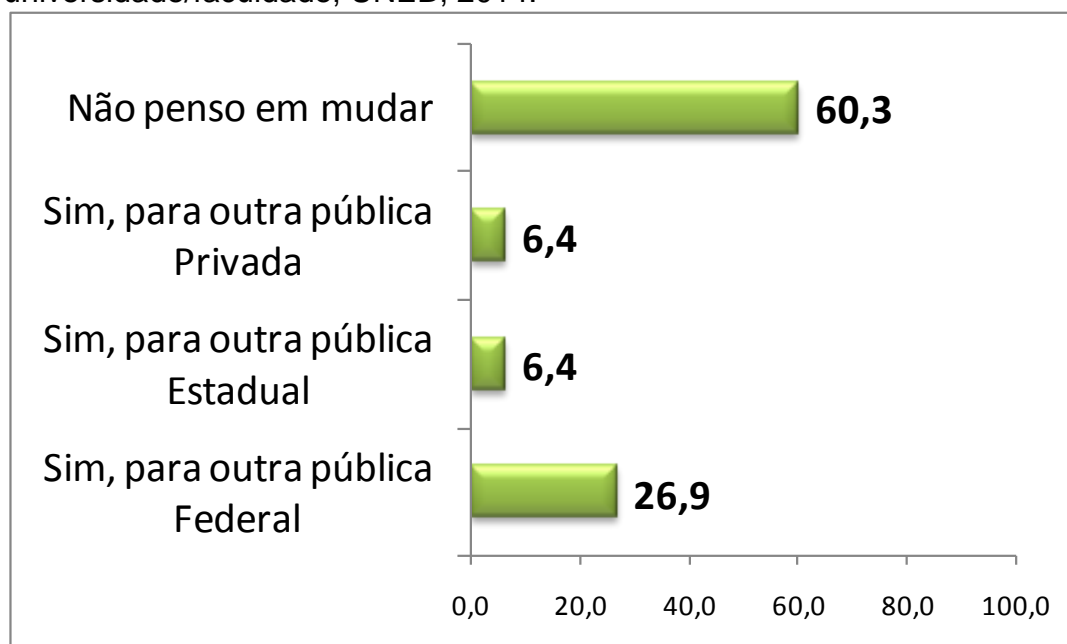
Gráfico 13 – Opinião do estudante universitário se já pensou em se transferir de curso, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Por outro lado, o Gráfico 14 registra diferente na opinião sobre a mudança, ou seja, 60,3% *não* pensam em mudar para outra universidade, possivelmente esta diferença sejam estudantes que, por considerarem a Transferência Interna como uma possibilidade, já que a UNEB é uma universidade de prestígio. Contudo, havendo-se a mudança, esta seria para outra Universidade Pública Federal (26,9%).

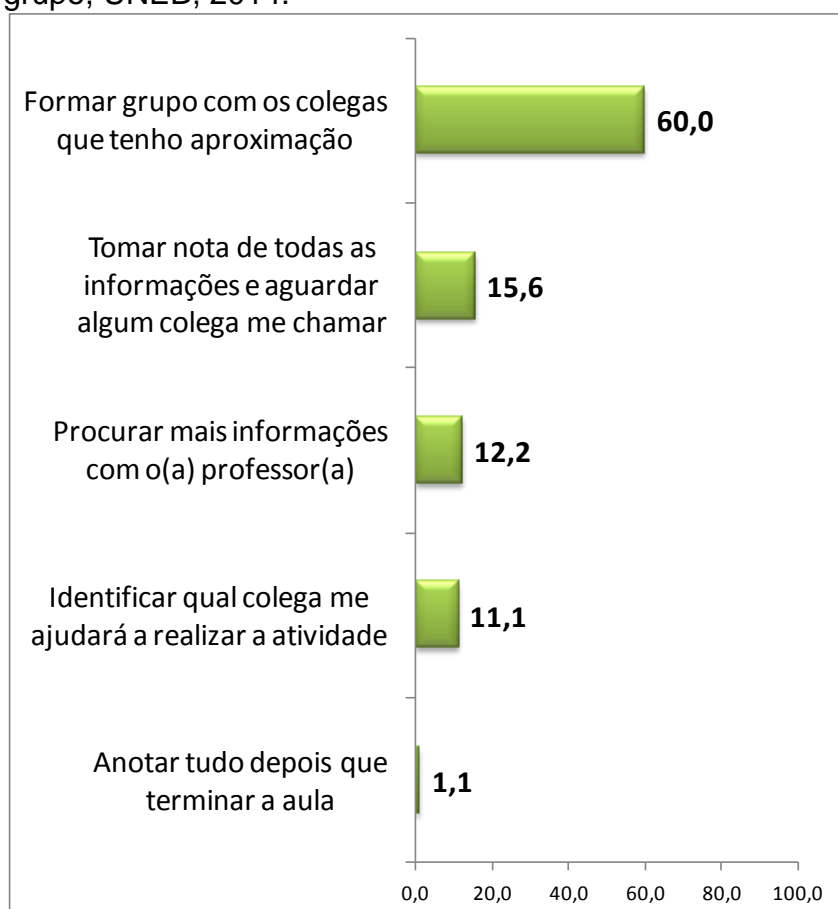
Gráfico 14 – Opinião do estudante universitário se já pensou em mudar para outra universidade/faculdade, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Sob a ótica de identificar o que se pode chamar de Tipo de Estudante, foi formulada uma questão estilo Situação-problema em que se observa qual a ação deste estudante diante deste cenário. Assim, o Gráfico 15 expressa que as atitudes do estudante é *formar grupo com colegas que tem aproximação* (60,0%), destacando-se a ação natural de todo ser humano, juntar-se com semelhantes idéias e propensões futuras. Porém, cabe destacar que 12,2% (11,1% e 1,1%) marcaram como opinião uma atitude pouco desejada para o âmbito universitário.

Gráfico 15 – Primeira atitude do estudante universitário diante de atividades em grupo, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Nessa prerrogativa de interação social, o Gráfico 16 consolida as informações sobre as pessoas com quem o estudante mais interage, desta forma, 40,7% interagem com colegas do mesmo sexo, e outros 27,4% interagem com colegas do sexo oposto. Porém, cabe registrar a baixa interação do estudante com o professor da disciplina (9,7%) e ainda com colegas de outras turmas (8,8%).

Gráfico 16 – Pessoas que estudante universitário mais interage no ambiente de ensino, UNEB, 2014.



Fonte: Dados coletados da pesquisa de campo, novembro-2014

Por fim, dentro deste cenário dos três cursos escolhidos para análise de informações mais específicas, percebe-se que foram cursos com populações uniformes por serem estudantes provenientes de escolas públicas e maior parte estudaram durante o dia, e também se diz populações mistas ou heterogêneas, ou seja, estudantes com idades mais avançadas, mas também estudantes jovens.

O curso de Espanhol representou o menor quantitativo de estudantes, diferente dos estudantes do curso de Pedagogia, seguido do curso de Turismo e Hotelaria.

Com relação ao rendimento e despesas, observou-se a prevalência de estudantes que não trabalham e recebem ajuda financeira da família.

Além disso, destaca-se que os estudantes não têm utilizado muito a biblioteca como fonte de consulta, e preferem ter despesa com cópias como meio de manter seus conteúdos.

De modo expressivo, destacou-se como prioridade por ter escolhido o curso o *desejo dos familiares, contudo*, este índice mudou conforme o curso escolhido. Para o curso de Espanhol, este desejo foi muito bem expresso, seguido pelo sonho pessoal. Enquanto que para o Curso de Turismo e hotelaria, os estudantes relataram que o *desejo dos familiares* não é a prioridade e sim a *Situação financeira futura*, bem como a *mudança profissional*.

Ainda, destes estudantes do curso de Espanhol (idade avançada) observou-se o desejo pelo curso por conta de um sonho pessoal e que, não desejam mudar de curso. Porém, para os estudantes mais jovens esta mudança tenha sido expressa, possivelmente por conta da faixa etária, muitas incertezas estão presentes.

Sob a ótica do mundo do trabalho e ascensão financeira, associadas ao curso escolhido, observou-se que, dentre os diversos argumentos registrado de modo positivo e negativo à temática, o estudante tem a intenção de fazer faculdade para garantir a ampliação de possibilidades diante do concorrido mundo do trabalho, mesmo que este não lhe propicie garantias financeiras de forma imediata.

Com relação ao direcionamento e mudanças, pode-se destacar o alto índice da intenção de transferir do curso. Sendo que, em alguns casos, estes não desejem mudar de universidade, o que propõe a reflexão sobre o prestígio da universidade, em virtude de ampliação das divulgações das Transferências Internas da Universidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a conjuntura do processo de permanência do estudante, relacionado ao risco da evasão estudantil e o cenário das políticas adotadas pela UNEB, pôde-se incorporar no presente trabalho, o olhar da situação deste grupo de estudantes na Universidade com vistas a sua continuidade na vida acadêmica.

Esta compreensão foi oportuna e possível, a partir da experiência anterior, trazida do ambiente universitário do lugar de estudante, de professor e de analista universitário. Esta compreensão dos diversos *lócus*, ambientes e sensações, permitiram estabelecer a conexão entre os estudantes em risco de evadir, as políticas de permanência adotadas pela UNEB, bem como a significância do professor em sala de aula.

Alinhado a isto, o conhecimento sobre os direitos assistidos ao estudante universitário, permitiram compreender as garantias pelas quais a Universidade, o estudante e o professor, podem juntos corroborar para a consolidação das políticas de permanência sustentável na Universidade.

Neste sentido, é fundamental trazer os DH, como garantia assistida a todos, sendo tratados de forma igualitária, não discriminatória e sem distinção, mesmo quando se aceita distinções sociais perante grupos socialmente desassistidos (BRASIL, 1789; ONU, 1948). Para o pleno desenvolvimento do ser humano livre e com garantias pela dignidade humana, o Direito, tratado como aquilo que é justo, tem a finalidade de estabelecer as normas de controle da sociedade, em prevenção às próprias discriminações diretas ou indiretas atribuídas pela sociedade em cada tempo de acontecimentos.

Sob esta perspectiva, a própria Constituição de 1988 já resgata as atribuições da Universidade quando indica a necessidade do pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação do estudante para o mundo do trabalho (BRASIL, 1988).

Nesse panorama, ora delineado, percebe-se então, que o grande desafio de uma Universidade de qualidade recai sobre a necessidade de compreender todos os distintos e entrelaçáveis grupos de estudantes, desde o seu ingresso, o percurso da vida acadêmica e perspectivas do egresso. É importante assim, que a Gestão da

Universidade tenha a compreensão no coletivo em suas partes e, saber lidar com cada um de modo igual em sua individualidade.

Ao perceber este *lócus*, pode-se expressar que a conjuntura da UNEB, intensamente ligada às ações de garantias de acesso a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, já vêm resguardando seus direitos naturais e essenciais. Também se observa a propensão dessa instituição para as políticas de permanência universitária destes estudantes e também estudantes com baixo poder aquisitivo, permitindo o acesso a Bolsas Auxílios, residência universitária e outros.

Entretanto, sob o foco da permanência estudantil, estes instrumentos assistenciais, mesmo de grande importância para os estudantes envolvidos, têm caráter transitório e não elenca plenamente o modo da permanência sustentável do estudante na Universidade, nem tão pouco, abrange o quantitativo necessário da Universidade Pública. Desta forma, certos grupos de estudantes poderiam passar por esta discriminação silenciosa e esquecida pelas políticas de permanência da Universidade, visto o grupo pelo qual estaria envolvido (RAYO, 2004).

Em específico aos estudantes que decidem por permanecer nos cursos com elevados índices de evasão, também passam por estas discriminações e, não estão plenamente assegurados pelas atuais políticas de permanência estudantil. Este grupo socialmente vulnerável tem a necessidade de manter convívio social, mesmo com seus valores fragilizados (RAYO, 2004).

Desse modo, para o pleno desenvolvimento das políticas públicas de permanência sustentável na Universidade propõe-se para a Gestão Universitária da UNEB, direcionar ações para estes cursos, conforme os indicadores gerenciais como as taxas de evasão universitária, taxas de abandono, tempo de permanência e outros, sendo que tais indicadores tenham a capacidade de estabelecer um painel de monitoramento da vida acadêmica do estudante, além da avaliação dos projetos de criação dos cursos, monitorando o pleno desenvolvimento pedagógico, estrutural e da vida acadêmica do estudante.

Nesse aspecto, sugere-se fazer a revisão das ofertas com vistas à suspensão de oferta de cursos na UNEB, direcionando-se, caso seja, para cursos afins os estudantes que ainda ficariam ativos. O que requer da Gestão Universitária elaborar diagnósticos sobre a decisão técnica da suspensão, redimensionamento, ou extinção de determinados cursos.

Por outro lado, segundo as informações do INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica, observa-se a queda das matrículas dos estudantes de ensino médio, o que necessita que a UNEB elabore políticas públicas conjuntamente com o a Secretaria de Educação do Estado que visem garantir a continuidade das ofertas de seus cursos, mediante os percalços encontrados pelos estudantes para atingir o objetivo de estudar, tais como, inserção da família no ambiente universitário, qualidade da vida estudantil, estrutura da universidade, a revisão do método pedagógico de ensino e os meios de promoção da interação social (TINTO, 1975).

Acrescenta-se a estes a percepção simbólica do estudante (COULON, 2008), trazendo várias rupturas pelo qual estaria passando, como as condições de existência, a situação da vida afetiva, bem como a ruptura psicopedagógica.

Ademais, a persistência do estudante é essencial para sua plena continuidade da vida acadêmica. Independente da forma de ingresso na Universidade, a Gestão da UNEB, deve incorporar na reestrutura da assistência estudantil tais políticas de permanência sustentável, que insira estes grupos de estudantes (PORTES, 2006).

Desta forma, como meio de financiamento aplicado a estas Políticas Públicas de permanência sustentável observa-se, inicialmente, o uso do PNAEST, bem como a ampliação do quantitativo de Bolsas Auxílio disponibilizados pela Universidade (UNEB, 2015). Para o primeiro, indica-se conhecer o perfil destes estudantes a partir de sua vida acadêmica, pois, deste modo, será possível conhecer as reais necessidades para uso deste recurso; para o segundo, isto é, concessão das Bolsas Auxílio, sugere-se a discussão técnica sobre a quantidade de estudantes atendidos e comprovadamente carentes, porém não atendidos por falta de recursos. Dentro desta prerrogativa, é preciso identificar o perfil e origem destes estudantes por meios dos microdados disponibilizados pelo MEC/INEP.

Sob estes aspectos, o presente trabalho contribui significativamente para a Gestão Universitária da UNEB, uma vez que observa a real concepção do público a ser acolhido nestas políticas públicas de permanência universitária, visto que, mesmo sob a perspectiva de acesso e permanência, a UNEB vem convergindo sua atenção para os estudantes que evadiram. Configurando-se uma tentativa, muitas vezes frustrada de conhecê-los, e talvez, fazer com que retornem ao lócus anteriormente ocupado, sem, no entanto, atentar para o que realmente importa: seus estudantes que “ainda” permanecem.

Além disso, considerando a relevância teórica e prática exposta pelo presente trabalho e, corroborando com as discussões lançadas pela UNEB quando institui no Plano de Ações Prioritárias e também, as atuais expectativas do Governo do Estado da Bahia quando expressa a preocupação em formular e implementar uma *Política Estadual de Permanência Estudantil*, arremata-se os resultados alcançados neste trabalho sobre os principais passos para a construção de uma política pública (estadual) de permanência sustentável do estudante universitário como exposto nesta construção (UNEB, 2014b; ANEXO C).

Assim, com os resultados revelam-se três grandes segmentos de estudantes persistentes, *o primeiro*, os jovens estudantes universitários que trilham caminhos ainda desconhecidos e incertos; *o segundo*, os mais amadurecidos, com meta definida e sonho de uma formação de nível superior; e *o terceiro* grupo, estudantes que visam o futuro profissional. Destaca-se que para cada um destes cabe um olhar aprofundado sob as políticas públicas sustentáveis de permanência universitária. Situa-se claramente a partir dos resultados desta pesquisa que o ápice da evasão estaria contida para o primeiro segmento de estudantes, isto é, estudantes jovens que ainda não sabem ao certo o que desejam para seu futuro profissional.

Destaca-se também que é preciso conhecer e indicar oportunidades para tais estudantes, ofertando o aperfeiçoamento extracurricular e as estratégias indicadas acima que os direcionem para o seu desenvolvimento intelectual e qualificação para o mundo do trabalho. Esta ação, já seria reflexo dos resultados, pois, de acordo com o posicionamento dos estudantes, o curso da UNEB não os direciona para o mundo do trabalho.

Cabe exemplificar como garantias de permanência sustentável na UNEB, a atenção voltada para os estudantes com idade avançada (segundo grupo) que garantiria o acesso direto aos cursos de curta duração a fim de alinhar seus conhecimentos, principalmente para os estudantes com defasagem idade-série. Para os jovens estudantes seria prudente estabelecer o direcionamento e acompanhamento para o mundo do trabalho. Estas e outras propostas de intervenção podem ser vistas com mais detalhes no APÊNDICE B.

Desse modo, não se esgotam as possibilidades de reequilíbrio das desigualdades sociais impressas para estudantes, como a inclusão de estudantes carentes que façam parte de planos e programas já efetivados pelo governo, como os estudantes provenientes do Programa Bolsa Família – PBF que expressamente

indicam ser oriundos de famílias pobres e demais programas que assegurem as atuais diretrizes apresentadas atualmente pelo PNE que registra a “*promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental*” (BRASIL, 2014, Art. 2º inciso X; ANEXO C).

A permanência estudantil já havia sido abordada como perspectiva do anterior PNE (2001), quando apresentou como objetivo e prioridade de redução das desigualdades sociais e regionais, particularmente, na garantia de acesso e permanência a educação pública (BRASIL, 2001). A UNEB, enquanto instância de educação pública, de nível superior, tem demonstrado a ampliação do acesso, entretanto o olhar da permanência destes estudantes pode ser explicado a partir dos frutos do presente trabalho.

Por tanto, conhecer a vida acadêmica do estudante é essencial para o entendimento do que ocorre pedagogicamente, administrativa e estruturalmente em determinados cursos. Contudo, o registro adequado nos sistemas de informação educacional é fundamental. Com estas informações relacionadas e analisadas é possível identificar cenários de cursos na eminência da evasão universitária, conhecer a situação dos estudantes nestes cursos, o desenvolvimento educacional dos mesmos, dentre outras possibilidades. Neste aspecto, o caminho metodológico percorrido, os resultados apresentados e o questionário aplicado poderão subsidiar a Gestão Universitária da UNEB para auxiliar, efetivamente, no Observatório da Vida Acadêmica da Universidade.

No acompanhamento destas intervenções indicam-se como partícipes principais desta proposta, a Reitoria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para apoio e considerações, a PRAES - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, juntamente com a atual PROAF – Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, para elaboração e aplicação das políticas públicas sustentáveis de permanência universitária.

Para os próximos anos, têm-se a expectativa de que, com a adesão destas recomendações (Apêndice B), tenham-se efeitos positivos não somente na melhoria da qualidade e eficiência da Gestão Universitária, aderindo às políticas de permanência sustentável para o estudante, repercutindo não somente nos indicadores, mas diretamente para a permanência dos estudantes persistentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas; AQUINO, Estela Maria Leão; BARROS, Antoniel Pinheiro. **Trajetória escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras**. Cad Saúde Pública. 2006;22(7):1397-409.

ASSIS, Otávio de Jesus. **A gestão universitária e o desafio da permanência de estudantes na universidade: um estudo de caso no âmbito do campus XXI da UNEB**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, GESTEC, UNEB). 166p.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. In: José Sérgio Carvalho. (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2004, v. , p. 35-75.

BOBBIO, Noberto. **A Era dos Direitos**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 de jun. 2014.

_____. Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação – 2001 -2011**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 21 de jun. 2014.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação – 2014 - 2024**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de ago. 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão**, 1789. a ASSEMBLEIA NACIONAL reconhece e declara, na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/direitos_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 24 de abr. 2014.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**, 1996. Disponível em <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2014.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 16 de mai. 2015.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA NORMATIVA Nº 25, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010. Dispõe sobre o **Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 de ago. 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas, Convênio MTE - DIEESE, 2007.

BUENO, José Lino Oliveira. **A evasão de alunos**. Paideia (Ribeirão Preto), RIBEIRAO PRETO, v. 5, n. 5, p. 9-16, 1993.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), 2008, 276 p.

GAIOSO, Natália Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. *Dissertação (Mestrado em Educação)* Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2005.

CALAZANS, Toffano. SELDEL Angélica. Estudo de caso – Uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p.44-62.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, Dez. 2010.

FLICK, UWE. **Introdução à pesquisa qualitativa** (tradução de Joice Elias Costa) 3. ed., Porto Alegre, Artmed, 2009.

FREITAS, Katia Siqueira de. (2009, Jan/Jun). **Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes**. *EccoS*, São Paulo, Brasil. V. II, n. I, p. 247-264. Retrieved in Out 09, 2010. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v11n1/eccosv11n1_3i1062.pdf>. Acesso em: maio/2014

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Ações afirmativas: dois projetos voltados para juventude negra**. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri; **Dicionário técnico jurídico**; 6a. ed. rev. e atual, São Paulo. Ed., Rideel, 2004.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Gilberto de Andrade Martins. **Estudo de Caso – Uma estratégia de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2006.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: RT. Ed. REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <<http://nacoesunidas.org/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>>. Acesso em: 10 de set. 2015.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e políticas de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*. Porto Alegre, ano 30, n. 1, 2007, p. 29-51.

PORTES, Écio Antônio. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos**. 2001. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Orientadora: Profa. Dra. Maria Alice Nogueira.

PORTUGAL, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. **Decreto 112/80, I SÉRIE, Nº 246, 23 de Outubro de 1980**. Aprova a convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino adoptada em Paris, em 14 de Dezembro de 1960. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/a/462711>>. Acesso em: jun.2015

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 6ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, Out/2007.

RAYO, José Tuvilla. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global**. PortoAlegre: Artmed, 2004. 247p.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil**. Eduneb, Salvador: 2008.

RISTOFF. DILVO I. **Evasão: Exclusão ou Mobilidade**. Santa Catarina, UFSC, 1995 (MIMEO)

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo, Cortez, 2005.

SANTOS, Valéria de Oliveira. **A longa espera: a entrada tardia de estudantes das classes médias no curso de Medicina da UFSJ**. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, Dissertação de Mestrado, 2012.

SOARES, Ana Paula. ALMEIDA, Leandro S. & FERREIRA, Joaquim Armando. (2006). **Questionário de Vivências Acadêmicas: Versão integral (QVA) e versão Reduzida (QVA-r)**. 2002. Disponível em < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>>. Acesso em: 04 de set. 2014.

SOUZA, Maria do Socorro Neri. M. **Do seringal à universidade: o acesso das camadas populares ao ensino superior**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e et al . **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cad. Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, Dec. 2007.

Tinto, Vincent. (1975) "**Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research**" Review of Educational Research vol.45, pp.89-125.1975.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia, **Estatuto das Residências Universitárias da UNEB – 12 de dezembro de 2000**. Disponível em <http://www.uneb.br/wp-content/themes/uneb/docs/atos/consu_anexo-residencia.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2014.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº 196/2002**. Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 14. Publicado em 16 de ago. 2007.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº 468/2007**. Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 16 Publicado em 01 de ago. 2009.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº 659/2008**. Aprova a criação do Projeto Bolsa Auxílio para estudantes de graduação da UNEB. Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 22. Publicado em: 19 de dez. 2008.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº 710/2009**. Altera as alíneas "a" e "b" do Artigo 4º da Resolução CONSU n.º 468/2007 (D.O.E. de 16-08-2007). Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 16. Publicado em: 01 de ago.2009. 2009a.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº 733/2009**. Aprova a Criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES). Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 22. Publicado em: 19 de dez. 2008. 2009b.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Relatório Anual de Atividades UNEB-2011**, PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento, 2011. Disponível em <<http://www.uneb.br/proplan/prestacao-de-contas/>>. Acesso em: 20 de jun. 2014. 2011a.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº864/2011**. Aprovar os ajustes e adequações promovidos no Regimento Geral da UNEB, deliberado pela Resolução CONSU nº 792/2010, em atendimento à diligência do CEE-BA. Disponível em <<http://www.uneb.br/salvador/dcv/files/2015/04/REGIMENTO-GERAL-DA-UNEB-2012.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2014. 2011b.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Relatório Anual de Atividades UNEB-2012**, PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento, 2012. Disponível em:<<http://www.uneb.br/proplan/prestacao-de-contas/>>. Acesso em: 20 de jun. 2014.

_____, Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº 975/2013**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2017 da UNEB. Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 29, 17-05-2013. Disponível em <<http://www.uneb.br/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional-2013-2017/>>. Acesso em: 21 de Nov. 2014.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº 1023/2014**. Aprova a criação e implantação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF) da UNEB. Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 29. Publicado em: 02 de abr. 2014. 2014a.

_____, Universidade do Estado da Bahia, **Plano de Ações Prioritárias (PAP)–2014-2017**. Disponível em <http://www.uneb.br/files/2014/06/relatorio_pap_2014.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2014. 2014b.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSEPE nº 1769/2014**. Aprova o Regulamento Geral de Mobilidade Discente, no Ensino de Graduação, Intradepartamental e Interdepartamental no âmbito da UNEB. Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 16. Acesso em: 13 de mai. 2014. 2014c.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Manual do Candidato, Processo Seletivo Vestibular 2015**. Disponível em: <http://www.uneb.br/files/2014/11/manual_candidato_presencial_2015_web_18_11_2014.pdf>. Acesso em: 14 de dez. 2014. 2014d.

_____. Universidade do Estado da Bahia, **Resolução CONSU nº 1.114/2015**. Autoriza a concessão de bolsas, conforme modalidades específicas do Programa de Bolsa Auxílio. Diário Oficial do Estado, Bahia, p. 52. Acesso em: 14 de abr. 2015.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior, percursos de estudantes universitários de camadas populares**. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, SP, v. 11, n. 32, p. 226-370, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SUJEITOS DA PESQUISA.

APÊNDICE B – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa.



UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA GESTEC – Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação



QUESTIONÁRIO

NOME: _____

EMAIL: _____

SEXO: Masculino () Feminino () Data de Nascimento: / /

Qual o curso de Graduação que você está fazendo atualmente: _____

Qual o semestre que você se encontra atualmente: _____

Qual o turno que você está cursando: _____

Atualmente você reside:

- No município de Salvador Em outro município.

Você precisou mudar de endereço para fazer este curso?

- Sim Não

UM POUCO SOBRE O ENSINO MÉDIO

Seu ensino médio você cursou maior parte em:

- Escola particular Escola pública

Ano em que você concluiu o ensino médio: _____

No ensino médio, você normalmente cursava qual turno:

- Maior parte durante o dia Todo diurno
 Maior parte durante a noite Todo noturno

No ensino médio você já foi reprovado em algum ano?

- Nunca fui reprovado Sim, fui reprovado uma vez
 Sim, fui reprovado duas vezes Sim, fui reprovado mais de duas vezes

Considerando os principais conteúdos, qual você teve maior afinidade?

- Língua Portuguesa Matemática Física Geografia
 Língua Inglesa ou espanhola Biologia História Química

UM POUCO SOBRE SEU RENDIMENTO E DESPESAS

Você participa da renda familiar?

- Trabalho e ajuda parcialmente no sustento da família

- Trabalho e sustento a família.
 Não trabalho e nem recebo ajuda da família.
 Não trabalho, recebo ajuda financeira () da família () da Universidade () outro.

Diariamente, você costuma gastar quanto para se alimentar na Universidade

- Menos de R\$ 10,00 Entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00
 Entre R\$ 16,00 e R\$ 20,00 Entre R\$ 21,00 e R\$ 30,00
 Acima de R\$ 30,00

Com que frequência você utiliza dos livros da biblioteca?

- Nunca utilizei os livros da biblioteca Raramente
 Quando se aproxima as avaliações Sempre utilizo os livros da biblioteca

Quanto você costuma gastar por mês com cópia de materiais?

- Dificilmente tiro cópia de materiais Até R\$ 20,00
 Entre R\$ 21,00 a R\$ 30,00 Entre R\$ 31,00 a R\$ 50,00
 Entre R\$ 51,00 a R\$ 100,00 Acima de R\$ 100,00

Lembrete:

Prezado participante, lembramos que sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela, sua identidade será tratada com sigilo. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização.

O SEU INGRESSO NA UNEB

Você foi convocado pelo sistema de cotas da universidade?

- Sim Não

O que te levou a escolher um curso da UNEB?

- Credibilidade da instituição
 Oferece ensino gratuito
 Oportunidades de acesso que a Universidade promove
 Proximidade da minha residência
 Oferece um curso que é meu desejo profissional
 Dificuldade de ser aprovado por outras instituições
 Outro motivo

Quantas vezes você tentou fazer o vestibular antes de ser aprovado neste curso? _____

INTERAÇÃO COM A UNEB

Diante de uma escala de prioridade, indique o que lhe fez escolher este curso.

(1 - Prioridade máxima e 5 - Prioridade mínima)

Escolha do Curso por:	PRIORIDADES				
	1	2	3	4	5
Prestígio social.					
Mudança profissional.					
Situação financeira futura.					
Desejo de meus familiares.					
Desejo em conhecer melhor este curso.					
Realização de um sonho pessoal.					

Outro (especificar)					
---------------------	--	--	--	--	--

Hoje, o que lhe faria mudar ou abandonar este curso?

- Viés financeiro atual
- Dificuldade de me relacionar com meus colegas
- Desempenho nas disciplinas
- Curso que está muito saturado
- Insatisfação com a universidade
- Conciliar os horários das aulas com o trabalho
- Problemas com a família
- Falta de empenho dos Professores
- outro (indicar)

Em sua opinião, a Universidade lhe direciona para o mundo do trabalho?

- Sim Não

Em relação opinião acima, o que lhe fez responder desta forma? _____

Você participa ou já participou de algum projeto promovido pela Universidade?

- Sim Não

Em **caso afirmativo**, Qual? _____

Ao concluir seu curso você pretende continuar a vida acadêmica...

- no curso de extensão.
- no curso de especialização.
- no curso de mestrado.
- em nenhuma das anteriores.

Em sua opinião, o seu curso lhe possibilitará ascensão financeira?

- Sim Não

Em relação opinião acima, o que lhe fez responder desta forma? _____

Qual foi a disciplina que você teve a **menor média** no semestre passado? _____

A que motivo você justifica esta nota? _____

Qual foi a disciplina que você teve a **maior média** no semestre passado? _____

A que motivo você justifica esta nota? _____

Lembrete:

Prezado participante, lembramos que sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela, sua identidade será tratada com sigilo. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização.

HISTÓRIA FAMILIAR

Seus familiares aprovam você ter escolhido este curso?

- Sim Não Indiferente

Caso **afirmativo**, qual o membro da família **mais** lhe apóia?

- Pai Mãe Avó ou Avô Esposa Filhos
 Irmão ou irmã Tio ou tia Outro (especificar) _____

Caso **negativo**, qual o membro da família **menos** lhe apóia?

- Pai Mãe Avó ou Avô Esposa Filhos
 Irmão ou irmã Tio ou tia Outro (especificar) _____

DIRECIONAMENTO, INTERAÇÃO E MUDANÇAS

Você já pensou em se transferir de curso?

- Sim Não

Em **caso afirmativo**, qual outro curso escolheria? _____

Por que você **NÃO** escolheu este curso inicialmente?

- A concorrência do curso
 O nível de cobrança que o curso promoverá
 A falta de disponibilidade para conciliar com o trabalho.
 Não estou preparado(a) para fazer este curso.
 Outro motivo.

Você já pensou em mudar para outra universidade/faculdade?

- Sim, pensei em ir para outra Universidade/Faculdade Pública Federal.
 Sim, pensei em ir para outra Universidade/Faculdade Pública Estadual.
 Sim, pensei em ir para outra Universidade/Faculdade Privada.
 Não penso em mudar de universidade/faculdade.

O comportamento de seus colegas, na sala de aula e fora dela, influencia você em continuar seu curso?

- Sim Não

Em **caso afirmativo**, qual fator mais lhe influencia?

- Muita conversa em sala Muitas ausências/falta de colegas
 Pouca Interação com os colegas A saída definitiva dos colegas
 Falta de compromisso com os estudos Outro (especificar)

Quando o(a) professor(a) indica atividades em grupo qual sua primeira atitude?

- Identificar qual colega me ajudará a realizar a atividade
 Procurar mais informações com o(a) professor(a)
 Tomar nota de todas as informações do(a) professor(a) e aguardar algum colega me chamar
 Anotar tudo depois que terminar a aula
 Formar grupo com os colegas que tenho aproximação

Considerando a interação com as pessoas no ambiente de ensino, qual pessoa você mais gosta de interagir e trocar ideias?

- Colegas de sala do mesmo sexo Colegas de sala do sexo oposto

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Professor(a) da disciplina | <input type="checkbox"/> Funcionários da universidade |
| <input type="checkbox"/> Colegas de outras turmas | <input type="checkbox"/> Não costumo me envolver muito |

Você conhece as atividades culturais promovidas pela Universidade?

- Sim Não

Em **caso afirmativo**, através de qual meio de comunicação você mais observa estes eventos?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Outdoor | <input type="checkbox"/> colegas da faculdade |
| <input type="checkbox"/> professores e funcionários | <input type="checkbox"/> mural da faculdade |
| <input type="checkbox"/> Através do site da UNEB | <input type="checkbox"/> redes sociais (meio virtual) |
| <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ | |

Lembrete:

Prezado participante, lembramos que sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela, sua identidade será tratada com sigilo. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização.

Obrigado pelo apoio e paciência!

Data: __/__/____

Assinatura do estudante

APÊNDICE B – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA SUSTENTÁVEL DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO:

1. A Universidade deve assegurar:
 - a. Garantias no processo de ensino-aprendizado a todos os estudantes;
 - b. Monitoramento e acompanhamento pedagógico dos cursos de baixa concorrência;
 - c. Acompanhamento e monitoramento dos Projetos de Criação de Curso, especialmente para os cursos de alto índice de evasão;
 - d. Estabelecimento de participação da família do estudante no ambiente universitário;

2. A Gestão Administrativa da Universidade deve agir democraticamente:
 - a. Em conhecer, implementar, fomentar o uso dos indicadores de qualidade que incidem na (para) universidade;
 - b. Na Gestão estratégica para garantia de permanência dos cursos pelo qual os indicadores não estejam de acordo com os demais cursos da universidade;
 - i. Assegurar o compromisso de continuidade da vida acadêmica destes estudantes;
 - ii. Permitir a transferência interna direta, no caso de extinção do curso;
 - iii. Garantir a qualidade de infra-estrutura aos cursos de baixa concorrência;
 - iv. Prover palestras, seminários e oficinas motivacionais direcionados para o mundo do trabalho;
 - c. Realizar a divulgação das atividades para todos os estudantes conforme área temática;

3. A Gestão Acadêmica da Universidade deve estabelecer democraticamente:
 - a. Revisão dos atuais procedimentos existentes das transferências internas e externas da universidade, para além da mobilidade discente;
 - b. Garantia de monitoria e trabalhos de extensão para fortalecimento interno da universidade;

- i. Valorização dos estudantes de licenciatura para atuar no suporte docente para a universidade;
 - ii. Propor mecanismos de parcerias com entidades públicas e privadas para garantir a inserção do estudante no mundo do trabalho.
- c. Revisão do estatuto das residências universitárias para se tornar espaços de interação estudantil, com a percepção de um ambiente de acolhimento ao aprendizado e à convivência;
 - i. Revisar o estatuto das residências universitárias trazendo como lugar de participação ativa na vida acadêmica, possibilitando a ampliação e desenvolvimento acadêmico do estudante;
 - ii. Incluir a participação ativa como monitor estudantil;

ANEXOS

ANEXO A – RESOLUÇÃO UNEB N.º 1.114/2015 – Autorização da Concessão de bolsas, conforme modalidades específicas do Programa de Bolsa Auxílio.

ANEXO B – EDITAL N.º 055/2015 – Abertura do Processo Seletivo para o Programa Bolsa Auxílio Estudantil 2015 da UNEB.

ANEXO C – Carta do Governo do Estado da Bahia aos Estudantes Universitários.

ANEXO D – Concorrência do Vestibular de 2014.

ANEXO E – Dimensões do questionário de Vivências Acadêmicas (QVA).

ANEXO A – RESOLUÇÃO UNEB Nº 1.114/2015 Autorização da Concessão de bolsas, conforme modalidades específicas do Programa de Bolsa Auxílio



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)**

RESOLUÇÃO Nº 1.114/2015

Publicada no D.O.E. de 14-04-2015, p. 52

Autoriza a concessão de bolsas, conforme modalidades específicas do Programa de Bolsa-Auxílio.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas atribuições legais e regimentais, *ad referendum* do Conselho Pleno, com fundamento no art. 9º § 6º do Regimento Geral da UNEB, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603150056892,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a concessão de quantitativo de até 1.100 (hum mil e cem) unidades de bolsa auxílio por ano, a discentes regularmente matriculados em, no mínimo 03 (três) componentes curriculares, excetuando-se situações curriculares referentes a pré-requisito e/ou conclusão de cursos ofertados pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), prioritariamente procedentes do sistema de reserva de vagas para negros e indígenas bem como aos comprovadamente de baixo poder aquisitivo, nas seguintes modalidades:

I- Bolsa Auxílio-Residência: Serão disponibilizadas até 500 (quinhentas) bolsas individuais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), creditados, em até 08 (oito) parcelas no exercício financeiro vigente, aos estudantes residentes dos cursos de graduação, devidamente selecionados pela Comissão de Assistência Estudantil dos Departamentos ou Campi, com base em Edital comum à Universidade;

II- Bolsa Auxílio-Permanência: Serão disponibilizadas até 550 (quinhentas e cinquenta) bolsas no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), creditados, em até 08 (oito) parcelas no exercício financeiro vigente, aos discentes devidamente selecionados pela Comissão Permanente de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), com base em Edital comum à Universidade;

III- Bolsa Auxílio-Emergência: Serão disponibilizadas até 50 (cinquenta) bolsas no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) aos discentes devidamente avaliados pela equipe biopsicossocial da PRAES, com base em Edital comum à Universidade.

§ 1º. A solicitação referente à Bolsa Auxílio-Emergência poderá ser feita a qualquer tempo, dentro do período de integralização curricular, podendo o discente ser contemplado com 01(uma) e até 03(três) parcelas, conforme encaminhamento de parecer da equipe biopsicossocial da PRAES e disponibilidade orçamentário-financeira.

§ 2º. Os estudantes contemplados com o programa de Bolsa-Auxílio da PRAES poderão acumular bolsa meritocrática no ensino, na pesquisa e/ou na extensão.

§ 3º. O discente só faz jus a percepção de uma Bolsa auxílio PRAES sendo, vedado também o acúmulo com estágio remunerado na UNEB.

Art. 2º. A concessão de bolsa, em qualquer modalidade, deverá ocorrer no período de integralização do curso do pleiteante, condicionada às determinações dos Editais.

Art. 3º. Caso a PRAES efetue parceria e/ou convênio com instituição de fomento cujo objeto seja auxílio pecuniário para estudantes de graduação, terá prioridade o estudante que compuser o cadastro de reserva da Bolsa Auxílio-Residência e/ou Bolsa Auxílio-Permanência, por pontuação de barema, na medida das ofertas proporcionadas e de acordo com a duração da referida parceria e/ou convênio, sendo ainda ao estudante facultada a migração do cadastro de reserva para a política focal.

Parágrafo Único. O estudante que migrar do cadastro reserva por opção própria para garantir o auxílio pecuniário resultado da parceria e/ou convênio com instituição de fomento automaticamente sai do cadastro de reserva da Bolsa AUXÍLIO-RESIDÊNCIA e/ou Bolsa AUXÍLIO-PERMANÊNCIA, podendo a ele retomar mediante nova inscrição no programa de Bolsa-Auxílio da PRAES.

Art. 4º. O reajuste do valor de cada unidade e o número de bolsas será fixado mediante planejamento anual de orçamento da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) autorizado pela Reitoria.

Art. 5º. Cabe à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), a execução, acompanhamento e controle do Programa de Bolsa-Auxílio para estudantes de graduação da UNEB.

I- A política de ampliação de vagas das modalidades Bolsa Auxílio-Residência, Bolsa Auxílio-Permanência e Bolsa Auxílio-Emergência será objeto permanente de estudos da equipe de monitoramento da Política de Assistência Estudantil da PRAES, que encaminhará as demandas via Pró-Reitoria para a Equipe de Gestão Universitária;

II- É facultado à PRAES o remanejamento de recursos previstos na política de Bolsa Auxílio para atendimento de fluxo e demandas emergentes, desde que em conformidade com a programação orçamentário-financeira e observância dos critérios utilizados nos processos seletivos, cuja duração se restringe ao exercício do ano vigente.

Parágrafo Único. Ao estudante contemplado com a política de remanejamento prevista no inciso II deste Artigo, não se aplica o previsto no parágrafo único do art. 3º, ou seja, este estudante não precisará efetuar nova inscrição no programa de Bolsa Auxílio da PRAES.

Art. 6º. As condições de ingresso, manutenção e exclusão de beneficiário serão realizadas conforme critérios estabelecidos em Edital.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CONSU nº 1.040/2014.

Gabinete da Presidência do CONSU, 13 de abril de 2015.

José Bites de Carvalho
Presidente do CONSU

ANEXO B - EDITAL Nº 055/2015 - Abertura do Processo Seletivo para o Programa Bolsa Auxílio Estudantil 2015 da UNEB

EDITAL Nº 055/2015 Republicado em 18/04/2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB), no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento nas diretrizes do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Pública Estadual (PNAEST), bem como, a Resolução nº 1.114/2015 do Conselho Universitário (CONSU), torna público a **abertura do Processo**

Seletivo para o Programa Bolsa Auxílio Estudantil 2015 da UNEB.

1 - DO PÚBLICO ALVO: Estudante regularmente matriculado em curso de graduação na UNEB, desde que não tenha concluído qualquer outro curso de nível superior, e que esteja comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica referendada pelo barema (Anexo I).

2 - DAS MODALIDADES

2.1 – O Programa Bolsa Auxílio Estudantil 2015 é constituído de 02(duas) modalidades de Bolsa Auxílio, a saber: Bolsa Auxílio-Residência e Bolsa Auxílio-Permanência.

2.1.1- BOLSA AUXÍLIO-RESIDÊNCIA

I – Define-se como Bolsa Auxílio-Residência o auxílio pecuniário ao estudante devidamente selecionado pela Comissão de Assistência Estudantil dos Departamentos e/ou Campi. Ao estudante selecionado para ocupar vaga na residência universitária, será garantido além da vaga na residência, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) creditados em até 08 unidades de bolsa no exercício financeiro vigente, com exceção de estudante que tenha contrato de estágio remunerado na UNEB em curso.

II – O estudante que tenha contrato em vigência de estágio remunerado na UNEB, só fará jus ao auxílio pecuniário a que se refere o inciso I do item 2.1.1, quando o contrato for encerrado e a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) oficialmente informada pela Comissão de Assistência Estudantil dos Departamentos/Campi.

III – O estudante que assinar contrato de estágio remunerado na UNEB após a aquisição do direito do auxílio pecuniário previsto no inciso I do item 2.1.1, terá o benefício automaticamente suspenso, até que a experiência contratual de estágio se encerre e a PRAES seja oficialmente informada pela Comissão de Assistência Estudantil dos Departamentos/Campi.

IV - O estudante contemplado no Processo Seletivo 2015 dos Departamentos e/ou Campi, deverá inscrever-se no Sistema de Bolsa Auxílio (SISBA) da PRAES, a título de cadastramento financeiro para recebimento do valor pecuniário da modalidade de bolsa definida no item 2.1.

V- A PRAES encaminhará aos Departamentos, modelo de Edital a ser adotado no Processo Seletivo para Bolsa Auxílio- Residência, podendo este conter alterações de acordo com o entendimento da Comissão de Assistência Estudantil dos Departamentos e/ou Campi;

VI- O estudante contemplado terá direito à Bolsa Auxílio-Residência pelo tempo de integralização curricular de sua primeira graduação, desde que em concordância com a Resolução CONSU nº 1.114/2015, e este Edital;

VII – Para fazer jus ao recebimento do auxílio pecuniário, o estudante já residente por força do Edital nº 043/2014, deve obrigatoriamente fazer o **RECADASTRAMENTO SEMESTRAL** no Departamento/Campi no qual estuda e, dar **ACEITE** eletrônico, atestando permanência nas condições socioeconômicas previstas na Resolução CONSU nº 1.114/2015, e neste Edital, através do Sistema de Bolsa Auxílio (SISBA) 2015, no período de 24 de abril a 25 de maio de 2015 em www.sisba.uneb.br ;

VIII– O estudante que **NÃO SE RECADASTRAR E NÃO DER ACEITE ELETRÔNICO**, ficará impossibilitado de receber a Bolsa Auxílio, devendo aguardar abertura para novo cadastramento e novo ACEITE eletrônico, a ser divulgado no sitio virtual da PRAES no endereço www.uneb.br/praes .

2.1.2- BOLSA AUXÍLIO-PERMANÊNCIA

I- Define-se como Bolsa Auxílio-Permanência o auxílio destinado ao estudante não residente, selecionado pela Comissão Permanente de Assistência Estudantil da PRAES, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) em até 08 unidades de bolsa no exercício financeiro vigente, que tem por finalidade o custeio de despesas elementares para permanência no Curso de Graduação da UNEB, prevista no PNAES – 2008, pelo tempo de sua integralização curricular.

II – Para fazer jus ao recebimento do auxílio pecuniário, o estudante contemplado pelo Edital 043/2014, deverá obrigatoriamente, dar ACEITE eletrônico, atestando permanência nas condições socioeconômicas previstas na Resolução CONSU nº 1.114/2015, e neste Edital, através do SISBA – Sistema de Bolsa Auxílio 2015, no período de 24 de abril a 25 de maio de 2015. www.sisba.uneb.br

III – O estudante que **NÃO** der ACEITE eletrônico ficará impossibilitado de receber a Bolsa Auxílio, devendo aguardar abertura de novo cadastramento e novo ACEITE eletrônico, a ser divulgado no sitio virtual da PRAES no endereço www.uneb.br/praes

2.2 – Os quantitativos de bolsas ofertadas em cada modalidade e seus respectivos valores estão discriminados na tabela a seguir:

MODALIDADE	BOLSAS OFERTADAS	VALOR MENSAL	UNIDADE DE BOLSA (ATÉ)
Bolsa Auxílio Residência	500	R\$ 200,00	08
Bolsa Auxílio Permanência	550	R\$ 400,00	08

I- À PRAES compete executar o orçamento para depósito de cada ano, conforme disponibilidade financeira, sendo vedado constituir despesas para o próximo exercício, como Despesa de Exercício Anterior (DEA);

II- A oferta da Bolsa Auxílio-Permanência seguirá a proporcionalidade de ingresso de estudantes por

semestre letivo, sendo reservado ao primeiro semestre letivo, 2015.1, 75% do quantitativo de bolsas ofertadas e ao segundo semestre, 2015.2, 25% deste quantitativo;

III- A concessão do quantitativo de bolsas reservadas ao segundo semestre será restrita às inscrições ocorridas no respectivo período. Em caso de bolsas remanescentes, a concessão dar-se-á com base na lista de espera formada por candidatos inscritos no primeiro semestre; IV- Concedidas todas as bolsas, nos termos deste Edital, os candidatos que se encontrarem na lista de espera serão beneficiados na hipótese da ocorrência de desligamentos e/ou ampliação do quantitativo de bolsas ofertadas, conforme previsto na Resolução CONSU nº 1.114/2015. 3 - DO PROCESSO SELETIVO

3.1- DA INSCRIÇÃO

I- Todo estudante que desejar participar do Programa de Bolsa Auxílio Estudantil 2015 deverá preencher o Formulário Socioeconômico, disponível no endereço eletrônico www.sisba.uneb.br, para dar início à inscrição, excetuando aquele que se enquadra nos incisos II e III do item 2.1.2.

II - Com base nas informações prestadas no Formulário Socioeconômico, o SISBA/PRAES indicará os documentos de apresentação obrigatória para cada candidato e solicitará que os mesmos sejam anexados.

III - O nº do processo de solicitação de Bolsa Auxílio só será gerado após anexação de todos os documentos comprobatórios listados.

IV – A homologação do processo de solicitação de Bolsa Auxílio será procedida pela Comissão Permanente do Programa Bolsa Auxílio da PRAES, mediante análise da documentação apresentada que deverá seguir as seguintes especificações:

- a) Documento digitalizado e salvo no formato PDF;
- b) Tamanho da folha: A4
- c) Tamanho máximo do documento: 5 megabytes. Não serão validados documentos ilegíveis ou que não obedeçam às especificações acima citadas.

V - Caso algum documento não seja validado pela Comissão Permanente do Programa Bolsa Auxílio, o pleiteante poderá excluir o arquivo e anexar outro que esteja em conformidade com as especificações descritas neste Edital, quantas vezes forem necessárias. O processo de solicitação de bolsa só será homologado após todos os documentos terem sido validados.

VI - A NÃO ANEXAÇÃO de documentos obrigatórios ou a anexação de DOCUMENTOS ILEGÍVEIS impedirá a homologação do processo de solicitação de bolsa até que os documentos exigidos sejam devidamente anexados em conformidade com o solicitado neste Edital.

4 – DA CONCESSÃO

4.1 – As inscrições homologadas serão classificadas conforme ordem de data da validação, observando-se as seguintes situações:

- a) Caso a primeira documentação anexada esteja em conformidade com o Edital, será considerada a data em que a inscrição foi devidamente finalizada.
- b) Caso seja necessário reanexar/substituir algum documento, será considerada a data da última anexação de documentos.

4.2 – Os discentes que solicitarem o auxílio e alcançarem a pontuação mínima de 32 (trinta e dois) pontos, disciplinada no barema (Anexo I), estarão aptos a receber a Bolsa Auxílio Permanência, considerando a disponibilidade da bolsa pleiteada e ordenamento de classificação, como descrito em 4.1.

4.3 – A lista dos contemplados será divulgada semanalmente na página da PRAES, no endereço eletrônico www.uneb.br/praes, enquanto houver bolsas disponíveis.

4.4 – Os discentes aptos, mas que não foram contemplados neste pleito por indisponibilidade de Bolsas, comporão lista de espera.

4.5 - A concessão da Bolsa Auxílio nas modalidades Auxílio-Residência e Auxílio-Permanência é vedada aos estudantes que tenham vínculo empregatício registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou que seja servidor ou estagiário remunerado da UNEB de qualquer regime ou ainda qualquer OUTRA vinculação de emprego.

4.6 - A concessão da bolsa acompanhará o período de integralização curricular do bolsista, observando o cumprimento das condições postas na Resolução CONSU nº 1.114/2015, e neste Edital, bem como o planejamento orçamentário anual de cada modalidade, com renovação automática a partir de ACEITE online anualmente.

4.7 - O início da concessão para cada pleiteante contemplado será no máximo de 30 dias a partir da data de publicação no sítio virtual da PRAES.

4.8 – A concessão dos benefícios da Bolsa Auxílio Estudantil 2015 se dará através de Processo Seletivo disciplinado por este Edital e será imediatamente suspensa e/ou cancelada no caso de:

I- trancamento total, abandono ou cancelamento de matrícula, ou conclusão do curso (entendendo que o curso é findado quando o último componente curricular é finalizado, e não no momento de colação de grau);

II- reprovação em 2 (dois) ou mais componentes curriculares ao longo do semestre;

III- cursar menos de 3 (três) componentes curriculares por semestre, com exceção de comprovação de pré-requisito ou em finalização do curso;

IV- não comunicação, a qualquer tempo, de todas e quaisquer alterações ocorridas na situação socioeconômica e/ou de moradia do estudante e/ou do seu grupo familiar. Nestes casos, a comunicação deverá ser formalizada à PRAES através de formulário próprio (Anexo VIII) e encaminhado pela Comissão de Assistência Estudantil dos Departamentos e/ ou Campi;

V- se for constatado fraude, a qualquer tempo, ou informações falsas no formulário, bem como resultado de processos disciplinares e/ou administrativos. Nestes casos, além da exclusão, o candidato sofrerá as sanções disciplinares previstas no Regimento Geral da UNEB, sem prejuízo de outras sanções de natureza civil ou penal.

4.9 – O Termo de Compromisso, firmado entre a Universidade do Estado da Bahia e o estudante bolsista, poderá ser rescindido ante a inobservância das obrigações do estudante bolsista ou mesmo por sua vontade expressa.

4.10 - Todas as bolsas- auxílio serão disponibilizadas para pagamento por meio de depósito em **CONTA CORRENTE DO BANCO DO BRASIL**. Para tanto, é obrigatório que o pleiteante informe seus dados bancários no momento da inscrição.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA: A versão original dos documentos listados abaixo deverá ser digitalizada pelo candidato e anexada ao processo online, através do SISBA/PRAES.

5.1 – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA TODOS OS DISCENTES QUE MORAM EM RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS MANTIDAS PELA UNEB, CANDIDATOS A BOLSA AUXÍLIO RESIDÊNCIA. (Brasileiros ou Naturalizados)

I- COMPROVANTE DE CONTA BANCÁRIA: Extrato bancário ou cópia do cartão do banco de conta corrente do Banco do Brasil, sendo o estudante o titular da conta, ou ainda, contrato de abertura de conta corrente no Banco do Brasil.

II- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: Um comprovante, dos últimos três meses anteriores à data de inscrição, do endereço de origem em nome do candidato ou de algum membro do grupo familiar imediato, podendo ser:

a) conta de energia elétrica ou,

b) conta de água ou,

c) conta de telefone fixo.

III- DECLARAÇÃO POR MORAR EM RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA (Anexo II)

IV- COMPROVANTE DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO: Auto declaração de Inexistência de Vínculo Empregatício Registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS (Anexo VI).

5.2 – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CANDIDATOS À BOLSA AUXÍLIO PERMANÊNCIA (Brasileiros ou Naturalizados)

I- COMPROVANTE DE CONTA BANCÁRIA: Extrato bancário ou cópia do cartão do banco de conta corrente do Banco do Brasil, sendo o estudante o titular da conta, ou ainda, contrato de abertura de conta corrente no Banco do Brasil.

II- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

a- morar em casa própria - Um comprovante, dos últimos três meses anteriores à data de inscrição, do endereço de origem em nome do candidato ou de algum membro do grupo familiar imediato, podendo ser:

1) conta de energia elétrica ou,

2) conta de água ou,

3) conta de telefone fixo.

b- Se morar em casa cedida ou emprestada – Um comprovante de residência, dos últimos três meses anteriores à data de inscrição como conta de energia elétrica, de água ou de telefone e atestado assinado pelo cedente do imóvel comprovando que cedeu o local para fins de moradia, com assinatura

reconhecida em cartório.

c- Se residir em casa alugada, pensão ou similar (residência familiar de não parentes, mediante pagamento de aluguel), cujo contrato esteja em seu próprio nome ou em nome de membros do grupo familiar – Cópia do contrato com assinatura reconhecida em cartório, constando endereço, valor e identificação do proprietário responsável pela pensão ou similar. d- Se o candidato residir em casa alugada, pensão ou similar (residência familiar de não parentes, mediante pagamento de aluguel), cujo contrato esteja em nome de terceiros “não parentes” – Cópia do contrato com assinatura reconhecida em cartório, constando endereço, valor e identificação do proprietário responsável pela pensão ou similar; e atestado assinado pelo locador do imóvel comprovando que o aluno reside neste endereço, com assinatura reconhecida em cartório.

III-COMPROVANTE DE SITUAÇÃO DE MORADIA - Se o candidato não residir com seu grupo familiar imediato - Auto declaração por não residir na companhia do grupo familiar (Anexo VII).

IV-COMPROVANTE DA SITUAÇÃO CIVIL a-

Candidato casado: Certidão de Casamento

b- Candidatos com união estável: Auto Declaração de União Estável, ou Declaração de Convivência Marital - (Anexo IV).

c- Candidatos separado/divorciado/viúvo: Nos casos de separação, apresentar Certidão de Casamento averbada e, no caso de cônjuge falecido, apresentar Certidão de Óbito;

d- Nos casos de Separação não Legalizada – Auto Declaração de Separação Não Legalizada (Anexo V);

V- COMPROVANTE DE RENDA

a- Para critérios de renda será imprescindível, aos maiores de 18 anos, a Carteira de Trabalho e Previdência Social- CTPS- atualizada, exceto em caso de pescador, agricultor familiar ou aposentado.

b-A soma das despesas do candidato não poderá ser superior ao dobro da renda informada, bem como a renda total (candidato + grupo familiar) não poderá ser igual à zero. c-Candidatos que estiverem desempregados, que nunca trabalharam e os que exercem alguma atividade informal, também deverão apresentar a CTPS, constando:

a- Página da foto, frente e verso;

b-Página onde está registrado o último Contrato de Trabalho (se houver) e a página em branco subsequente. Caso o candidato não tenha registros de contrato de trabalho na sua CTPS,

apresentar a primeira página de contrato, mesmo estando esta em branco; c-Páginas onde estejam contidas as alterações de salário e as anotações gerais.

VI- DOCUMENTOS ATÍPICOS – No caso de:

a- O candidato ter filho ou ser tutor - Certidão de Nascimento ou Tutela;

b- Ser beneficiário do Programa Bolsa-Família- Comprovante devidamente identificado nome do programa e beneficiário de recebimento do benefício. O comprovante pode ser visualizado e impresso

através do site da Caixa Econômica Federal https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp ou retirado nos correspondentes bancários da C.E.F. deve ser encaminhado com data dos últimos três meses, contados da data de inscrição no SISBA.

c - Ser beneficiário em algum programa sócio assistencial do governo como: Jovem Aprendiz, LOAS/BPC, Combate à Seca e outros. Comprovante de recebimento do benefício.

d - No caso de candidato com doença grave ou crônica – (relatório médico que comprove a existência da doença constando o CID, data, carimbo do médico clínico ou especialista na área. O relatório só será aceito caso seja datado de até 12 meses antes da apresentação do laudo médico que comprove a existência da doença;

e- No caso do candidato com deficiência - Laudo médico comprobatório.

f- Caso o pleiteando já tenha trabalhado com vínculo empregatício registrado em CTPS é obrigatória à apresentação de PIS (Programa de Integração Social) /NIS (Número de Identificação Social).

g- Caso o pleiteando nunca tenha trabalhado com vínculo empregatício registrado em CTPS é obrigatória à apresentação de NIT (Número de Identificação do Trabalhador).

5.3- DOCUMENTOS DO GRUPO FAMILIAR DOS CANDIDATOS A BOLSA AUXÍLIO PERMANÊNCIA - Entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas que usufrua da renda bruta mensal familiar, e sejam relacionadas ao candidato pelos seguintes graus de parentesco: pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro (a), filho (a) e, mediante decisão judicial, menores sob guarda, tutela ou curatela, enteado (a), irmão (ã) ou avô (ó).

I- DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO - Carteira de Identidade (RG) de todos os membros do grupo familiar e/ou certidão de nascimento para menores de 18 anos.

II- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA - Um comprovante, dos últimos três meses anteriores à data de inscrição, em nome de um dos membros do grupo familiar imediato, podendo ser:

- 1) conta de Energia elétrica ou,
- 2) conta de água ou,
- 3) conta de telefone fixo.

III- COMPROVANTE DA SITUAÇÃO CIVIL a-

Casado - Certidão de Casamento;

b- Auto Declaração de União Estável ou Declaração de Convivência Marital dos membros do grupo familiar que se encontrem nessa situação - (Anexo IV);

c- Membro do grupo familiar separado/divorciado/viúvo - Nos casos de separação, apresentar Certidão de Casamento averbada e, no caso de cônjuge falecido, apresentar Certidão de Óbito; d- Nos casos de Separação não Legalizada – Auto Declaração de Separação Não Legalizada (Anexo V);

IV- COMPROVANTE DE RENDA

a) Para critérios de renda será imprescindível, aos maiores de 18 anos, a Carteira de Trabalho e

Previdência Social- CTPS- atualizada, exceto em caso de pescador, agricultor familiar ou aposentado.

b) Candidato que estiver desempregado, que nunca trabalhou e/ou que exerça alguma atividade informal, deverá apresentar a CTPS, constando:

a- Página da foto, frente e verso;

b- Página onde está registrado o último Contrato de Trabalho (se houver) e a página em branco subsequente. Caso o candidato não tenha registros de trabalho na sua CTPS, apresentar a primeira página de contrato, mesmo estando esta em branco;

c- Páginas onde estejam contidas as alterações de salário e as anotações gerais. V-

DOCUMENTOS ATÍPICOS

a- Caso seja beneficiário do Programa Bolsa-Família- Comprovante detalhado de recebimento do benefício. Este comprovante pode ser visualizado e impresso através do site da Caixa Econômica Federal, no endereço eletrônico (https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp).

5.4– DOCUMENTOS ESPECÍFICOS CONFORME CATEGORIAS PROFISSIONAIS PARA OS CANDIDATOS A BOLSA AUXÍLIO PERMANÊNCIA OU FAMILIARES

I – Além da obrigatoriedade da apresentação da documentação dos itens já mencionados, com destaque para a CTPS, conforme especificação das páginas segue a relação de documentos exigidos por categoria profissional do aluno e demais integrantes do grupo familiar:

a - Se for Assalariado: Último contracheque ou declaração salarial em papel timbrado com carimbo contendo o CNPJ da empresa.

b - Se for Autônomo (autônomo é todo aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e assumindo seus próprios riscos. A prestação de serviços é de maneira eventual e não habitual): Auto Declaração Comprobatória de Rendimentos com assinatura reconhecida em cartório. (Anexo III)

c- Se pequeno produtor rural (é aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturas ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo (Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006): Auto Declaração Comprobatória de Rendimentos com assinatura reconhecida em cartório.

d- Se pescador ou agricultor familiar: apresentar carteira de categoria profissional ou declaração emitida pela cooperativa da qual faz parte, especificando a renda mensal percebida.

e- Se empresário, microempresário, comerciante formal ou profissional liberal: última Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ);

f-Aposentado e/ou pensionista: Comprovante do benefício de órgão previdenciário privado ou público,

do mês anterior ao período de inscrição. Não será aceito extrato bancário, apenas o Extrato de Pagamento, constando valor bruto recebido, valor líquido e possíveis descontos. Tal documento pode ser visualizado e impresso no site da DATAPREV, através do link (<https://www8.dataprev.gov.br/SipaINSS/pages/hiscre/hiscreInicio.xhtml>).

5.5- AOS ESTRANGEIROS

I- Os candidatos estrangeiros deverão apresentar: passaporte (dados pessoais/ categoria/ visto de permanência) e carteira de identidade de estrangeiro.

II- Todas as regras deste Edital se aplicam aos estrangeiros, com exceção dos documentos comprobatórios aos quais se aplica apenas este item.

6 - DAS ETAPAS

6.1. PERÍODO DE INSCRIÇÃO:

I- O período para inscrições on-line do primeiro semestre letivo será iniciado na data de 24 de abril às 09h, e permanecerá aberto até 29 de maio de 2015.

II- O período para inscrições on-line do segundo semestre letivo será iniciado em 17 de agosto de 2015, às 09h, e permanecerá aberto até 16 de outubro de 2015.

III- A inscrição deverá ser feita mediante o preenchimento online do formulário Socioeconômico, disponível no site do Sistema de Inscrição de Bolsa Auxílio-SISBA/PRAES, através do endereço eletrônico (www.sisba.uneb.br).

6.2- DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CONTEMPLADOS:

I- A PRAES divulgará semanalmente lista continua de contemplados através do endereço www.uneb.br/praes e no SISBA/PRAES www.sisba.uneb.br, até a data de 23 de outubro de 2015.

II- A análise das solicitações de Bolsa Auxílio estudantil 2015 seguirá a ordem de classificação, observando as datas das inscrições e a pontuação mínima exigida neste Edital, mediante o barema (Anexo I).

III- Os anexos necessários para justificar a renda, situação de residência ou a situação civil relativas ao candidato ou membros do grupo familiar, conforme especificados ao longo deste Edital, estão disponíveis no SISBA (www.sisba.uneb.br).

IV- A documentação anexada pelos candidatos deverá ser compatível com as informações prestadas no questionário socioeconômico.

7 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 – Serão observados, pela ordem, os seguintes critérios de desempate: não possuir bolsa acadêmica/meritocrática, maior tempo na instituição e maior idade.

7.2 – A não observância das informações constantes neste Edital é de inteira responsabilidade do candidato.

7.3- É vedada a duplicidade de inscrição durante a vigência deste Edital;

7.4 – O estudante que não se recadastrar (residentes) e/ou não der ACEITE eletrônico (residência e

permanência) por 02 semestres consecutivos, perderá a concessão da Bolsa Auxílio pecuniária de que trata este Edital.

7.5 – É facultado à PRAES, publicar alterações de cronograma conforme necessidade, bastando apenas ampla divulgação em sitio virtual oficial da UNEB, bem como no sitio virtual da Pró-reitoria de Assistência Estudantil, no endereço www.uneb.br/praes.

7.6 - Dúvidas ou informações acerca do Programa Bolsa Auxílio Estudantil 2015 deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Assistência Estudantil através do SISBA, utilizando o Menu Controle Social – Fale Conosco, disponível no endereço eletrônico www.sisba.uneb.br não sendo possível atendimento presencial e/ou telefônico.

7.7 - Os casos omissos serão decididos pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.

GABINETE DA REITORIA, Salvador 17 de abril de 2015.

José Bites de Carvalho
Reitor

BOLSA AUXILIO 2015 -ANEXO I

BAREMA- Caracterização Sócio-Econômico-Familiar

Objetivo: Levantar o perfil social, econômico e familiar do(a) candidato (a).

1 - Critério Cor e Etnia: avalia a caracterização étnico-racial.

Etnia	Pontuação
Branco	2
Pardo/Mulato	2
Amarelo / Asiático	2
Negro	4
Indígena	4

2 - Critério Filhos: avalia a quantidade de filhos e/ou tutelados.

Quantidade de Filhos e/ou Tutelados	Pontuação
0	0
1	2
2	4
3	6
4	8
5 ou mais	10

3 – Critério Deficiência: pessoa com Deficiência, Doença Grave ou Doença Crônica.

Portador de (NE), de Doença Grave ou Doença Crônica?	Pontuação
Sim	4
Não	0

4- Critério Deficiência: pessoa do grupo familiar imediato com Deficiência, Doença Grave ou Doença Crônica.

Portador de (NE), de Doença Grave ou Doença Crônica?	Pontuação
Sim	4
Não	0

5 - Critério Programas Socioassistenciais: Bolsa-Família: avalia se o candidato é beneficiado pelo Programa Bolsa-Família

Possui Bolsa-Família?	Pontuação
Sim	4
Não	0

6-Critério Programas Socioassistenciais. Avalia a inserção nos programas CAPS, CRAS, CREAS, Jovem Aprendiz, Pró-Jovem, PETI, LOAS/BPC, Combate à Seca, outros).

Você ou membro do grupo familiar imediato está inserido em Programas Socioassistenciais?	Pontuação
Sim	2
Não	0

7 - Critério Moradia: avalia a situação de moradia do candidato.

Situação da Moradia	Pontuação
Casa própria (financiada, quitada, herança)	0
Casa de parentes/ cedida/ emprestada	2
Casa alugada, pensão ou similar.	4

8 - Critério Moradia: avalia o tipo de construção do imóvel

Tipo de construção	Pontuação
Alvenaria	0
Lona, taipa ou madeira	2
Outros	0

9- Critério Moradia: avalia a Infraestrutura de saneamento básico do imóvel.

O imóvel possui água encanada e rede de esgoto ou fossa séptica?	Pontuação
Sim	0
Não	2

10 - Critério Origem Escolar: avalia a origem da trajetória escolar do(a) candidato(a)

ensino fundamental e Médio	Pontuação
Egresso da Rede Pública	4
Egresso do Ensino Particular com bolsa de estudos integral ou parcial	4
Egresso do Ensino Particular sem bolsa de estudos	0

11 – Critério Cotista: avalia se o candidato ingressou na universidade através do Sistema de Reserva de Vagas para Negros e Indígenas.

Cotista?	Pontuação
Sim	4
Não	0

12- **Critério Grupo Familiar:** avalia se o candidato reside só ou em companhia da família

Reside com o Grupo Familiar Imediato?	Pontuação
Sim	4
Não	2

13 - **Critério Grupo Familiar:** avalia a composição do grupo familiar para subsidiar a determinação de renda *per capita*.

Indique o número de membros do grupo familiar	Pontuação
Até 3 membros	2
Entre 3 e 6 membros	4
Acima de 6 membros	6

14 - **Critério Renda *Per Capta*:** avalia mais diretamente a vulnerabilidade econômica do grupo familiar.

Renda Per Capta	Pontuação
Até R\$ 100,00	12
Entre R\$ 100,01 e R\$ 200,00	10
Entre R\$ 200,01 e R\$ 300,00	8
Entre R\$ 300,01 e R\$ 400,00	6
Entre R\$ 400,01 e R\$ 500,00	4
Entre R\$ 500,01 e R\$ 600,00	2
Acima de R\$ 600,01	0

ANEXO C - Carta do Governo do Estado da Bahia aos Estudantes Universitários.

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

Carta aos Estudantes

(UNEB, UEFS, UESB, UESC)

Caro Estudante,

O Governo do Estado da Bahia iniciou ampla discussão junto às Universidades Estaduais no intuito de atender a uma demanda histórica dos estudantes universitários. Esta iniciativa busca destinar recursos específicos, fora dos orçamentos das universidades estaduais, para formular, implementar e consolidar uma *Política Estadual de Permanência Estudantil*, que atenda às expectativas de acesso, permanência e conclusão da formação nas 4 (quatro) Universidades do nosso Estado.

No momento, estamos realizando o levantamento de informações e desenvolvendo os estudos necessários para identificar os beneficiários que serão contemplados pela *Política Estadual de Permanência Estudantil*.

Esclarecemos que você foi identificado no Cadastro Único do Governo Federal - CadÚnico, como um possível beneficiário da política do Governo do Estado da Bahia. No entanto, para usufruir de tal benefício necessitamos da atualização de seus dados e confirmação de informações para serem definidos os critérios para acesso aos benefícios (Alimentação, Transporte e Moradia).

Para isso, solicitamos que seja realizado o registro de informações individual e familiar no *formulário* anexo. Ressaltamos a importância do **cuidado** e **precisão** no registro destas informações, considerando que as mesmas passarão por um processo de validação e informações, considerando que as mesmas passarão por um processo de validação e comprovações futuras.

Para acessar o **Formulário de Definição de Perfil**, solicitamos que acesse o *Link* abaixo ou copie e cole o endereço na barra de navegação. O formulário estará disponível para preenchimento no período de **16 a 31 de julho de 2015**.

Link: Formulário de Definição de Perfil

Endereço: <http://permanenciaestudantil.educacao.ba.gov.br/>

Paulo Pontes da Silva – Coordenador Geral
Coordenação de Desenvolvimento de Educação Superior – CODES
Secretaria da Educação do Estado da Bahia

CAB, 5ª Avenida, nº 550, Centro Administrativo da Bahia. CEP: 41.750-300.
Salvador – Bahia - Brasil. Tel.: 55 71 3115-8932. Fax: 55 71 3115-1308 | www.educacao.ba.gov.br

Disponível em <www.educacao.ba.gov.br>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

ANEXO D – Concorrência do vestibular de 2014.

CURSO - NOME COMPLETO	CONCORRÊNCIA			
	TOTAL	NÃO OPTANTE	NEGRO	ÍNDIO
101 - Ciências Contábeis - Salvador - Matutino - 1º Semestre	7,80	8,93	6,11	0,00
102 - Ciências Contábeis - Salvador - Noturno - 2º Semestre	5,67	6,04	5,11	0,00
103 - Comunicação Social/Relações Públicas - Salvador - Vespertino -	9,58	11,44	6,78	0,00
104 - Administração - Salvador - Matutino - 1º Semestre	15,36	18,22	11,06	0,00
105 - Administração - Salvador - Noturno - 2º Semestre	10,44	11,19	9,33	0,00
106 - Turismo e Hotelaria - Salvador - Vespertino - 1º Semestre	3,16	3,44	2,72	0,00
107 - Letras/Língua Portuguesa - Salvador - Vespertino - 1º Semestre	5,41	5,63	5,09	0,00
108 - Letras/Língua Inglesa - Salvador - Noturno - 1º Semestre	6,09	6,69	5,11	1,00
109 - Letras/Língua Espanhola - Salvador - Matutino - 2º Semestre	1,91	2,62	0,89	0,00
110 - Direito - Salvador - Matutino - 2º Semestre	59,02	78,81	29,22	1,00
111 - História - Salvador - Diurno - 1º Semestre	5,18	5,58	4,56	0,00
121 - Pedagogia - Salvador - Matutino - 1º Semestre	3,41	3,69	3,00	0,00
122 - Pedagogia - Salvador - Vespertino - 2º Semestre	1,59	1,54	1,67	0,00
123 - Pedagogia - Salvador - Noturno - 1º Semestre	4,59	4,15	5,17	0,50
124 - Pedagogia - Lauro de Freitas - Salvador - Vespertino - 1º	1,11	1,19	1,00	0,00
125 - Psicologia - Salvador - Diurno - 1º Semestre	33,52	41,38	22,00	1,50
126 - Ciências Sociais - Salvador - Matutino - 1º Semestre	2,82	3,08	2,44	0,00
127 - Ciências Sociais - Salvador - Matutino - 1º Semestre	5,23	5,69	4,56	0,00
128 - Filosofia - Salvador - Noturno - 1º Semestre	2,72	2,89	2,38	0,50
142 - Design - Salvador - Matutino - 1º Semestre	12,48	16,13	7,00	0,00
143 - Urbanismo - Salvador - Diurno - 1º Semestre	8,98	12,29	4,00	0,00
144 - Sistemas de Informação - Salvador - Matutino - 1º Semestre	9,85	12,54	5,75	0,50
145 - Química - Salvador - Diurno - 1º Semestre	5,65	6,75	4,00	0,00
146 - Engenharia de Produção Civil - Salvador - Vesp/Noturno - 1º	48,03	64,13	23,75	1,00
161 - Nutrição - Salvador - Diurno - 1º Semestre	36,79	44,64	25,80	0,00
162 - Nutrição - Salvador - Diurno - 2º Semestre	13,13	14,29	11,50	0,00
163 - Enfermagem - Salvador - Diurno - 1º Semestre	23,46	27,07	18,00	4,00
164 - Enfermagem - Salvador - Diurno - 2º Semestre	9,08	10,00	7,80	0,00
165 - Fonoaudiologia - Salvador - Diurno - 1º Semestre	11,15	13,83	7,13	0,00
166 - Fonoaudiologia - Salvador - Diurno - 2º Semestre	7,15	8,25	5,38	1,00
167 - Fisioterapia - Salvador - Diurno - 1º Semestre	31,58	36,14	25,00	2,00
168 - Fisioterapia - Salvador - Diurno - 2º Semestre	10,96	13,00	7,80	3,00
169 - Farmácia - Salvador - Diurno - 1º Semestre	13,71	16,64	9,60	0,00
170 - Farmácia - Salvador - Diurno - 2º Semestre	8,67	10,86	5,60	0,00
171 - Medicina - Salvador - Diurno - 1º Semestre	163,20	232,83	67,30	16,00
172 - Medicina - Salvador - Diurno - 2º Semestre	97,20	133,78	48,40	12,00
201 - Ciências Biológicas - Alagoins - Matutino - 1º Semestre	3,40	3,33	3,50	0,00
203 - Matemática - Alagoins - Matutino - 1º Semestre	1,60	2,00	1,00	0,00
204 - Sistemas de Informação - Alagoins - Matutino - 1º Semestre	2,93	3,50	2,08	0,00
205 - Engenharia Sanitária e Ambiental - Alagoins - Noturno - 2º	11,37	13,67	7,83	0,50
211 - Letras/Língua Portuguesa - Alagoins - Vespertino - 1º	1,13	1,07	1,20	0,00
212 - Letras/Língua Inglesa - Alagoins - Vespertino - 1º Semestre	1,33	1,73	0,57	1,00
213 - História - Alagoins - Noturno - 1º Semestre	3,10	3,42	2,63	0,00
214 - Educação Física - Alagoins - Matutino - 2º Semestre	2,95	3,00	2,88	0,00
231 - Agronomia - Juazeiro - Diurno - 1º Semestre	10,24	12,94	6,00	5,00
232 - Agronomia - Juazeiro - Diurno - 2º Semestre	5,24	6,12	3,92	1,00
233 - Direito - Juazeiro - Vespertino - 1º Semestre	30,51	41,44	13,28	7,50
234 - Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia - Juazeiro - Diurno	7,76	10,82	3,42	0,00
236 - Pedagogia - Juazeiro - Vespertino - 1º Semestre	2,91	3,89	1,46	0,00
237 - Pedagogia - Juazeiro - Noturno - 1º Semestre	4,44	5,05	3,46	0,50

CONTINUAÇÃO. ANEXO D – Concorrência do vestibular de 2014

CURSO - NOME COMPLETO	CONCORRÊNCIA			
	TOTAL	NÃO OPTANTE	NEGRO	ÍNDIO
238 - Comunicação Social/Jornalismo em Múltiplos Meios - Juazeiro - Vespertino - 2º Semestre	6,97	8,84	4,15	0,5
241 - Letras/Língua Portuguesa - Jacobina - Noturno - 1º Semestre	4,09	4,46	3,56	0
242 - Letras/Língua Inglesa - Jacobina - Noturno - 1º Semestre	3,3	3,92	2,38	0
243 - História - Jacobina - Noturno - 1º Semestre	4,59	4,16	5,23	0
244 - Geografia - Jacobina - Vespertino - 1º Semestre	3,53	4,05	2,77	0
245 - Educação Física - Jacobina - Diurno - 1º Semestre	7,14	7,76	6,21	0
246 - Direito - Jacobina - Noturno - 2º Semestre	19,6	23,67	13,43	0,5
261 - Letras/Língua Portuguesa - Santo Antônio de Jesus - Vespertino - 1º Semestre	3,4	2,93	4	1
262 - Letras/Língua Inglesa - Santo Antônio de Jesus - Vespertino - 1º Semestre	1,72	1,53	2	0
263 - Letras/Língua Espanhola - Santo Antônio de Jesus - Noturno - 1º Semestre	2,45	2,33	2,63	0
264 - História - Santo Antônio de Jesus - Noturno - 1º Semestre	4,29	3,52	5,43	0
265 - Geografia - Santo Antônio de Jesus - Matutino - 1º Semestre	3,71	3,38	4,21	0
266 - Administração - Santo Antônio de Jesus - Noturno - 1º Semestre	8,11	7,88	8,44	0
281 - Letras/Língua Portuguesa - Caetité - Vespertino - 1º Semestre	2,3	2,75	1,63	0
282 - Letras/Língua Inglesa - Caetité - Noturno - 1º Semestre	2,6	3,11	1,83	0
283 - História - Caetité - Noturno - 1º Semestre	4,6	5,56	3,17	0
284 - Geografia - Caetité - Matutino - 1º Semestre	2,8	2,89	2,67	0
285 - Matemática - Caetité - Matutino - 1º Semestre	2,7	3,22	1,92	0
286 - Ciências Biológicas - Caetité - Matutino - 1º Semestre	5,1	5,78	4,08	0
301 - Matemática - Senhor do Bonfim - Noturno - 1º Semestre	2,59	2,74	2,38	0
302 - Ciências Biológicas - Senhor do Bonfim - Matutino - 1º Semestre	5,85	5,69	6,1	0
303 - Pedagogia - Senhor do Bonfim - Noturno - 1º Semestre	5,58	5,58	5,5	0,5
304 - Ciências Contábeis - Senhor do Bonfim - Noturno - 2º Semestre	7,15	8,42	5,25	0
305 - Enfermagem - Senhor do Bonfim - Diurno - 2º Semestre	12,38	15,44	7,5	0
321 - Pedagogia - Paulo Afonso - Noturno - 1º Semestre	3,06	3,41	2	3,5
322 - Matemática - Paulo Afonso - Noturno - 1º Semestre	1,69	2,1	0,86	1,5
323 - Ciências Biológicas - Paulo Afonso - Diurno - 1º Semestre	2,77	3,22	1,92	1
324 - Engenharia de Pesca - Paulo Afonso - Vespertino - 1º Semestre	2,77	3,5	1,42	1,5
325 - Direito - Paulo Afonso - Noturno - 2º Semestre	17,03	21,05	10	7
326 - Arqueologia - Paulo Afonso - Diurno - 2º Semestre	2,25	2,84	1,38	0
327 - Pedagogia - Paulo Afonso - Diurno - 2º Semestre	0,44	0,5	0,29	0,5
341 - Engenharia Agrônoma - Barreiras - Diurno - 1º Semestre	9,26	11,67	5,55	0,67
342 - Pedagogia - Barreiras - Noturno - 1º Semestre	5,24	6,53	3,2	1
344 - Ciências Contábeis - Barreiras - Noturno - 1º Semestre	9,4	10,93	7,05	0,33
345 - Letras/Língua Portuguesa - Barreiras - Vespertino - 1º Semestre	1,9	2,08	1,63	0

CONTINUAÇÃO. ANEXO D – Concorrência do vestibular de 2014

CURSO - NOME COMPLETO	CONCORRÊNCIA			
	TOTAL	NÃO OPTANTE	NEGRO	ÍNDIO
346 - Ciências Biológicas - Barreiras - Matutino - 1º Semestre	6	7,17	4,25	0
347 - Matemática - Barreiras - Matutino - 1º Semestre	1,25	1,42	1	0
348 - Pedagogia - Barreiras - Vespertino - 1º Semestre	1,84	1,73	2	0
361 - Pedagogia - Teixeira de Freitas - Matutino - 1º Semestre	1,25	1,63	0,69	0
362 - História - Teixeira de Freitas - Vespertino - 1º Semestre	1,2	1,33	1	0
363 - Letras/Língua Portuguesa - Teixeira de Freitas - Noturno - 1º Semestre	2,8	3	2,5	0
364 - Letras/Língua Inglesa - Teixeira de Freitas - Noturno - 1º Semestre	3,07	4,56	0,83	0
365 - Ciências Biológicas - Teixeira de Freitas - Vespertino - 1º Semestre	2,13	2,5	1,58	0
366 - Matemática - Teixeira de Freitas - Matutino - 1º Semestre	1,6	2,22	0,67	0
367 - Educação Física - Teixeira de Freitas - Matutino - 1º Semestre	3,83	4,89	2,25	0
381 - Pedagogia - Serrinha - Vespertino - 1º Semestre	5,97	4,06	8,83	0
382 - Pedagogia - Serrinha - Matutino - 2º Semestre	3,2	1,83	5,25	0
383 - Administração - Serrinha - Noturno - 1º Semestre	7,18	6,26	8,56	0
384 - Geografia - Serrinha - Matutino - 2º Semestre	3,53	2,79	4,62	0
401 - Pedagogia - Guanambi - Matutino - 1º Semestre	3,03	3,2	2,77	0
402 - Pedagogia - Guanambi - Noturno - 1º Semestre	4,33	4,45	4,15	0
403 - Administração - Guanambi - Noturno - 1º Semestre	10,9	12,75	8,13	0
404 - Enfermagem - Guanambi - Diurno - 1º Semestre	12,7	14,5	10	0
405 - Educação Física - Guanambi - Diurno - 1º Semestre	5,38	6,21	4,13	0
421 - Pedagogia - Itaberaba - Noturno - 1º Semestre	4,11	3,85	4,5	0
422 - História - Itaberaba - Noturno - 2º Semestre	1,85	1,88	1,81	0
423 - Letras/Língua Portuguesa - Itaberaba - Noturno - 1º Semestre	0,8	0,88	0,69	0
424 - Ciências Contábeis - Itaberaba - Noturno - 2º Semestre	4,08	5,1	2,55	0
441 - Comunicação Social em Rádio e Tv - Conceição do Coité - Noturno - 1º Semestre	2,67	2,79	2,5	0
442 - Letras/Língua Portuguesa - Conceição do Coité - Noturno - 1º Semestre	3,84	3,6	4,2	0
443 - Letras/Língua Inglesa - Conceição do Coité - Noturno - 1º Semestre	2,2	1,92	2,63	0
444 - História - Conceição do Coité - Noturno - 2º Semestre	3,77	3,5	4,17	0
461 - Pedagogia - Valença - Noturno - 1º Semestre	4,63	4,29	5,13	0
462 - Direito - Valença - Noturno - 2º Semestre	14,95	16,21	12,88	1,5
481 - Letras/Língua Portuguesa - Irecê - Vespertino - 1º Semestre	2,19	1,91	2,64	0
482 - Pedagogia - Irecê - Vespertino - 1º Semestre	6,33	4,36	9,43	0
501 - Pedagogia - Bom Jesus da Lapa - Noturno - 2º Semestre	2,71	2,8	2,57	0
502 - Administração - Bom Jesus da Lapa - Noturno - 2º Semestre	5,2	6,38	3,44	0
503 - Pedagogia - Bom Jesus da Lapa - Matutino - 1º Semestre	1,71	1,65	1,79	0

CONTINUAÇÃO. ANEXO D – Concorrência do vestibular de 2014

CURSO - NOME COMPLETO	CONCORRÊNCIA			
	TOTAL	NÃO OPTANTE	NEGRO	ÍNDIO
521 - Letras/Língua Portuguesa - Eunápolis - Vespertino - 1º Semestre	1	1,28	0,58	0
522 - História - Eunápolis - Noturno - 1º Semestre	1,46	2,05	0,57	0
523 - Turismo - Eunápolis - Matutino - 1º Semestre	0,7	0,83	0,5	0
524 - Administração - Eunápolis - Matutino - 1º Semestre	2,08	2,63	1,19	0,5
542 - Ciências Contábeis - Camaçari - Noturno - 1º Semestre	4,37	4,57	4,07	0
543 - Ciências Contábeis - Camaçari - Noturno - 2º Semestre	1,66	1,9	1,29	0
544 - Ciências Contábeis - Lauro de Freitas - Camaçari - Matutino - 1º Semestre	1,94	1,9	2	0
545 - Direito - Camaçari - Matutino - 2º Semestre	11,15	13,63	7,44	0
546 - Direito - Camaçari - Vespertino - 1º Semestre	13,33	16,46	8,5	1
561 - Letras/Língua Portuguesa - Brumado - Noturno - 1º Semestre	2,33	2,67	1,83	0
562 - Direito - Brumado - Vespertino - 1º Semestre	14,63	19,81	6,86	0
581 - Letras/Língua Portuguesa - Ipiaú - Noturno - 1º Semestre	2,67	2,95	2,21	0
601 - Letras/Língua Portuguesa - Euclides da Cunha - Noturno - 1º Semestre	2,97	4	1,46	0
602 - Engenharia Agrônômica - Euclides da Cunha - Diurno - 1º Semestre	4,8	6,13	2,6	2
603 - Letras/Língua Portuguesa - Euclides da Cunha - Vespertino - 1º Semestre	0,91	1,32	0,31	0
621 - Letras/Língua Portuguesa - Seabra - Noturno - 1º Semestre	4,33	4,83	3,58	0
623 - Comunicação Social/Jornalismo em Múltiplos Meios - Seabra - Diurno - 2º Semestre	2,88	3,42	2,08	0
642 - Engenharia de Pesca - Xique-Xique - Diurno - 1º Semestre	1,1	1,08	1,13	0
643 - Engenharia Sanitária e Ambiental - Xique-Xique - Diurno - 1º Semestre	6,8	7,13	6,31	0

Disponível em <http://www.vestibular2014.uneb.br/wp-content/themes/vestibular/docs/concorrenca_vestibular_2014.pdf>. Acesso em: 08 de mar.2015.

ANEXO E – Dimensões do Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA)

Vivências centradas	QVA		QVA-r
<i>Autonomia</i>	Inclui a independência emocional e instrumental dos pais, colegas e outros, a gestão de projetos de vida, o grau de iniciativa pessoal (...);	<i>Pessoal-emocional</i>	Inclui itens essencialmente associados ao <i>self</i> e às percepções de bem-estar por parte do estudante, tanto física como psicológica(...);
<i>Percepção pessoal de competência</i>	Inclui a percepção das capacidades e competências pessoais de resolução de problemas, a flexibilidade e profundidade de pensamento (...);		
<i>Autoconfiança</i> aluno	Inclui as imagens e as expectativas do estudante em relação ao seu rendimento académico ou em relação à conclusão do curso, a inferência das expectativas de colegas e professores a seu respeito (...);		
<i>Bem-estar psicológico</i>	Inclui a satisfação com a vida, o equilíbrio emocional, a estabilidade afetiva, a felicidade e o otimismo do aluno(...);		
<i>Bem-estar físico</i>	Inclui aspectos relacionados com o sono e a alimentação, a saúde, e o consumo de substâncias(...);		
<i>Adaptação ao curso</i>	Inclui o gosto e a satisfação pelo curso, a percepção da sua organização e da qualidade das suas disciplinas, a percepção da sua ligação ao mundo profissional (...);	<i>Curso-carreira</i>	Inclui a adaptação ao curso, as aprendizagens no curso e as perspectivas de carreira(...);
<i>Desenvolvimento da Carreira</i> curso	Inclui o investimento no curso e na definição de projetos Educativos e/ou profissionais, as		
<i>Métodos de estudo</i>	Inclui o acompanhamento das aulas, a consulta da bibliografia, a organização dos apontamentos (...);	<i>Estudo</i>	Inclui as competências de estudo do aluno, os hábitos de trabalho, a gestão do tempo, a utilização da biblioteca e de outros recursos de aprendizagem (...);
<i>Bases de conhecimentos</i>	Inclui a percepção do nível de conhecimentos, da preparação para as exigências do curso, e das capacidades de leitura e escrita (...);		
<i>Gestão do tempo</i>	Inclui a planificação do tempo, o ritmo de realização das atividades, a realização dos trabalhos académicos nos prazos fixados. a gestão		
<i>Ansiedade na Avaliação</i>	Inclui comportamentos de tipo ansioso na preparação e realização de testes, exames ou outras formas de avaliação.		

CONTINUAÇÃO. ANEXO E – Dimensões do Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA)

<i>Adaptação à Instituição</i>	Inclui o sentir-se bem ou mal na instituição, a adaptação aos horários e a o funcionamento dos serviços, o gosto pela instituição que frequenta e pelo ambiente circundante (...);	<i>Interpessoal</i>	Inclui o relacionamento com os pares e o estabelecimento de relações mais íntimas, assim como questões relacionadas como envolvimento em extracurriculares (...);
<i>Envolvimento em atividades extracurriculares</i>	Inclui a participação em iniciativas associativas, em atividades culturais, recreativas e desportivas do <i>campus</i> (...);		
<i>Relacionamento com colegas</i>	Inclui as amizades, a expressão de sentimentos, a tolerância intercultural, a integração e cooperação com os pares (...);	<i>Institucional</i>	Inclui o interesse pela Instituição, o desejo de nela prosseguir os seus estudos, o conhecimento e a percepção da qualidade dos serviços e estruturas existentes (...).
<i>Relacionamento com os professores</i>	Inclui o diálogo com os professores, a possibilidade de contactos dentro e fora das aulas, a percepção da disponibilidade de tempo dos professores para os alunos(...);		
<i>Gestão dos recursos econômicos</i>	Contexto Inclui problemas na gestão das verbas auferidas, dificuldades económicas, situações de compromisso entre verbas disponíveis e o envolvimento em atividades extracurriculares (...);		
<i>Relacionamento com a família</i>		Inclui o relacionamento com os pais, o apoio percebido, a necessidade de ir a casa, o diálogo com os pais em torno dos projetos pessoais e das escolhas vocacionais (...).	

Fonte: Soares, A. P., Almeida, L. S. & Ferreira, J. A. (2006). **Questionário de Vivências Acadêmicas: Versão integral (QVA) e versão Reduzida (QVA-r)**. 2002. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12110/1/QVA%26QVAr,%202006.pdf>.